

GUERRA E PODER NA EUROPA MEDIEVAL

DAS CRUZADAS
À GUERRA DOS 100 ANOS.

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
COORD.

MIGUEL GOMES MARTINS
PAULO JORGE AGOSTINHO



IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A BATALHA DE HATTIN (1187): O DIA EM QUE SALADINO ESMAGOU OS CRUZADOS

O nascimento da ideia de Cruzada

“Que marchem’, diz o papa a concluir, ‘contra os infiéis e terminem com uma vitória a luta que já há muito deveria ter sido iniciada, esses homens que até agora tiveram o hábito criminoso de se entregarem a guerras internas contra os crentes; que se tornem verdadeiros cavaleiros aqueles que durante tanto tempo não foram mais do que saqueadores, que combatam agora como é justo, contra bárbaros, aqueles que outrora viravam as armas contra irmãos do mesmo sangue; que procurem recompensas eternas estas pessoas que durante anos venderam os seus serviços como mercenários por um preço miserável, que trabalhem por uma dupla glória aqueles que outrora enfrentavam tanta fadiga, em detrimento do seu corpo e da sua alma. (...) Que nada atrase, pois, a partida daqueles que se comprometerem nesta expedição; que arrendem as suas terras, reúnam todo o dinheiro necessário às suas despesas e que, mal o inverno acabe para dar lugar à primavera, iniciem a sua jornada, sob a orientação do Senhor” (Foucher de Chartres, pp. 18-19).

Foi com estas palavras, incisivas e desafiadoras, que o papa Urbano II (o francês Otão de Lagery, antigo prior de Cluny) encerrou o Concílio de Clermont-Ferrand, em finais de novembro de 1095. O relato deve-se a Foucher de Chartres, um capelão que participou como escrivão naquela

cimeira católica e que acompanharia depois alguns destacados cavaleiros na Síria-Palestina, vindo a ser feito cónego do Santo Sepulcro, em Jerusalém.

14

Estava dado o tiro de partida para uma das mais extraordinárias e controversas aventuras do Ocidente europeu ao longo de toda a sua história: as oito Cruzadas na Terra Santa, que começariam no ano seguinte e se prolongariam até 1270, se tivermos apenas em conta as expedições mais emblemáticas.

Como se percebe pelo relato de Foucher, o papa propunha um novo ideal de vida à cavalaria medieval: a luta contra os infiéis que haviam tomado conta de terras outrora pertencentes ao Império Bizantino (ou seja, à cristandade oriental) e que ameaçavam já, sobretudo pela mão dos turcos (califado seljúcida de Toghril Beg, recentemente fundado e convertido ao Islão), a capital instalada em Constantinopla, ou seja, a velha Bizâncio e atual Istambul. O novo *miles Christi* (o “soldado de Cristo”) concebido pela Santa Sé deixaria de se esgotar nas mesquinhas querelas internas da nobreza feudal (as ações de rapina dos territórios vizinhos, a violência contra os camponeses, as mulheres, os clérigos e os idosos) e, ao invés, elevar-se-ia à condição de ‘braço armado’ da Igreja, resgatando os Lugares Santos associados à vida de Jesus Cristo através do seu envolvimento caloroso numa espécie de ‘*Jihad* à europeia’.

O movimento das Cruzadas não teria sido possível um século antes, quando a Igreja desfrutava de uma autoridade mais restrita no mundo ocidental, sofrendo ela própria os efeitos da feudalização, do ‘choque castelão’ e da decadência do poder régio em benefício dos senhores locais. Também não teria sido possível dois séculos mais tarde, quando se começou a abater sobre a Europa a sombra da “crise do século XIV”. Assim, podemos dizer que as Cruzadas são filhas do seu tempo (entre finais do séc. XI e finais do séc. XIII), um tempo de profunda reforma da Igreja (a chamada “reforma gregoriana”, dinamizada por Gregório VII a partir de 1075), num ambiente de reordenamento do diálogo entre o poder eclesiástico e o poder temporal, que haveria de conduzir a uma clara supremacia política da Igreja e à “teocracia papal”. Foi, aliás, nesse ambiente que nasceu Portugal, e todos recordamos como foi necessária a caução de Roma, através da

bula *Manifestis Probatum* (de 1179), para que o nosso primeiro monarca, D. Afonso Henriques, visse finalmente reconhecido pelo papa Alexandre III o seu título de *rex*.

Dispondo de uma autoridade renovada, a Igreja, pela voz de Urbano II, podia permitir-se propor à cavalaria medieval um novo e aliciente desafio. Tanto mais que, no final do século XI, o Ocidente europeu, beneficiando de um clima mais quente e mais seco, começava já a sentir os efeitos de um crescimento económico significativo, traduzido no aumento da superfície de terra cultivada e na introdução de melhoramentos tecnológicos nas práticas agrícolas (alfaias de ferro, atrelagem em fila, ferradura de cravo, aproveitamento da energia eólica, rotação de culturas, entre outros), o que permitia a produção de excedentes e ajuda a explicar a reativação do comércio, o renascimento das cidades e um sensível crescimento demográfico.

A resposta ao apelo de Urbano II foi formidável, e não só entre a cavalaria dos principais reinos europeus: aldeias inteiras, influenciadas pela pregação de alguns visionários (como Pedro “o Eremita”) mobilizaram-se para participar nesta aventura e assegurar a sua participação numa espécie de peregrinação em armas que só em meados do séc. XIII tomaria o nome de “cruzada” (até lá, a expedição à Síria-Palestina era conhecida por “passagem” ou “viagem a Jerusalém”). Os incentivos eram grandes: concessão de indulgências, remissão dos pecados, moratórias de dívidas, garantia de um lugarzinho no céu em caso de morte ao serviço desta tão nobre causa... Para além disso, havia a expectativa da aventura, do saque de grandes cidades, da obtenção de riqueza fácil, da visita ao desconhecido (em especial a Constantinopla, uma das maiores cidades cristãs do mundo, e aos míticos Lugares Santos) num ambiente de inevitável relaxamento dos costumes e das regras de comportamento, que faria vista grossa aos excessos cometidos, pelo menos contra os muçulmanos (turcos ou árabes). Pode bem dizer-se que um dos objetivos do papa, ao propor o movimento das Cruzadas, foi justamente o de canalizar para o Médio Oriente a energia destrutiva da cavalaria feudal, permitindo aos territórios do Ocidente europeu respirar um pouco melhor, num ambiente de tréguas e de “paz de Deus” pelo qual a Igreja há muito se vinha batendo.

As duas primeiras Cruzadas na Terra Santa

16

A Primeira Cruzada na Terra Santa foi um sucesso absoluto. É verdade que foi inesperadamente precedida por uma imensa vaga indisciplinada de populares que, liderados por Pedro “o Eremita” e por Gualter “Sem Haver”, foram facilmente chacinados pelos turcos assim que pisaram a Ásia Menor, depois da turba mal armada ter cometido tropelias sem conta durante o seu itinerário terrestre pela Europa central (incluindo alguns massacres de judeus). Mas quando o exército dos cavaleiros cruzados propriamente ditos chegou a Constantinopla, as coisas mudaram de figura. Tratava-se, no fundo, de vários exércitos distintos, que se reuniam para tentar concretizar em conjunto o projeto de Urbano II. Os líderes mais importantes eram Godofredo de Bulhão (duque da Baixa Lorena, no nordeste de França), Raimundo IV de Saint-Gilles (conde de Toulouse, no sul de França), Roberto II (conde da Flandres), Boemundo de Tarento (um príncipe italo-normando, filho do célebre Roberto Guiscard, que anos antes já promovera uma aliança com Bizâncio para combater os Turcos), Hugo de Vermandois (no norte de França, irmão do rei Filipe I), Estêvão, conde de Blois (no centro-norte de França) e o seu cunhado Roberto Courteheuse (duque da Normandia e filho de Guilherme “o Conquistador”, o normando que se tornara senhor da Inglaterra em 1066, após a sua estrondosa vitória na célebre batalha de Hastings). Como se percebe, foi entre a nobreza de França que o apelo de Clermont-Ferrand suscitou um acolhimento mais entusiástico.

Os líderes dos *cruce signati* (estes guerreiros cristãos traziam uma grande cruz assinalada nas suas vestes) foram acolhidos com mil cautelas em Constantinopla pelo imperador Aleixo I Comneno, que solicitara apenas a Urbano II o auxílio de mercenários ocidentais contra os turcos e a quem os Cruzados juraram fidelidade e prometeram entregar as terras bizantinas recentemente perdidas que reconquistassem (na Ásia Menor, até Antioquia), em troca de apoio imperial e de guias durante as operações militares. A primeira grande conquista cruzada teve lugar em Niceia, em junho de 1097, seguindo-se a vitória na batalha de Dorileia, contra os turcos (a 1 de julho do mesmo ano) e, já nos finais de 1097, a tomada de

Edessa por Balduíno de Bolonha (irmão de Godofredo de Bulhão), que se destacara do resto da hoste para agir em socorro do príncipe arménio de Edessa, acabando depois por assumir o poder nesta cidade e por fundar ali, em março de 1098, o primeiro Estado Latino do Oriente: o condado de Edessa. Seguiram-se a difícilíssima conquista de Antioquia (em inícios de 1098, após sete meses e meio de cerco e já com nítida perda de apoio bizantino aos Cruzados), que se tornou o segundo Estado Latino na Terra Santa (sob o comando de Boemundo de Tarento), e, por fim, a cereja no topo do bolo: a conquista de Jerusalém, em 15 de julho de 1099, após um assalto sangrento e que o autor anónimo de umas das principais fontes da Primeira Cruzada, de que foi seguramente testemunha ocular, descreve sem complacência:

“Na sexta-feira de madrugada atacámos a cidade de todos os lados, sem qualquer sucesso, e ficámos todos no estupor e numa angústia terrível. (...) Foi então que um dos nossos cavaleiros, chamado Lieutaud, escalou o muro da cidade. Pouco depois de ele ter subido, todos os defensores da cidade fugiram pelas muralhas e pela cidade. Os nossos seguiram-nos e perseguiram-nos, matando e acutilando em cheio os corpos, até ao templo de Salomão. Aqui, houve uma tal carnificina que os nossos enterravam os pés no sangue até ao tornozelo. (...) Em breve os Francos correram por toda a cidade, pilhando o ouro e a prata, os cavalos e as mulas, as casas cheias de bens de todos os tipos. Depois, felizes e chorando de alegria, os nossos foram adorar o sepulcro do nosso Salvador Jesus, e saldaram a sua dívida principal para com ele”
(*Crónica Anónima da Primeira Cruzada*, pp.149-150).

Assim se constituiu o reino de Jerusalém, de que se tornou titular Godofredo de Bulhão. Pouco tempo depois, em 1102, Raimundo de Saint-Gilles, que se sentira prejudicado na divisão dos espólios territoriais e honoríficos, conseguiria para si próprio o condado de Trípoli, a meio caminho entre o Principado de Antioquia e o Reino de Jesusalém (veja-se o mapa em anexo: os Estados Latinos do Oriente).

A alegria da Santa Sé deve ter sido colossal (ironicamente, Urbano II faleceu duas semanas após a conquista da cidade três vezes santa e parece não ter chegado a tomar conhecimento da notícia) e a boa nova do sucesso da Primeira Cruzada espalhou-se nos meses seguintes por todo o Ocidente. Todavia, conquistar território sempre foi mais fácil do que mantê-lo de forma duradoura, e os Cruzados que ficaram na Terra Santa depressa começaram a sentir imensas dificuldades, perante as sucessivas tentativas de reconquista muçulmanas. Ainda por cima, vários contingentes cruzados de reforço que foram enviados após 1099 para a região (as chamadas *arrière-croisades*) acabaram por ser destruídos no planalto da Anatólia pelos turcos (seljúcidas ou danismêndidas), fazendo nascer entre alguns latinos a suspeita de um entendimento entre os turcos e os bizantinos — que desconfiavam da ganância e da fiabilidade dos seus aliados (que não haviam entregue as terras reconquistadas) e que não compreendiam bem a ideia ocidental de “Cruzada”, pois consideravam que a luta contra o Islão, que praticavam há séculos, era um dever exclusivo dos imperadores de Constantinopla...

Foi justamente neste contexto que se constituíram na Síria-Palestina, entre as décadas de 1110 e 1120, as primeiras Ordens Religiosas Militares: os Templários e os Hospitalários, destinadas a ministrar apoio aos peregrinos católicos e preciosas na defesa da integridade dos territórios cristãos do Médio Oriente. Estas Ordens configuravam uma certa ‘anormalidade’ na organização medieval tradicional, pois reuniam uma vertente nobiliárquica (logo, guerreira e secular) e uma vertente religiosa, e foi preciso o grande empenho de São Bernardo de Claraval, a referência matricial da Ordem de Cister, para que os primeiros cavaleiros do Templo (chamaram-se assim porque estavam instalados no palácio que lhes fora cedido pelo rei de Jerusalém, Balduíno II, localizado nos anexos da mesquita al-Aqsa, sobre a esplanada do templo) fossem enquadrados numa nova organização religiosa, dotada de uma Regra própria e convertida em vanguarda do ideal do *miles Christi*: a Ordem dos Templários.

Ainda assim, em 1144, a presença latina na Terra Santa sofreu um duro golpe, com a tomada de Edessa pelo *atabegue* (o “príncipe pai”) muçulmano Imad al-Din Zengi, líder de Mosul (no norte do atual Iraque) e de Alepo (no

norte da Síria). O papa Eugénio III (um cisterciense próximo de Bernardo de Claraval) decidiu lançar uma Segunda Cruzada, que se viria a desenvolver entre 1147 e 1149 e cujos líderes mais importantes foram Luís VII, rei de França, e Conrado III de Hohenstaufen, imperador do Sacro Império Romano-Germânico (isto é, rei da Alemanha e de uma parte da Itália).

São Bernardo aplicou-se quanto pôde a pregar esta nova cruzada, que teve um eco considerável mas que acabou por constituir um fiasco (o seu único grande sucesso foi bastante periférico: a conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147): o menor talento militar dos seus líderes, os desentendimentos crescentes entre os governantes bizantinos e os Cruzados (a marcha das tropas de Conrado III provocou graves incidentes com Constantinopla, cujos arredores foram mesmo saqueados), a avisada preparação dos muçulmanos, as dificuldades de abastecimento e de orientação itinerária (justamente por causa do afastamento entre as cristandades romana e grega), a má relação entre os Cruzados recém-chegados da Europa e os que já viviam há muito na Terra Santa, a conseqüente dificuldade em desenhar um plano de operações eficiente (a cruzada acabou por assediar Damasco, sem proveito), a aridez do deserto sírio e, por fim, a aproximação de um exército de socorro muçulmano comandado pelo novo *atabegue* Nur al-Din (filho de Zengi, assassinado em 1146), tudo isso se conjugou para conduzir a um desfecho sem glória e que lançou pela primeira vez no Ocidente a ideia de que, afinal, a Cruzada talvez não fosse uma obra tão piedosa quanto Otão de Lagery imaginara...

Guerra e Política nos Estados dos Cruzados, nas décadas de 1160 a 1180

Uma dúzia de anos após o triste regresso das tropas da Segunda Cruzada ao Ocidente, faleceu na Terra Santa o rei Balduíno III de Jerusalém. Sucedeu-lhe no mais importante cargo latino na Síria-Palestina o seu próprio irmão, Amalrico I (1163-1174), descendente do conde de Anjou.

Amalrico I, conde de Jafa e de Ascalon, foi um dos mais competentes governantes cristãos na Terra Santa. Foi provavelmente o último a conseguir

desenvolver uma política ofensiva coerente, de alargamento do território latino, e a ele se deve também um significativo reforço da coroa de Jerusalém, quer a nível financeiro, quer a nível legal, político ou mesmo militar.

Quando subiu ao trono, Amalrico era casado com Inês de Courtenay, mas os barões latinos exigiram previamente a anulação do seu matrimónio com esta dama, de reputação alegadamente duvidosa (na versão do historiador coevo Guilherme de Tiro) e de quem tinha já dois filhos: Balduíno (o futuro Balduíno IV, nascido em 1161) e Sibila. Amalrico acedeu, tendo no entanto Inês conservado os seus títulos de condessa, e os filhos do casal preservado o seu estatuto de descendentes legítimos e, portanto, o seu lugar na ordem sucessória. Anos mais tarde (em 1167), Amalrico voltaria a casar, desta feita com Maria Comnena, uma princesa de origem bizantina; deste matrimónio viria a nascer uma menina: Isabel II de Jerusalém.

Amalrico I dedicou uma especial atenção ao Egipto, onde realizou pelo menos cinco campanhas militares entre 1163 e 1169, procurando tirar partido do evidente declínio do califado fatimita (xiita). No entanto, foi obrigado a enfrentar a oposição de Nur al-Din, que havia ampliado significativamente os domínios do pai, Zengi, e que ambicionava estabelecer-se de forma duradoura no nordeste africano. Houve, por isso, lugar a diversos confrontos entre as forças de Amalrico (apoiadas pelo imperador bizantino Manuel I Comneno, 1143-1180) e de Nur al-Din, ao serviço de quem se destacava no Egipto um experiente comandante militar de origem curda, chamado Shirkuh. Em Al-Babayn (junto ao delta do Nilo), em abril de 1167, Shirkuh e o seu jovem sobrinho Salah al-Din (o célebre Saladino) derrotaram o vizir (governador) do Egipto, Shawar, que encabeçava uma coligação de Fatimitas e Cruzados.

Após a vitória, Shirkuh retirou-se para Alexandria, mas Amalrico reagiu e tentou controlar o abastecimento à cidade, jogando com o nível das águas do Nilo no canal de Alexandria. Shirkuh decidiu então dividir as suas forças, regressando ao sul com o grosso do seu exército e deixando Saladino a defender Alexandria. A cidade fundada por Alexandre Magno foi cercada e bombardeada com trabucos (grande máquinas de arremesso de pedras), entre maio e agosto de 1167, pelos cristãos liderados por Amalrico I. Devido à fome e à doença que grassavam na cidade, acabou por se negociar uma

trégua entre as partes: Amalrico I, também ele preocupado com os ataques de diversão entretanto perpetrados por Nur al-Din na Síria, desistiu do Egito e, em contrapartida, os muçulmanos fizeram concessões importantes. Quem mais lucrou com este desfecho foi Saladino, que aproveitou para consolidar a sua posição no Egito, como adiante veremos.

Anos mais tarde, na corte de Jerusalém, o monarca entregou a educação do seu filho Balduíno, a partir dos nove anos de idade (isto é, desde 1170), ao grande letrado e historiador Guilherme de Tiro; quanto à filha, Sibila, foi enviada para o convento de Betânia, a fim de ser educada por uma tia-avó que era abadessa desta casa eclesiástica.

Em maio de 1174, em Damasco, faleceu Nur al-Din. De imediato, Amalrico I tentou tirar partido da situação e atacou a cidade muçulmana de Baniás (na Síria), que resistiu. Mas o monarca cristão adoeceu com gravidade, possivelmente com disenteria, e acabou por falecer também, em Jerusalém, a 11 de julho do mesmo ano... Saíram assim, repentinamente, de cena os dois principais líderes rivais, o que alterou o quadro político no Médio Oriente. Do lado cristão, a situação não se afigurava fácil: a puberdade de Balduíno IV trouxe a terrível confirmação de que o jovem sofria de lepra, e não houve cura ensaiada por médicos cristãos ou muçulmanos que se revelasse eficaz. Face à menoridade de Balduíno IV (que tinha apenas 13 anos, menos dois do que o exigível para governar), o reino de Jerusalém foi colocado sob a regência do senescal Miles de Plancy, um valoroso guerreiro que, no entanto, não parece ter sido dotado de grandes qualidades políticas. Logo em finais de julho de 1174, uma frota normanda-siciliana chefiada pelo rei Guilherme II da Sicília desembarcou em Alexandria e cercou a cidade, mas foi derrotada por Saladino, que beneficiou da apatia do novo governo latino em Jerusalém.

Neste ambiente, é fácil imaginarmos como os grandes barões cruzados, percebendo as limitações do regente e adivinhando um reinado curto para o jovem e enfermo Balduíno IV, depressa afiaram as facas e se procuraram posicionar o melhor possível na política local, com vista ao futuro. Miles de Plancy foi assassinado em Acre, em finais de 1174, e a regência passou para as mãos de Raimundo III, conde de Tripoli, que tinha sido resgatado dois

anos antes (com o apoio dos Hospitalários) das prisões muçulmanas e que era um dos mais talentosos líderes cruzados. Raimundo (que descendia de um dos heróis da Primeira Cruzada: Raimundo de Saint-Gilles) era primo direito de Amalrico I e contou com o apoio de alguns dos maiores barões do reino de Jerusalém, incluindo Reinaldo de Sídon, Onofre de Tóron e, sobretudo, Balião de Ibelin (cuja família dava cartas no sul da Terra Santa e acompanhava a viúva Maria Comnena e a sua filha Isabel na cidade de Nablus, na atual Cisjordânia).

Nomeado bailio (no fundo, regente) pela *Haute Cour* de Jerusalém, Raimundo apressou-se a nomear Guilherme de Tiro como chanceler do reino (1174) e como arcebispo de Tiro (1175). No plano externo, o regente — conhecedor da rutura entretanto surgida entre Saladino (cuja base de poder estava, como vimos, ainda instalada no Egito) e os descendentes diretos de Nur al-Din, que dominavam na Síria — decidiu apoiar estes últimos, a quem os historiadores gostam de chamar “Zênguidas”, evocando o nome do pai de Nur al-Din.

Em 1175, Raimundo, acompanhado por Balduíno IV, executou uma campanha em Homs e forçou Saladino a levantar o cerco a Alepo, frustrando os planos do governante egípcio para dominar rapidamente a Síria, controlar os Zênguidas e, depois, cercar os Estados Latinos do Oriente. Foi nesta ocasião que, como forma de reconhecimento, o emir alepino aceitou libertar uma série de prisioneiros cristãos que ali se encontravam detidos há muitos anos, entre os quais um antigo príncipe de Antioquia (o famoso Reinaldo de Châtillon, por troca de prisioneiros ou através de um resgate pago pelo imperador Manuel I de Bizâncio) e também Joscelino de Edessa (o irmão de Inês de Courtenay, que poderá ter pago um vultoso resgate pela liberdade do seu parente).

A nível diplomático, Raimundo de Tripoli, conhecedor da grave enfermidade do monarca cristão, procurou prevenir o futuro e tratou de casar Sibila (a irmã de Balduíno IV) com um primo direito do rei Luís VII de França: Guilherme de Montferrat, dito “o Espada Longa”, que era também primo de Frederico I “Barba Ruiva” (imperador romano-germânico), chegou à Terra Santa no princípio do outono de 1175 e, em nome da esposa,

tornou-se conde de Jafa e de Ascalon. A expectativa do regente seria a de que o casal assumisse o trono de Jerusalém à morte, previsivelmente próxima, de Balduíno IV, mas, por mais uma ironia da História, foi Guilherme quem morreu logo no início do verão de 1177, com a esposa ainda grávida do futuro Balduíno V...

Em 1176, Balduíno IV “o Leproso” atingiu a maioridade e assumiu o governo do reino de Jerusalém por direito próprio, tendo o conde de Tripoli cessado funções como baillio. O quadro sucessório (assunto que não deixaria de preocupar o jovem monarca, conhecedor do seu destino) afigurava-se bastante complexo: a mãe, Inês, voltara a casar, desta feita com Reinaldo de Sídon; e a madrasta, Maria Comnena, contrairia também um segundo matrimónio, em 1177, com o poderoso Balião de Ibelin. Quanto à irmã, Sibila, depressa enviuvaria (como vimos), mas tinha já um filho. Por fim, havia ainda Isabel, filha de Amalrico I e de Maria Comnena, que contava com o apoio da família dos Ibelin, a que pertencia o seu padastro. Curiosamente, Balduíno IV pareceu inclinar-se para o partido da mãe, Inês, e do irmão desta, Joscelino de Edessa, a quem entregou o alto cargo de senescal do reino logo em 1176, talvez por pressentir que ele não tinha grandes veleidades de disputar a sucessão.

Os historiadores supõem que, em 1179, Balduíno IV terá alimentado a intenção de casar de novo a sua irmã Sibila (a melhor ‘moeda de troca’ diplomática que possuía), desta feita com o poderoso duque da Borgonha, Hugo III. Mas Raimundo de Tripoli, o ex-regente, com o apoio do príncipe latino de Antioquia, Boemundo III, teria outros planos e avançou para Jerusalém com o intuito de convencer o monarca a casar antes Sibila com Balduíno de Ibelin (o mais velho desta sólida linhagem da Cisjordânia). O rei não gostou da ideia e, em resposta, trataria de casar Sibila com Guido de Lusignan, o irmão mais novo do condestável Amalrico.

Atendendo a que Guido será o líder do exército cristão na batalha de Hattin, convém explicar que ele e Amalrico eram filhos de Hugo VIII de Lusignan (uma casa nobre do Poitou, no centro-oeste da França, região de Poitiers), um bravo que lutara na Terra Santa na década de 1160. Ao que se sabe, Amalrico fora expulso do Poitou pelo seu senhor, Ricardo “Coração

de Leão” (filho do rei de Inglaterra, Henrique II), por ter sido dado como culpado do assassinato do primeiro conde de Salisbúria. Chegara à Palestina por volta de 1174, antes do irmão, e casara com uma filha de Balduíno de Ibelin, chamada Eschive. Amalrico de Lusignan prestara alguns serviços a Inês de Courtenay e, em 1179, o rei Balduíno IV nomeara-o condestável do reino de Jerusalém.

Não devemos pensar que a escolha de Balduíno de casar a irmã com Guido de Lusignan foi apenas uma precipitação, uma forma de contrariar os planos do poderoso conde de Trípoli. Guido, por quem Sibila parece ter-se de facto enamorado, embora sendo um filho cadete, pertencia a uma família distinta e era vassalo do rei de Inglaterra, Henrique II, um primo direito de Sibila e um monarca que se comprometera a apoiar o movimento das Cruzadas na Terra Santa, como forma de expiar um terrível pecado cometido em 1170: o assassinato de Thomas Beckett, arcebispo de Cantuária. Portanto, apesar de gravemente enfermo, o rei conservava-se lúcido e antecipava a possibilidade de um forte apoio internacional à causa dos Estados Latinos.

Com a mesma intenção de congregar apoios sólidos para os reinos cruzados, em 1176 ou 1177, Balduíno IV enviara Reinaldo de Châtillon à corte de Constantinopla: o apoio naval bizantino era essencial para o rei de Jerusalém — que já ousara invadir a região de Damasco e do vale do Beqaa — conseguir concretizar um ataque ao Egito e desferir um rude golpe no poder de Saladino. Em recompensa pela sua missão, Reinaldo (que enviara a princesa Constança de Antioquia durante a penosa dezena e meia de anos em que estivera preso em Alepo) seria mais tarde agraciado com um segundo matrimónio, igualmente invejável: receberia a mão de Estefânia de Milly, a rica viúva de Miles de Plancy e de Onofre III de Tóron, que se tornara herdeira do senhorio da Transjordânia (a região “além do rio Jordão”), incluindo os importantes castelos de Kerak e de Montreal, situados a sudeste do Mar Morto e que controlavam as rotas do comércio entre o Egito e Damasco, devido à sua proximidade da margem norte do Mar Vermelho (vejam-se os mapas em anexo). Pensa-se que a confiança de Balduíno IV em Reinaldo de Châtillon (o mais encarniçado inimigo dos muçulmanos na Terra Santa) era calibrada pela proximidade de Guilherme

de Montferrat, cunhado do monarca, mas também já sabemos que este desapareceu prematuramente de cena, em junho de 1177. Estas circunstâncias tornariam Reinaldo de Châtillon uma personagem decisiva da nossa história.

Em finais de 1177, Saladino passara à ofensiva contra os Estados cruzados e invadira o reino de Jerusalém pelo sul. Balduíno IV, muito em esforço e com poucos efetivos, reagira e tentara travar o adversário na região de Ascalon (ligeiramente a norte de Gaza). Não tendo sucesso, o rei cristão optara por perseguir o líder muçulmano e acabara por derrotá-lo, não sem surpresa, na Batalha de Monte Gisard (Tall al-Safiya, perto de Ramla), a 25 de novembro de 1177, inspirado por uma visão de São Jorge e pela posse da Vera Cruz de Cristo, e graças ao precioso auxílio dos cavaleiros da Ordem do Templo e das forças transjordanas conduzidas por Reinaldo de Châtillon. Logo a seguir, como forma de garantir uma maior unidade na frente interna, Balduíno IV autorizara a sua madrasta, Maria Comnena, a casar com Balião de Ibelin. Depois, tratou de reforçar as fortificações do reino, erguendo, a partir do outono de 1178, o castelo de Chastelet (entregue aos Templários) no chamado Vau de Jacob (também conhecido por Vau das Mágoas, local onde Jacob lutara com o anjo), situado a sul de Tóron e bem junto à fronteira entre cristãos e muçulmanos, num ponto essencial para controlar a via que ligava o porto de Acre à Palestina e ao norte da Síria.

Parecem ter terminado aqui os anos luminosos de Balduíno IV. Na primavera de 1179, o rei ainda atacou a região de Baniás (próximo do Vau de Jacob), mas foi surpreendido, derrotado e quase preso por um parente de Saladino. Perto do início do verão, respondeu a ataques muçulmanos na zona de Sídon, com uma cavalgada em que participaram também Raimundo III de Tripoli e o mestre dos Templários (Odão de Saint Amand), mas os cristãos acabaram por ser apanhados de surpresa em Marj Ayûn, junto ao rio Litani, pela hoste de Saladino, que lhes infligiu numerosas baixas e aprisionou o mestre dos Templários, Balduíno de Ibelin e um dos enteados de Raimundo de Tripoli. Em agosto, Saladino arrasou a fortaleza templária (ainda inacabada) do Vau de Jacob, tendo dizimado a respetiva guarnição. Antes dos finais de outubro de 1179, o rei, tentando recuperar o controlo da situação militar, nomeou como marechal do reino o cavaleiro Gerardo

de Ridefort, um antigo vassalo do conde Raimundo III que entrara em rota de colisão com o seu senhor por causa de um mal sucedido projeto de casamento e de acesso a um bom feudo no condado de Tripoli. Anos mais tarde, Gerardo de Ridefort tornar-se-ia mestre da Ordem do Templo (1185-1189), tendo desempenhado um papel crucial nas batalhas, quase consecutivas, de Fonte de Cresson e de Hattin.

Chegados a 1180, com cristãos e muçulmanos esgotados física e financeiramente por sucessivas campanhas, foi assinada uma trégua por dois anos entre Balduíno IV e Saladino. A paz não interrompeu, contudo, a progressão da doença do infeliz monarca, que em 1180 autorizou os já citados casamentos de Sibila com Guido de Lusignan e de Reinaldo de Châtillon com Estefânia de Milly, e ainda o da sua meia-irmã Isabel com Onofre IV de Tóron. Guido e Reinaldo parecem ter-se entendido bastante bem e arquitetaram algumas investidas contra as posições muçulmanas, sobretudo na Transjordânia, como adiante veremos. Os barões recuperavam a iniciativa, face à saúde cada vez mais frágil do monarca, que em 1182, já com graves debilidades de visão e de locomoção, acabou por nomear Guido de Lusignan como regente de Jerusalém. Porém, a prestação militar do antigo condestável na campanha de Saladino, em 1183, contra a Galileia (a que adiante faremos referência), não convenceu o soberano, que optou por afastá-lo e que terá mesmo tentado anular o seu casamento com Sibila. Em compensação, o sobrinho do rei, o pequeno Balduíno V (filho de Sibila e de Guilherme de Montferrat) foi coroado em novembro de 1183, tendo Raimundo III de Tripoli voltado a ser investido nas funções de regente.

Finalmente, na primavera de 1185, Balduíno IV “o Leproso” faleceu na capital dos Estados cruzados na Terra Santa. Tinha 24 anos e, apesar de todos os seus esforços e iniciativas, deixava o reino de Jerusalém debaixo de uma terrível incerteza. Para agravar a situação, o seu herdeiro, Balduíno V, faleceu logo no ano seguinte (em setembro de 1186), com apenas nove anos de idade... A conjugação destes acontecimentos trágicos (a que poderíamos ainda associar a morte de Inês de Courtenay, pouco antes da do filho, ou o falecimento do desiludido Guilherme de Tiro, talvez no outono de 1185) conduziu ao afastamento do regente Raimundo de Tripoli e à subida ao

trono de Jerusalém por parte de Sibila e do seu marido, Guido de Lusignan. O facto poderá ter ocorrido na sequência de um golpe palaciano perpetrado pelo “grupo da corte”, que exigia uma política anti-muçulmana mais ativa e que, sob a liderança de Joscelino de Edessa, terá ludibriado Raimundo III e iludido o substituto de Guilherme de Tiro, Heráclio de Cesareia. Certo é que a sucessão não foi bem recebida por muitos barões, a começar pelo conde de Trípoli (que se tornou amigo de Saladino!) e, numa fase inicial, pelo príncipe Raimundo III de Antioquia, entre outros. O clima de divisão interna alastrava perigosamente, e isso relevar-se-ia fatal em Hattin, no verão de 1187.

A ascensão de Saladino e a unificação muçulmana

Vejamos agora o que se passou no campo muçulmano durante as décadas de sessenta e de setenta do século XII. Saladino e a sua família serão os nossos guias preferenciais durante esta observação, que beneficiará também da síntese recente de David Nicolle (2011: 4-19) sobre aquela figura maior da história medieval do Islão.

Quando Urbano II pregou a Primeira Cruzada, o Médio Oriente muçulmano achava-se dividido em numerosas parcelas de dimensão e potencial muito variáveis (veja-se em anexo o mapa de John France, 1996: 109). A Ásia Menor estava já quase completamente dominada pelos turcos, repartidos em diversos grupos: a ocidente, o emirado de Esmirna (que incluía a histórica cidade de Éfeso); no planalto da Anatólia, os seljúcidas do “Rhum” (isto é, do antigo território “romano” do Oriente), dominando cidades como Niceia ou Icónio, entre muitas outras; um pouco mais a norte, os danismêndidas (que tutelavam praças como Ancara, a atual capital da Turquia); mais a leste, nas regiões já próximas da moderna fronteira da Turquia com a Geórgia, com a Arménia e com o noroeste do Irão, os menguchekides e os saltukides (estes últimos estabelecidos após a grande vitória obtida sobre os bizantinos na Batalha de Manzikert, em 1071, e centrados em torno da cidade de Erzurum); imediatamente a sul destas três últimas potências, a Arménia

ciliciana em vias de formação (com uma forte comunidade cristã e, por isso, propensa a alianças com os futuros Estados cruzados, dominando cidades como a bíblica Tarso ou Edessa) e uma teia algo complexa de pequeninos territórios controlados por diversos emires seljúcidas, no triângulo desenhado entre Edessa, Mossul e o lago Van (no atual Curdistão). Mais abaixo, o Grande Império Seljúcida, ocupando toda a área-berço da nossa civilização, entre o Tigre e o Eufrates, e englobando Bagdade e grande parte dos atuais Iraque e Arábia Saudita, até ao Mar Árábico. Depois, na costa oriental do Mediterrâneo, onde hoje temos a Síria e o Líbano, achavam-se as terras de dois grandes *atabegues*: Ridwan de Alepo (que controlava esta cidade e Antioquia, entre outras); e Duqaq, senhor de Damasco. Daqui para sul, onde estão hoje as martirizadas terras de Israel e da Palestina, incluindo a cidade de Jerusalém, situavam-se os territórios disputados entre os turcos seljúcidas e o califado dos Fatimitas, que dominava o Egito e uma estreita mas extensa faixa costeira que se estendia de Ascalon a Tripoli (uma zona que se tornaria absolutamente vital para os futuros Estados cruzados). Ligeiramente ao largo, a ilha de Chipre, ainda dominada pelos bizantinos, parecia observar este quadro com progressiva apreensão, como que confirmando um futuro angustiante para o velho Império Romano do Oriente.

Foi este cenário global que, como vimos, a Primeira Cruzada veio alterar profunda e violentamente, a partir dos últimos anos do séc. XI. Meio século depois, consumada a reconquista de Edessa por Imad al-Din Zengi (em 1144), o Médio Oriente islâmico vivia entre o sonho de uma recuperação integral do território perdido para os “Francos” (isto é, os Cruzados) e a constatação diária das enormes clivagens internas no seio da grande comunidade muçulmana. Aos poucos, o avanço dos turcos tinha retirado espaço de respiração aos árabes e aos persas (a não ser no seio das elites religiosas, culturais e comerciais) e reduzira os curdos a uma influência local. Mas, ao mesmo tempo, o centro intelectual do mundo islâmico deslocara-se da região iraniana e do coração do Iraque para a Síria, o Egito e o norte do Iraque. Isso fez com que cidades como Mosul, Alepo, Damasco e até o Cairo (sobretudo após a afirmação de Saladino no Egito) comesçassem a rivalizar com Bagdade, a capital do califado sunita dos Abássidas.

Salah al-Din nasceu em 1138, em Tikrit (170 km a noroeste de Bagdade e, curiosamente, o mesmo local em que veio ao mundo Saddam Hussein). Nesta altura, o imenso Império Seljúcida dava sinais claros de fragmentação interna, o que permitia, como já sugerimos, a afirmação de príncipes *atabegues* em diversas regiões, desde a Jazira (Mesopotâmia) até à Síria, o Líbano, a Jordânia, a Palestina e partes da atual Turquia do sul. Zengi, senhor de Mosul e de Alepo, foi precisamente um desses *atabegues*, e a ele se deve um primeiro esboço de unificação política de territórios-chave do Islão. Ao mesmo tempo, o califado abássida de Bagdade, cujo papel político tinha sido, até aí, meramente residual, readquiria uma importância inesperada.

Quando Zengi foi assassinado (em 1146), o seu Estado foi repartido pelos seis filhos. Um deles, Nur al-Din de Damasco, tornou-se então o novo paladino da resistência muçulmana aos invasores cruzados: recuperou muito território entre o vale do Orontes (um rio que, correndo de sul para norte, percorre mais de 570 km ao longo das atuais terras do Líbano, da Síria e da Turquia, até desaguar no Mediterrâneo) e conseguiu também reduzir o principado que Boemundo de Tarento fundara em Antioquia a uma estreita faixa litoral. Como o condado cristão de Edessa já tinha caído e o pequeno condado de Tripoli se mantinha praticamente inalterado, a grande ameaça, para os muçulmanos, continuava a ser o reino de Jerusalém, tanto mais que, como vimos, Amalrico I mostrava claramente intenção de o alargar para leste e para o Egito, aproveitando o declínio do califado xiita dos Fatimitas.

Saladino teve de considerar demoradamente todas estas coordenadas políticas, militares e religiosas. Ele preocupou-se com a relação entre os xiitas (na altura, claramente majoritários, sobretudo na Síria e no Egito) e os sunitas (a cuja família pertencia) no seio da grande comunidade islâmica (a *umma*). Saladino sabia que qualquer projeto federador não podia ter uma base meramente militar: no Médio Oriente muçulmano, a caução religiosa e legal conferida pelas elites era simplesmente imprescindível. E, como nota David Nicolle, até aos inícios do séc. XIII, os académicos sunitas viam o seu califa como o líder espiritual (o *iman*) da comunidade muçulmana. O grande desafio, para Saladino, resultava do facto de os califas abássidas de Bagdade serem, não apenas os líderes espirituais do Islão

sunita, mas também importantes chefes militares que, a qualquer momento, podiam interferir com os seus planos, tanto mais que, como veremos, Saladino foi durante muito tempo visto como um usurpador do poder dos descendentes de Nur al-Din... Desde logo percebemos como o triunfo de Saladino dependia da sua capacidade de utilizar a luta contra os Cruzados como uma forma de auto-legitimação e como um expediente político para se afirmar como o governante mais poderoso do Médio Oriente muçulmano.

O nome de nascença de Saladino era Yusuf Ibn Ayyub, e provavelmente seria um curdo, pelo menos pelo lado do seu pai (Najm al-Din Ayyub). No Iraque central, onde Saladino veio ao mundo, tanto o pai como o tio (o nosso já conhecido Shirkuh) eram governadores militares em nome do sultão seljúcida Muhammad Ibn Malik Shah. Não se tratava de gente rude, mas de descendentes da aristocracia arménia de Dvin, habituados a servir senhores poderosos (árabes ou turcos) no Iraque ou na Síria, e parte integrante das elites militares. Tikrit era então um importante centro cultural (cristão e muçulmano) e dispunha de uma boa cidadela e de um serviço de comunicações importante. No entanto, não foi aqui que Saladino cresceu e foi educado, uma vez que, logo em 1139, o tio Shirkuh foi acusado de um homicídio e a família teve de fugir para a Síria, onde o pai entrou ao serviço do *atabegue* Zengi, como governador da cidade fronteiriça de Baalbak (no atual Líbano). Quando Zengi foi morto, em 1146, Najm al-Din Ayyub foi suficientemente sensato para se conseguir entender com o governador de Damasco, o que lhe permitiu continuar em funções e receber até uma *iqta* (uma espécie de feudo) e uma boa moradia em Damasco. Quanto a Shirkuh, manteve-se leal aos filhos de Zengi, nomeadamente a Nur al-Din.

Saladino foi, portanto, educado em Damasco, num ambiente urbano requintado e onde se falava o árabe. Estudou sobretudo religião, ética e cultura, mas fez também a sua aprendizagem da arte de governar, de administrar a justiça e de fazer a guerra (aliás, a educação religiosa muçulmana do séc. XII pressupunha isso mesmo, como observa Nicolle). Tanto ele como os seus filhos ter-se-ão exercitado no manejo das armas, na equitação, no pólo e no tiro com arco, muito populares entre os muçulmanos.

Em 1164, já com 26 anos de idade, Saladino acompanhou Shirkuh numa campanha no Egito fatimita, que constituiu o seu tirocínio militar. O principal objetivo desta expedição consistia em prevenir o domínio da região pelos Cruzados, mas a campanha não foi bem-sucedida. Três anos mais tarde, Nur al-Din insistiu no projeto, que como já sabemos conduziria à expressiva vitória obtida em Al-Babayn, na primavera de 1167, sobre uma hoste de Cruzados e de Fatimitas. A seguir, Saladino teve de defender estoicamente o grande porto marítimo de Alexandria dos ataques de Amalrico I, posto o que se assinaram as tréguas que levaram à retirada síria. Em outubro do ano seguinte, em resposta a um novo ataque cristão ao Egito, Nur al-Din enviaria uma terceira expedição, que redundou num grande sucesso: as forças sírias tomaram conta do reino, ainda que, conhecedoras das subtilezas da política e da boa propaganda, o tenham feito em nome do califado dos Fatimitas; neste contexto, Shirkuh tornou-se mesmo o *wazir* (ou seja, o *vizir*, o principal cargo da corte) do califa. No entanto, o tio de Saladino morreria subitamente, logo em março de 1169, o que obrigou os oficiais de Nur al-Din a escolher de urgência um novo líder local: a escolha recaiu em Saladino, que assim, aos 31 anos de idade, se tornou o homem forte do Egito e o braço direito do jovem e doente Al-Adid, o último dos califas fatimitas.

Foi aqui que começou, verdadeiramente, a ascensão de Saladino. Em cerca de um ano, o novo vizir conseguira já reduzir o poder e a influência dos xiitas dentro do Estado e consolidar a sua própria autoridade. Para tanto, foi suficientemente astuto para tirar partido de diversos elementos e práticas características do sistema estatal fatimita, ao mesmo tempo que reformava o exército egípcio, de que era agora o comandante e que se achava muito dividido entre as tropas recrutadas pelos vizires e o núcleo dos regimentos palatinos, que respondia perante o califa. Quando este último faleceu, em meados de setembro de 1171, desprovido de poder político efetivo e até já sem grande autoridade religiosa, Saladino viu rasgar-se-lhe pela frente a possibilidade de tornar o Egito um bastião sunita, tornando-se governador em nome de Nur al-Din da Síria.

A cavalgada de Saladino, porém, não foi inteiramente pacífica. Conhecedor da fidelidade duvidosa dos efetivos do velho exército fatimi-

ta, o novo governador tratou de reter as verbas norte-africanas por que Nur al-Din tanto ansiava para as suas campanhas expansionistas na Síria e aplicou-as em proveito próprio: reforçou as forças militares que o tio Shirkuh trouxera para o Egito e construiu assim um exército que lhe era profundamente devotado e leal, composto maioritariamente por turcos e, subsidiariamente, por curdos. No fundo, como comenta Nicolle, Saladino queria tornar o Egito, sob a sua liderança, uma potência própria, capaz de partir depois à conquista dos Estados Latinos do Oriente! Como seria de esperar, Nur al-Din não apreciou o projeto, o que criou uma situação de grande tensão entre o filho de Zengi e o seu representante no Egito; o caso só não teve consequências trágicas devido à morte repentina de Nur al-Din, em maio de 1174...

Com a sua máquina militar pronta para intervir, Saladino começou então a libertar as rotas tradicionais de peregrinação do Norte de África até aos lugares islâmicos sagrados da Arábia: recuperou Aylah (no local da atual Akaba, na Jordânia, a primeira cidade islâmica fora da Península Arábica), controlou a estrada de Hajj (uma via de peregrinação a Meca) e, dirigindo sobretudo as suas forças contra outros governantes muçulmanos locais, começou a dar corpo à ideia de criar uma frente unida contra os Estados cruzados. Tentou intervir no noroeste africano, de modo a controlar a pirataria e a recrutar pessoal para a frota egípcia (então muito debilitada), mas esbarrou na intransigência da dinastia marroquina dos Almóadas, que não se submeteu aos seus desígnios. Por isso, em África, a autoridade de Saladino nunca passou do Egito, de Barqa (na Cirenaica) e da Líbia oriental. A sul, a situação também o preocupava, sobretudo na Núbia, que dispunha de uma comunidade cristã importante, e no estratégico Iémen, que controlava o acesso ao Mar Vermelho e ao Golfo de Adem (que liga ao Índico) e que era então governado pela dinastia ismaelita xiita dos Sulayhids. Tanto a Núbia como o Iémen se mostravam sempre disponíveis para apoiar qualquer pretensão fatimita ou xiita, o que configurava um perigo permanente para o líder aiúbida. Na fronteira entre o Egito e a Núbia (entrando pelo atual Sudão), um irmão de Saladino, chamado Turan Shah, teve mesmo de fazer uma campanha implacável após uma revolta ocorrida em 1169,

e a situação só parece ter acalmado a partir de 1174, possibilitando aliás um século dourado de derradeiro renascimento cultural da civilização cristã sudanesa nos reinos núbios.

Morto Nur al-Din (que deixou um único filho, Al Malik), dominado o Egito e a sua envolvente e controlado o ataque da frota normanda-siciliana de Guilherme II a Alexandria (em finais de julho de 1174, como acima dissemos), Saladino pôde então concentrar-se no ataque à Síria muçulmana, que justificou em nome da futura *Jihad* contra os Estados Latinos. Sujeitou-se, com isso, a inúmeras críticas e desconfianças (incluindo do califa abássida de Bagdade), pois muitos encaravam-no como um curdo ambicioso que estava simplesmente a trair a confiança dos descendentes do seu antigo senhor, Nur al-Din, a quem devia quase tudo. Nesta ofensiva contra os Zênquidas da Síria, da Jazira e do Norte do Iraque, Saladino parece ter recolhido sobretudo apoio entre o povo comum e os soldados rasos, talvez mais sensíveis à propaganda e decerto mais disponíveis para a construção conjunta de um futuro diferente.

Graças a eles, conseguiu assegurar o controlo de Damasco, em outubro de 1174; no ano seguinte, seria reconhecido como sultão (ou principal governante) da região. Sempre sustentado por uma máquina de propaganda político-religiosa que o apresentava como líder da *Jihad* contra os Cruzados, Saladino tratou de minar a resistência dos últimos governantes zênquidas do norte da Síria, sentindo porém grandes dificuldades para dominar Alepo e outras cidades, quase sempre através de meticulosas campanhas de pequena dimensão. O grande cronista muçulmano coevo, Ibn al-Athir (ed. Richards, pp. 242-243), descreve sem complacência algumas dessas campanhas de assédio (por exemplo, em Manbij, em Azaz ou em Alepo, todas elas em 1176), que incluíram bloqueios, operações de assalto às muralhas, construção de galerias subterrâneas e saques vultuosos. Em 1176, Saladino tomou também a decisão inteligente de casar com a viúva de Nur al-Din, chamada Ismat, estabelecendo assim um laço de parentesco com a família do seu antigo senhor, de modo a amortecer as tensões acumuladas com os Zênquidas.

No entanto, nestes anos de afirmação da sua liderança no mundo muçulmano, entre o Egito e o Norte da Síria, Saladino não enfrentou apenas

rivais da mesma crença: como já sabemos, em novembro de 1177, depois de executar um raide profundo através do reino de Jerusalém para evitar um perigoso assalto conjunto cruzado-bizantino ao Egito após a chegada à Terra Santa de um exército do conde flamengo Filipe da Alsácia (que alegava ter direito à regência de Jerusalém, uma vez que era primo direito do monarca latino), Saladino acabou por ser derrotado com estrondo em Tall al-Safiya (Monte Gisard) pela hoste de Balduino IV, constituída sobretudo por Templários e por forças da Transjordânia conduzidas por Reinaldo de Châtillon. Dois anos mais tarde, o sultão aiúbida vingaria-se dos Francos em Marj Ayûn (no atual Líbano), desforra completada no mesmo ano com a destruição da fortaleza templária do Vau de Jacob, na margem superior do Jordão.

Com os seus recursos financeiros à beira do esgotamento, e com uma seca severa a afetar duramente (e durante cinco anos) grande parte da Síria, em especial a região de Damasco, Saladino apostou numa trégua de dois anos, findos os quais reapareceria mais forte e decidido do que nunca a pôr fim à aventura cruzada na Terra Santa. Para isso contribuiria também a morte, em 1180, do *basileus* (imperador) Manuel I Comneno; os seus sucessores, Aleixo II (1180-83) e Andrónico I (1183-85) não foram capazes de impedir a fragilização do Império Bizantino e um aumento alarmante das tensões entre as cristandades ortodoxa e católica naquela região do mundo: recordem-se os massacres dos Latinos residentes em Constantinopla (em 1182) e dos Gregos moradores em Tessalónica (a segunda cidade do Império, em 1185). Dois grandes aristocratas bizantinos, Isaac e o seu irmão Aleixo Anjo, refugiaram-se mesmo na Síria, em rotura com Andrónico I, e tornaram-se amigos de Saladino! Como Isaac ascendeu à púrpura de *basileus* em 1185, pode bem dizer-se que os ventos da História pareciam soprar a favor de Saladino; de resto, o rumor de uma aliança entre Isaac II e o sultão aiúbida levou mesmo o conde cruzado de Tripoli a aprisionar Aleixo Anjo (o futuro Aleixo III) quando este regressava a Constantinopla. Claro que nada disto é despreciando para um bom entendimento do grande combate de Hattin, em 1187...

Os recursos militares dos Estados Latinos do Oriente

35

Discute-se muitas vezes quais seriam os recursos dos Cruzados na Terra Santa. Antes de mais, é preciso perceber que, na Síria-Palestina, os “Francos” (nome por que eram conhecidos entre os seus inimigos) encontraram um cenário muito diferente daquele a que estavam habituados, pois o deserto, o calor e a falta de água ajudavam a criar um ambiente muito distinto do europeu. Uma grande parte dos combates era travada em espaços relativamente vazios, como nos Montes Golã, em Aran ou na Galileia, na fronteira entre o reino de Jerusalém e Damasco. Por outro lado, a maior parte dos latinos que se fixou na Terra Santa não tinha, à partida, qualquer experiência de luta contra adversários muçulmanos, fortes em cavalaria ligeira, hábeis no uso do arco a cavalo (em especial os turcos), extremamente móveis e sabedores de mil e um estratagemas (entre os quais a retirada simulada) propícios a frustrar as cargas da cavalaria pesada cristã. Para tornar a situação ainda mais difícil, na hora de combater a relação de forças era quase sempre desfavorável aos latinos: estima-se que, à data da batalha de Hattin, vivessem cerca de 120 000 habitantes de origem ocidental no reino de Jerusalém, que teria nesta data entre 400 000 e 500 000 almas; nos restantes Estados Latinos do Oriente (em Antioquia e no pequenino condado de Tripoli) haveria outros tantos Francos, na melhor das hipóteses (Monteiro, 2010: 260-261).

Muitos historiadores (como R. C. Smail, Ch. Marshall, A. Demurger ou D. Nicolle) tentaram perceber qual seria, exatamente, a capacidade de mobilização militar do rei de Jerusalém na segunda metade do séc. XII. No que diz respeito ao recrutamento de base feudal, as estimativas apontam para cerca de 675 cavaleiros. A fonte mais preciosa (embora algo tardia e incompleta) para a elaboração destes cálculos é o *Livre des Assises de la Haute Cour*, elaborado na década de 1260 pelo jurista João de Ibelin, conde de Ascalon e de Jafa e senhor de Beirute, ele próprio cavaleiro templário desde 1236. Segundo esta fonte, o *servitium debitum* (obrigação de serviço militar) prestado pelos nobres ocidentais ao rei de Jerusalém na década anterior à batalha de Hattin oscilava entre os 100 cavaleiros devidos pelos barões mais importantes e o serviço pessoal de muitos pequenos proprietários de terra que só tinham de

se apresentar a si próprios, devidamente armados e encavalgados. O mesmo devia suceder em Antioquia nos inícios do séc. XII, segundo dá a entender uma outra fonte, que devemos a Walter, o bem informado chanceler do príncipe Rogério: ao todo, um serviço de perto de 700 cavaleiros feudatários. Obviamente, após as perdas de Edessa (1144) e de muitos territórios reconquistados por Nur al-Din nos anos seguintes no principado de Antioquia, a capacidade de recrutamento dos cristãos no norte da Terra Santa diminuiu, tanto mais que, como explicou Peter Edbury (1999: 94), no Oriente latino não havia a tradição de aplicação sistemática de uma taxa para substituição do serviço militar presencial: sempre que um vassalo se queria esquivar a essa obrigação, devia resignar ao seu feudo durante um ano e um dia.

Para além da “hoste feudal” (ou seja, dos cavaleiros de que já falámos, a que se juntavam, em caso de necessidade, os “sargentos” montados e a pé fornecidos pelas comunidades eclesíásticas e urbanas), os governantes cristãos da Terra Santa recorreram com frequência crescente a mercenários, muitas vezes contratados por períodos restritos e com as verbas que os monarcas de França ou de Inglaterra disponibilizavam para apoio aos Estados cruzados; geralmente, estes profissionais eram incorporados nos contingentes das Ordens Militares. Em caso de extrema necessidade, havia ainda a possibilidade de os príncipes cristãos recorrerem ao chamado *arrière-ban*, ou seja, a um recrutamento generalizado de todos os homens livres entre os 15 e os 60 anos de idade em condições de combater, nos termos da velha tradição franca da Alta Idade Média. Também os peregrinos de passagem pela Terra Santa, que muitas vezes eram personagens ilustres da nobreza (como o conde Foulque V de Anjou, o já citado conde da Flandres ou ainda o conde Thierry da Alsácia, para apenas citar três exemplos expressivos) podiam aproveitar a sua presença na Síria-Palestina (mais frequente na quadra da Páscoa) para combater os infiéis, integrados nas suas próprias mesnadas ou pontualmente alistados numa das Ordens Militares.

Estas últimas organizações (Templários e Hospitalários) configuravam um derradeiro e precioso recurso militar dos governantes cruzados. Na década de 1170, devia haver cerca de 300 cavaleiros da Ordem do Templo e outros tantos da Ordem do Hospital no reino de Jerusalém (os Teutónicos só surgi-

riam nos últimos anos do séc. XII e seriam em menor número). Contas feitas, Templários e Hospitalários, em conjunto, representavam quase metade da capacidade militar ‘pesada’ do principal Estado Latino do Oriente, o mesmo devendo suceder em Antioquia e em Tripoli. Mas não se tratava apenas de uma questão de expressão numérica: os contingentes das Ordens eram o núcleo duro dos exércitos latinos da Terra Santa, porque eram os seus únicos corpos militares permanentes, porque eram forças semi-profissionalizadas e com uma clara vocação guerreira, porque a sua presença continuada na Síria-Palestina lhes permitia acumular uma experiência militar indispensável a uma luta travada nas condições que evocámos, e também porque, tendo uma raiz religiosa e monástica, onde a obediência era um princípio sagrado, os seus freires cavaleiros garantiam um nível de disciplina e de respeito pelos chefes muito superior ao normal nos exércitos feudais. Além disso, a grande capacidade económica das Ordens (que dispunham de vastos recursos no Ocidente) permitia-lhes construir e manter fortalezas que se converteram em verdadeiros baluartes da presença latina na Terra Santa, para além de a sua orgânica interna e de os seus recursos humanos lhes possibilitarem repor rapidamente os numerosos efetivos que perdiam em combate.

Por tudo isto, os mestres do Templo e do Hospital, apesar das rivalidades que alimentavam entre si, dispunham de uma influência política e militar tremenda, chegando-se ao ponto de serem autorizados a fazer a paz ou a guerra com os seus vizinhos muçulmanos, um sinal claro de um elevado grau de autonomia relativamente ao próprio rei de Jerusalém. Não por acaso, após a Batalha de Hattin, Saladino ordenou a execução de quase todos os freires cavaleiros aprisionados e exigiu da Ordem do Templo uma garantia quanto ao acordo de rendição negociado em São João de Acre. Já o cronista Ibn al-Furat, ao referir-se à fortaleza templária fronteira de Safed (na margem direita do rio Jordão, a norte de Tiberíades), descreve-a como “uma espinha na garganta da Síria e uma ferida no coração do Islão” (citado por Marshall, 1992: 67)...

Não nos é possível desenvolver o tema, mas o mapa anexo dos castelos cruzados na Terra Santa preparado por H. Kennedy (2001: XVI), o maior estudioso do tema, permite verificar a extensão da rede de fortalezas cristãs

que garantia a sobrevivência dos Estados Latinos do Oriente. A maior parte desses castelos era pertença das Ordens Militares, como acontecia com Crac des Chevaliers (na Galileia), talvez a mais conhecida das fortalezas dos Hospitalários e que inspirou até a construção do lendário castelo de Château-Gaillard, na Normandia, com as suas muralhas concêntricas (isto é, com um pano de muralha envolvido por outro). Muitos historiadores consideram mesmo que a arquitetura militar foi a valência da arte bélica em que as Cruzadas mais diretamente influenciaram a história militar ocidental (Balard, 1998). Curiosamente, Portugal é um bom exemplo disso, pois o enorme salto dado pela castelologia portuguesa na transição do “castelo roqueiro” para o “castelo românico” (já muito mais sofisticado, pois dispunha de torreões adossados, de seteiras, de torre de menagem, etc.) deu-se justamente após a chegada a Portugal, vindo da Terra Santa, do freire cavaleiro Gualdim Pais, que se tornaria mestre da Ordem do Templo entre nós durante quase toda a segunda metade do séc. XII. No Oriente latino, resistir tornou-se cada vez mais indispensável (em especial após Hattin), pelo que as fortalezas desempenharam um papel essencial. O exército cristão era, em grande medida, um ‘exército de guarnição’, o que de resto levantava um problema grave e nunca satisfatoriamente resolvido (a não ser quando chegava uma nova Cruzada papal à Terra Santa): de cada vez que era preciso mobilizar uma hoste para combater no terreno, as guarnições castelares tinham de ser esvaziadas, o que, sobretudo em caso de insucesso no campo de batalha, deixava os castelos latinos à mercê da conquista muçulmana...

Em exércitos relativamente pequenos (dificilmente os cristãos conseguiam reunir mais de 1200 cavaleiros, alguns milhares de “sargentos” e turcopolos¹

¹ Turcopolos: do grego *tourkopoulai*, ou seja, “filho de turco”; trata-se de gente que aparece no exército bizantino ao tempo do imperador Aleixo I Comneno (1081-1118), como turcos convertidos ao cristianismo e conservando os seus modos de combater, mas que esteve depois presente em todos os Estados cruzados; Guilherme de Tiro apelidou-os de *equites levis armaturae* (“cavaleiros levemente armados”), sendo provável que se tratasse sobretudo de arqueiros a cavalo, muito usados em missões de policiamento e de reconhecimento ou em transporte de mensagens. Os turcopolos (indígenas turcos, muitos dos quais eram prisioneiros ou desertores casados com mulheres francas e convertidos à religião cristã) também podiam ser utilizados nas guarnições dos castelos cruzados. Provavelmente, seriam em número limitado, insuficiente para imitar o papel desempenhado pela cavalaria ligeira

e um máximo de 10 000 a 15 000 peões), poder contar com a eficácia dos contingentes das Ordens Militares era, pois, essencial à sobrevivência dos Estados Latinos do Oriente. Devido à sua competência e profissionalismo, os contingentes das Ordens eram muitas vezes colocados na vanguarda ou na retaguarda das colunas de marcha, ou seja, em duas posições particularmente sensíveis. Eles configuravam uma força de elite sempre disponível, de mobilização muitíssimo rápida, com forte sentido de corpo, bem armada, experiente e disposta a tudo. Foi graças aos Templários e aos Hospitalários que, apesar de todas as dificuldades, os Cruzados conseguiram conservar uma postura razoavelmente agressiva (sobretudo durante o primeiro século da presença cristã na Terra Santa) e desenvolver ou aperfeiçoar formas de combate altamente especializadas. Entre estas, destacaremos duas, que reputamos de especialmente importantes.

Por um lado, a capacidade de organizar colunas de marcha muito cerradas e coesas, preparadas para combater a qualquer momento e aptas a resistir longamente ao tiro fustigante dos arqueiros muçulmanos e às provocações da respetiva cavalaria ligeira (é sugestivo lembrar que os historiadores anglo-saxónicos apelidam esta técnica de “fighting-march”). O exemplo clássico é fornecido pela coluna de Ricardo “Coração de Leão”, que, no verão de 1191 (apenas quatro anos volvidos sobre o desastre de Hattin), desceu de Acre para Jafa, sempre bem encostada ao litoral para beneficiar do apoio da frota cristã e para melhor proteger o seu flanco direito. Embora massacrada por Saladino, a coluna prosseguiu a sua caminhada, para espanto dos cronistas muçulmanos, como confessa Baha al-Din Ibn Shaddad, o biógrafo e amigo do sultão aiúbida:

“O exército inimigo já estava em formação com a infantaria rodeando-o como se fosse uma parede, vestindo robustos corseletes de ferro e malha metálica comprida de boa qualidade, de tal modo que as setas

islâmica durante uma batalha. Ainda assim, a circunstância de serem muçulmanos convertidos ao cristianismo atraiu a ira de Saladino, que após a batalha de Hattin mandou executar todos os turcopolos que aprisionou, apelidando-os de renegados ou apóstatas (Monteiro, 2010: 276-277).

acertavam neles quase sem efeito... Eu vi diversos indivíduos entre os Francos com dez setas cravadas nas suas costas avançando desta forma, imperturbáveis” (Baha al-Din, ed. Richards, p. 170).

Por outro lado, a capacidade para executar cargas de cavalaria pesada com um grau de disciplina interna e de coesão ímpares. Tais cargas eram um dos recursos militares mais preciosos dos exércitos feudais do século XII, mas, para serem bem-sucedidas, exigiam um grau de adestramento elevado. Para conseguir “faire la pointe” (isto é, para conduzir a carga) segurando debaixo da axila direita a sua longa e pesada *lance couchée* (a célebre “lança deitada”, surgida no Ocidente europeu em data incerta, mas seguramente antes da Batalha de Hastings de 1066), os cavaleiros precisavam de se agrupar em pequenos esquadrões (os *conrois*, com 10 a 20 homens), tinham de preservar um grande controlo emocional e não podiam estugar demasiado o passo dos cavalos: de modo a chegarem com impacto ao seu objetivo, os esquadrões só na fase terminal da carga (ou seja, nos últimos 50 metros) deviam passar ao galope (20 a 25 km por hora), e também não valia a pena concretizarem o choque enquanto o seu adversário não estivesse relativamente fixo no terreno, o que obrigava a uma boa temporização do momento do ataque; até chegar o sinal, os esquadrões de cavaleiros deviam permanecer protegidos por tropas de infantaria. Mas também depois da carga inicial, que nem sempre era decisiva (pois podia ser absorvida pelas forças adversárias, que sabiam esquivar-se de forma habilidosa), era preciso saber como proceder para conseguir dar lugar às investidas das linhas mais recuadas, para reagrupar em torno do estandarte ou para encontrar soluções em caso de insucesso. Tudo isto era conhecido no Ocidente europeu no séc. XII, mas foi sobretudo na Terra Santa, muito graças à presença das Ordens Militares, que esta técnica da carga da cavalaria pesada atingiu o seu maior florescimento. Aliás, não se conhece nenhuma descrição desta manobra — o mais importante recurso tático dos exércitos cruzados — que seja mais pormenorizada e precisa do que aquela que se encontra na *Regra dos Templários*, que explica com notável detalhe o papel do marechal (o comandante operacional), do sub-marechal, dos cavaleiros, dos peões e até

dos porta-estandartes neste processo (Upton-Ward, 1992: 59-63; Monteiro, 2011: 29-32). Devemos também a Baha al-Din uma bela descrição da carga de cavalaria (iniciada pelos Hospitalários) com que Ricardo “Coração de Leão” devastou o exército de Saladino em Arsuf, em setembro de 1191:

“A situação do inimigo piorou ainda mais e os muçulmanos pensaram que os tinham nas mãos. Finalmente, os primeiros destacamentos da sua infantaria alcançaram as plantações de Arsuf. Então, a sua cavalaria agrupou de forma cerrada e decidiu fazer uma carga, uma vez que receavam pelo seu povo e acreditavam que só uma carga os poderia salvar. Eu vi-os agrupados no meio dos peões. Pegaram nas lanças e deram um grito a uma só voz. A infantaria abriu clareiras para eles e carregaram em unísono. Um dos grupos carregou sobre a nossa ala direita, outro sobre a esquerda, e o terceiro sobre o nosso centro. Sucedeu que eu estava no centro, que se pôs em fuga de forma generalizada. A minha intenção era juntar-me à ala esquerda, pois era a que estava mais próxima de mim. Alcancei-a depois de ela ter sido completamente desbaratada, por isso pensei juntar-me à ala direita, mas então verifiquei que ela tinha batido em retirada de maneira ainda mais calamitosa do que tudo o resto” (Baha al-Din, ed. Richards, p. 175).

Quanto ao armamento utilizado pelos cavaleiros cruzados à data da batalha de Hattin, não diferia muito do que era conhecido no Ocidente na mesma época. Aliás, o fabrico local era escasso, predominando a importação, através sobretudo de mercadores italianos. Uma lista (de fiabilidade duvidosa) apresentada por Radulfus Niger, em 1187, sobre o equipamento com que se deveria manter o reino de Jerusalém, fala em esporas, *chausses* (polainas de ferro), cotas de malha, *cuiries* (peitos de couro), cascos com proteção para a cara, espadas, cavalos, cascos, lanças, armaduras para cavalos, bandeiras e estandartes, para além de armas para a infantaria e de uma grande variedade de máquinas de assalto (Nicolle, 1995: 49-50). Mais segura é a indicação constante da versão francesa da *Regra do Templo*, ligeiramente anterior aos meados do séc. XII: um freire cavaleiro deveria

ter cota de malha e *chausses*, um chapéu de ferro com aba ligeira, uma coifa de malha (possivelmente um gorro reforçado), espaldeira (certamente de malha, ou acolchoada), um *gambeson* acolchoado (gibão para defesa do tronco), uma espada, uma lança, uma maça turca, um escudo, um cutelo de armas, uma daga grande e mais dois pequenos cutelos para uso não militar; quanto ao seu cavalo, deveria possuir um *caparison* (cobertura de tecido) e o cavaleiro deveria também contar com um saco de couro para guardar a sua cota de malha. Já os “sargentos”, deveriam ter uma cota de malha mais pequena e sem ganteletes (luvas), e as suas *chausses* de malha não tinham pés, para poderem caminhar mais confortavelmente (Upton-Ward, 1992: 82, 87-92, 103 e 114; Monteiro, 2011: 31-33). Note-se que os Cruzados sofreram de um déficit crónico de bons cavalos de guerra: se, por um lado, tentavam aproveitar as montadas muçulmanas que capturavam, por outro, os seus inimigos exploravam esta fraqueza dos cristãos, visando deliberadamente os seus cavalos com um tiro de arco e um arremesso de lanças impiedosos. As selas dos cruzados parecem ter sido bastante cuidadas, dispondo de acolchoamentos de feltro e de arçõs com cantos elevados; assentavam em peças de tecido e articulavam com cilhas simples, duplas e com correias resistentes.

No que diz respeito ao equipamento da peonagem, dispomos de menos informação, embora o número de referências que lhes fazem as canções de gesta coevas sugira que os homens de pé teriam (pelo menos alguns) cotas de malha, achas de cabo largo, achas dinamarquesas (com cabeças pesadas, de grandes arestas), maças de armas, *faussards* (foices de um só gume), piques, dardos, fundas não flexíveis, arcos e bestas. Finalmente, no que toca às máquinas de cerco dos cristãos da Terra Santa, baseavam-se, tal como no Ocidente, em engenhos de arremesso de pedras de diverso tipo (*mangonels*, *perières*, *petraria*), com provável predomínio, à data que nos interessa, dos trabucos de tração humana, ou já de contrapeso, estes últimos podendo atingir os 200 kg de peso e sendo capazes de lançar balas de 15 kg a 180 metros de distância, e pelouros de pedra de 47 kg a 100 metros, tudo dentro de um alvo com apenas seis metros quadrados de superfície (Nicolle, 1995: 50-52).

Resta salientar os problemas de comando que frequentemente existiam no seio dos exércitos cruzados. Quando estes eram apoiados por uma grande expedição cristã vinda da Europa, a relação entre os Francos acabados de chegar e os que já se encontravam na Síria-Palestina há muito tempo (ou que descendiam até dos primitivos Cruzados) era quase sempre difícil: os recém-chegados desvalorizavam o conselho de quem conhecia o terreno e o adversário e mostravam-se propensos a precipitações desastrosas; ao mesmo tempo, a autoridade dos príncipes locais, em especial a do rei de Jerusalém, saía enfraquecida, em especial se a expedição europeia incluísse um fidalgo ou até um monarca de primeiro plano. Quando entregues a si próprios, nem por isso a cadeia de comando dos Cruzados funcionava melhor: como já percebemos ao observar a realidade política cristã do terceiro quartel do século XII, havia grandes rivalidades internas, fidelidades e fações assanhadas, que complicavam o processo de decisão. A falta de terra para recompensar os cavaleiros dentro da lógica tradicional da feudalidade também não ajudava, recorrendo-se muito, em especial a partir de 1120, aos chamados “feudos-renda”: concessão de direitos de exploração de portos, de mercados, de portagens, de propriedades comerciais ou ‘industriais’, acarretando como contrapartida a manutenção de um número fixo de cavaleiros (ou de sargentos) bem identificados.

Quanto ao resto, o padrão europeu imperava, como seria de esperar num território em que o modelo ocidental foi praticamente decalcado em quase tudo: na ausência do monarca, o condestável comandava o exército, assessorado pelo marechal (que se ocupava sobretudo dos aspetos práticos e da logística da hoste), enquanto o senescal cuidava das fortificações e do aprovisionamento (podendo comandar também a ‘batalha do rei’, sob a autoridade deste); já o “grande turcopolo” chefiava a tropa com o mesmo nome, sob a tutela do monarca. As Ordens Militares tinham uma orgânica própria (destacando-se, no campo de batalha, o marechal e o sub-marechal) e era corrente os cavaleiros terem sob a sua autoridade cinco ou seis sargentos montados, que constituíam uma espécie de reserva militar. Na ausência de uma frota permanente, as cidades costeiras cristãs dispunham de frotas locais. Quanto à heráldica, encontrava-se mais desenvolvida do que no

Ocidente: segundo Baha al-Din, a haste do reino de Jerusalém transportava um estandarte de cor vermelha sobre fundo branco, com uma cruz no topo, o qual era colocado num carro puxado por mulas, para ficar bem visível.

A organização militar muçulmana

As nossas impressões acerca dos exércitos muçulmanos (árabes ou turcos) estão repletas de lugares-comuns que, aos poucos, os historiadores têm desfeito. David Nicolle, um dos maiores estudiosos das Cruzadas, oferece-nos uma síntese preciosa sobre o assunto no seu estudo sobre a batalha de Hattin (1995: 21-41). Aqui a aproveitaremos, completando-a com as referências que se nos afigurarem pertinentes.

A primeira nota a reter talvez seja a de que os exércitos medievais muçulmanos superavam os seus adversários cristãos em nível de organização. Algumas das suas táticas e tradições militares tinham origem romano-bizantina, ou persa, e a maioria das hostes era composta por soldados profissionais, embora os voluntários religiosos também fossem importantes. O grosso dessas tropas profissionais era de origem turca ou, subsidiariamente, curda (sendo estes últimos pouco estimados pelos emires), e muitos provinham de famílias de tradição militar, onde os jovens aprendiam o ofício da guerra ao lado dos seus parentes (como sucedia no seio da família dos Aiúbidas). Em tempo de paz, estes guerreiros (exceto os mamelucos) podiam dedicar-se a outras atividades, em especial ao comércio, reforçando desse modo a sua condição económica. Na época de Saladino, as posições cimeiras do exército eram ocupadas por homens livres, e não, como sucederá mais tarde, por mamelucos.

As conquistas do *atabegue* Imad al-Din Zengi tiveram o condão de conduzir a uma forte militarização da sociedade muçulmana, com uma clara matriz oriental a servir de modelo. Quando, em nome de Nur al-Din, participou com o seu tio Shirkuh na campanha do Egito, em 1169, Saladino integrava uma força que contava com 6000 turcomanos, 2000 curdos e 500 mamelucos. Depois, enquanto governador do Egito, já vimos

que Saladino aperfeiçoou este corpo militar, enriquecendo-o com tropas que recrutava nos próprios exércitos muçulmanos que ia derrotando (por exemplo, na Síria e na Jazira) e estimulando a lealdade e o orgulho familiar, sentimentos capazes de gerar tropas mais experientes e disciplinadas do que aquelas que era possível encontrar no planalto da Anatólia ou na Pérsia. No entanto, havia também exércitos regionais, que estavam sob a alçada de governadores provinciais e que faziam um recrutamento mais específico: em Alepo, predominavam as tribos turcomanas; em Damasco, as tribos árabes da Síria central; e, em Mosul, os curdos. Na maioria dos casos, o núcleo duro destas forças era assegurado por mamelucos, escravos militares recrutados ainda muito jovens no seio de famílias muçulmanas e não muçulmanas e que dedicavam toda a sua vida à aprendizagem e à prática da guerra, mostrando-se extremamente disciplinados e leais para com quem os tinha comprado, educado e, por fim, libertado (razão pela qual os califas abássidas lhes confiaram, durante séculos, as suas escoltas de elite).

Saladino, para organizar o seu exército, combinou práticas marciais abássidas e fatimitas, comprando escravos pagãos turcos para a guarda do sultão, para arsenais, para guarnições e para o centro da sua própria hoste durante as batalhas. Os turcos (dominantes na Síria) compunham o primeiro grupo étnico, sendo recrutados essencialmente nas tribos turcomanas do Diyarbakr (no sudeste da atual Turquia). O segundo grupo era formado pelos curdos, que eram bons cavaleiros e arqueiros mas que, segundo parece, e ao contrário dos turcos, não combatiam como arqueiros montados; eram recrutados individualmente ou em grupo e eram utilizados em batalha como um bloco único. Já os árabes, que compunham o terceiro grupo étnico, traduzem a ressurreição do nomadismo na Síria do Norte após o ressurgimento bizantino do séc. XI; dispunham de muitos cavalos, mas de poucos arqueiros, preferindo utilizar as lanças ou as espadas. Convém ainda não esquecer as tropas compostas pelos beduínos, que formavam uma cavalaria auxiliar preciosa; Saladino utilizava-a, quer para interromper as linhas de abastecimento inimigas, penetrando a cavalo no território rival (*lisus*), quer como infantaria infiltrada, para perturbar as comunicações adversárias (*oufl*). Havia ainda os voluntários religiosos (*muttawiyah*), que eram exce-

lentes para fustigar os adversários que se atrasavam nas colunas de marcha e noutras operações militares, mas que eram mais difíceis de enquadrar e de controlar, para além de atuarem durante períodos muito curtos. Pelo contrário, as milícias urbanas (*abdath*), eram bastante disciplinadas, sendo recrutadas no proletariado urbano; cabia-lhes sobretudo policiar as cidades e as vilas, mas em situações de emergência também podiam integrar o exército regular; no tempo dos Fatimitas, incluíam judeus, mas na época de Saladino não se sabe. Por fim, as hostes muçulmanas dispunham ainda de uma infantaria especializada e profissional (*rajjalab*), composta por sapadores e engenheiros de cerco de Alepo, por médicos profissionais, por engenheiros do longínquo Khurasan (o “antigo” ou “grande coração”, uma região histórica da Pérsia que englobava partes dos atuais Irão, Afeganistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), por forças de elite anti-incêndio (os *nafatih*) e por tripulações navais magrebina (os melhores marinheiros muçulmanos, que foram preciosos para o sucesso de Saladino), entre outras.

As forças de Saladino estavam organizadas em unidades militares de extensão variável, que oscilavam entre a *jarida* (a mais pequena de todas, com apenas 70 homens) e a *jama'a* (provavelmente equivalente a três das anteriores); havia também destacamentos com cerca de 20 ginetes (cavalaria ligeira) para operações pontuais (por exemplo, para emboscadas), que se chamavam *sariya*; já as pequenas guardas avançadas, ou grupos de reconhecimento, eram apelidadas de *saqa*. Como oficiais, havia diversas graduações de *amir* (o mais importante era o *isfabsalar*, ou “chefe do exército”), para além do chefe da citada milícia *abdath* (o *ra'is*) e do chefe da polícia (o *shibna*). Os soldados regulares eram pagos em salário (*jamakiyah*) ou em concessões de terra que recordam os feudos europeus e a que os muçulmanos chamavam *iqta*: tratava-se de um sistema de tributos sobre as colheitas, em que o terratenente recebia uma parte das receitas, como garantia da cobrança efetiva dos impostos; porém, ao invés do que sucedia com os feudos europeus, a terra podia ser reavida a qualquer momento; em retribuição da *iqta*, o beneficiário ficava obrigado a manter um certo número de tropas bem equipadas (entre 70 e 250 ginetes, aproximadamente). Para controlar os pagamentos, para registar os nomes e providenciar a colocação

dos soldados e ainda para promover as inspeções periódicas destinadas a comprovar a instrução e o bom equipamento dos homens, havia o *Diwan al Jaysb*, que funcionava como uma espécie de Ministério do Exército. Um registo centralizado tratava de anotar as mudanças de graduação, de estado ou de unidade.

Ao contrário do que sucedia nos exércitos cristãos, em que os combatentes deviam assegurar o seu próprio equipamento, o armamento dos soldados muçulmanos era gratuito (salvo em caso de extravio), sendo fornecido no início da campanha, a partir dos arsenais estatais (os Fatimitas tinham três arsenais, um dos quais com 3000 artesãos, que Saladino herdou). Algumas cidades (como Alepo, Damasco, Mosul ou Cairo) tinham fabrico próprio e *bazares* de armas, embora escasseasse o ferro e o combustível (para trabalhar os metais) nas regiões centrais do mundo muçulmano, que constituíram o berço do poder de Saladino; a fonte de ferro mais próxima situava-se na Anatólia oriental, pelo que o sultão aiúbida dependia muito da importação de lingotes e da exploração de pequenas minas em regiões fronteiriças (como Ajlun ou mesmo Beirute). Deste modo, o comércio de lingotes de ferro ou aço temperado com a Índia (e não só) afigurava-se vital para os muçulmanos, que também nunca desperdiçavam a oportunidade de se apoderarem dos armazéns de armas dos cristãos, nomeadamente quando uma guarnição latina se rendia. Para reforçar o abastecimento, alguns dos tributos a que os cristãos estavam sujeitos tinham de ser pagos em armamento, havendo também lugar à importação de espadas de Bizâncio e até da Europa cristã (apesar da proibição papal). Famoso ficou o presente entregue a Saladino por uma embaixada bizantina, em 1188: incluía 400 cotas de armas, 4000 lanças e 5000 espadas, capturadas a um exército italo-normando!

Já realçámos a importância dos mamelucos, que aliás ficariam intimamente ligados ao fim da presença latina na Terra Santa, graças às conquistas de Baybars (o sultão mameluco do Egito e da Síria entre 1260 e 1277, um dos maiores heróis do Islão medieval) e dos seus sucessores, que capturaram as últimas praças cristãs (a última a cair foi São João de Acre, em 1291). Para além de formarem a escolta de elite dos governantes,

os mamelucos, imbuídos de um forte espírito de corpo, também tratavam das máquinas de cerco, dos arsenais e de outras instalações essenciais (milícia dos *askar*), podendo igualmente compor grandes formações, talvez em jeito de regimento doméstico, a que se chamavam *balqa*. Para além disso, integravam (a par de ginetes livres recrutados pelas vias normais) os regimentos dos *tawashiya*, corpos montados de primeira categoria que atuavam próximo do chefe do exército, servindo durante um certo número de meses por ano, cada homem com o seu próprio cavalo, um pajem e dez animais para transporte de bagagens, e auferindo um salário para aquisição do equipamento.

Os exércitos regionais (*ajnad*) tinham um estatuto inferior e eram compostos sobretudo por cavaleiros, mas poucos deles equipados com arcos. Quanto à infantaria, dispunha de um estatuto menor (no mundo islâmico, tal como na Europa, a posse de um cavalo conferia dignidade social), mas acabava por ser essencial nas operações de cerco; era composta sobretudo por arqueiros e besteiros, mas também incluía lanceiros munidos de escudos. Havia salários para todos os peões profissionais (pelo menos enquanto decorriam as campanhas) e também para os engenheiros de cerco. As fontes apontam também para a possível existência de peões montados (ou cavalgando mulas), especialmente móveis, a que se chamava *janib*.

Um dos aspetos mais impressionantes da organização militar muçulmana do séc. XII é o seu nível de organização logística, que garantia um serviço de apoio muito superior àquele com que os exércitos cruzados podiam contar. Falamos de rapidez de comunicações (o *barid*, ou serviço postal, com pombos mensageiros e correios, e com um sistema de bóias para avisos urgentes), de eficiência na já referida distribuição de armas, de organização do trem de apoio (*thulq*, chefiado por um *amir* experiente) e da inserção nas colunas de marcha de uma constelação de tropas auxiliares que podia incluir, além das forças contra incêndios, ferreiros, mineiros, engenheiros, pedreiros, carpinteiros, agrimensores, serventes, curadores e condutores de animais (mulas, burros, cavalos, camelos), escribas, funcionários religiosos e até médicos e cirurgiões aptos a montar um hospital de campanha razoavelmente sofisticado!

Em caso de sucesso de uma campanha, o despojo era dividido de maneira criteriosa, reservando-se uma quinta parte (tal como sucedia em Portugal, na mesma época) para o governante; a maior parte deste quinhão era vendida aos mercadores do *suq al'askar* (o *bazar* dos soldados), que integrava o trem de apoio e que fornecia também armamento adicional e outros apetrechos militares, quando necessário. Em termos de diferenciação visual dos indivíduos e dos grupos, predominavam as cores próprias do simbolismo islâmico: o verde, o branco, o preto e o vermelho (embora os Aiúbidas se tenham destacado pela sua preferência pelo amarelo, que exibiam nos seus gorros altos: *kalawta*). Os árabes gostavam de enfeitar a cabeça (salvo os beduínos), enquanto os turcos e os Aiúbidas usavam o cabelo comprido; quase todos apresentavam barba e bigode. Os dirigentes vestiam túnicas envolventes, e os soldados de elite exibiam cintos com placas de metal (*biyasa*); quanto aos oficiais, vestiam gorros tesos adornados com pele e com a frente levantada, enquanto os seguidores dos dirigentes usavam faixas ricamente bordadas, munidas de inscrições que simbolizavam a fidelidade. Já havia inscrições nos escudos, mas a moda só se tornou comum um pouco mais tarde; aliás, a heráldica muçulmana ganharia sobretudo impulso a partir da conquista do poder pelos mamelucos, em meados do séc. XIII. Curiosamente, os turcos também recorriam ao uso do estandarte de cauda de cavalo (chamado *tuq*). Nos emblemas e nas cores, parece ter sido grande a influência iraniana.

Do ponto de vista tático, na segunda metade do séc. XII os exércitos muçulmanos da Síria-Palestina continuavam a recorrer às tradicionais razias, mas agora sob novas formas: em vez das mesclas de cavalaria e infantaria, serviam-se de elites mais pequenas de mamelucos, com arqueiros montados apoiados por cavalaria auxiliar e usando as táticas turcas (manobra rápida, dispersão e fustigamento). É irresistível citar aqui uma passagem da crónica (anónima) da Terceira Cruzada (convocada pouco depois da batalha de Hattin) sobre as táticas militares típicas dos turcos:

“Os Turcos estão quase desarmados, sendo portadores apenas de um arco, uma maça eriçada com puas afiadas, uma espada, e também

uma lança de cana com a ponta de ferro e uma daga ligeira. Quando são perseguidos com muita veemência, fogem voando com os seus velocíssimos cavalos, que não os há mais ágeis no mundo, com o seu galope tão rápido como o voo das andorinhas. É costume dos Turcos, quando se dão conta de que os seus perseguidores deixaram de os seguir, então eles próprios deixarem de fugir. Como moscas maçadoras que se afastam rapidamente se as espantas e voltam quando deixas de o fazer, os Turcos fogem enquanto os persegues, mas quando desistes estão preparados [para contra-atacar]. Assim são os Turcos: quando deixas de os perseguir e viras as costas, então eles seguem-te, se tu os persegues eles fogem; deste modo, enquanto o rei [Ricardo I “Coração-de-Leão”] os perseguia com persistência eles fugiam, quando decidia voltar eles ameaçavam-no pelas costas, e assim por vezes não escapavam impunes, mas outras causavam muitos danos aos nossos.” (*The Chronicle of the Third Crusade*, ed. Nicholson, pp. 234-235).

Percebe-se, por esta descrição, que a cavalaria de líderes como Saladino seria muito mais flexível do que a dos Cruzados: os ginetes muçulmanos eram muito destros e velozes, dando geralmente primazia à lança (arremessada com uma ou com as duas mãos, contra os membros ou contra o corpo do adversário); se a lança quebrasse, recorriam à espada. É sobretudo nas fontes turcas que se valoriza o papel dos arqueiros. Uma geração depois de Hattin, os manuais de cavalaria muçulmanos ensinam a iniciar e a prosseguir os ataques, a operar retiradas simuladas e meia-volta, a concretizar fugas e movimentos de renovação do ataque (em jeito de “moscas maçadoras”, como dizia o trecho que acabámos de citar), a controlar os cavalos e a disparar, quer usando o arco e a flecha (com recurso a um protetor de dedo polegar para o disparo a longa distância), quer arremessando dardos ou azagaias (lanças curtas) a partir do dorso do cavalo. Já o treino dos peões merecia muito menos atenção, apesar dos conselhos dados aos arqueiros a pé, que precisavam de desenvolver competências para combater em campo aberto. À tropa apeada, exigia-se sobretudo que estivesse preparada para aguentar as longas marchas, que soubesse reconhecer o adversário e estivesse a postos

para sofrer um ataque iminente, e que tivesse arte e engenho para se pôr a coberto, para detetar a cavalaria adversária e para espantar e dispersar as respetivas montadas.

Quando em progressão em território inimigo, os exércitos muçulmanos gostavam de enviar à frente grupos de assalto ligeiros para semear a confusão e o medo (tarefa em que os beduínos árabes, em especial os nativos, eram excelentes). Sempre que possível, aproveitavam a chuva, a noite, o vento e o nevoeiro e atacavam antes do amanhecer, quando o sono mais apertava as sentinelas (tudo expedientes que, na mesma época, Geraldo “Sem Pavor” utilizava também em Portugal, provavelmente em função da experiência que adquirira muito jovem no campo muçulmano). As batalhas campais deviam ser evitadas, a menos que as condições fossem especialmente favoráveis; neste último caso, Saladino gostava de conservar a sua guarda *jandariyah* perto de si e de colocar os melhores regimentos (*balqa*) na zona central, embora também pudessem atuar como corpos independentes.

Quanto à cavalaria pesada, equipada à maneira latina, também existia e encontrava-se dividida em pequenos esquadrões (*tulb*). Decisivo, como vimos, era o papel dos arqueiros montados, a quem competia desorganizar as formações inimigas, ferindo os cavalos e a infantaria adversários graças aos disparos com o arco composto muçulmano, cujas flechas conseguiam penetrar a maioria das armaduras do séc. XII. Uma das manobras mais habituais em Saladino consistia na tentativa de separar a cavalaria e a infantaria inimigas, de modo a evitar que se apoiassem mutuamente (como notámos com base na *Regra do Templo*, o ecrã protetor da infantaria era essencial à preparação da carga da cavalaria de choque dos Cruzados). Mas os muçulmanos também sabiam tirar partido do terreno: em 1167, Shirkuh atraiu os cristãos a uma carga inviável numa encosta íngreme de areia mole, e Saladino usou um *tal* (um monte artificial de escombros, típico do Médio Oriente) para esconder as suas reservas! O recurso a instrumentos musicais, a bandeiras e até a gritadores *jawush* ou *munadi* assegurava uma boa comunicação entre os diversos segmentos de uma hoste muçulmana.

Nas operações de cerco, para as quais enviavam à frente tropas ligeiras que bloqueavam a praça, as forças turcas, curdas e árabes sabiam

erguer rapidamente paliçadas e trincheiras, construía torres de assalto, escavavam eficazmente galerias subterrâneas, utilizavam aríetes e máquinas de arremesso de pedras comparáveis às dos cristãos, sabiam proteger os seus próprios engenhos dos ataques inimigos e tratavam de abrir brechas nos pontos mais vulneráveis das cortinas amuralhadas, para induzir uma guarnição a render-se. Uma operação de assédio no Médio Oriente podia prolongar-se durante meses, o que por vezes convertia os acampamentos dos sitiadores em verdadeiras cidades provisórias: no cerco de Acre, em 1191, o exército de Saladino dispunha de 7000 tendas, de 140 ferreiros, de mercados abastecidos com todo o tipo de géneros, de perto de 1000 casas de banho improvisadas e de outros requintes, o que contrasta com o padrão grosseiro e insalubre dos acampamentos de cerco habituais entre os cristãos. Vista a questão na perspetiva inversa (isto é, de quem defende) convém frisar que os muçulmanos possuíam uma boa arquitetura militar, com soluções engenhosas (por exemplo, portas em cotovelo, torres albarrãs destacadas do muro, caminhos de ronda cobertos, etc.), como aliás se percebe ao analisarmos a qualificada castelologia almorávida e almóada da Península Ibérica nos sécs. XI, XII e XIII. Nas guarnições muçulmanas, marcavam também presença os pedreiros, os sapadores (para a abertura de contra-minas, por exemplo), os besteiros, os dardeiros, as tropas antifogo e os operários para as máquinas de arremesso. Para enfraquecer os atacantes, contaminavam as fontes dos arredores e procuravam espalhar a doença, recorrendo a cadáveres de animais. Logo que os sitiadores chegavam, e enquanto estes tentavam montar os seus acampamentos, os muçulmanos lançavam ataques venenosos, que depois repetiam durante o assédio, através de surtidas noturnas (para incendiar material de guerra) e até diurnas, com formações muito disciplinadas, dispostas em quadrado.

No que diz respeito à guerra naval, deve reconhecer-se que, no séc. XII, o poderio muçulmano estava em declínio, mas ainda assim superava o bizantino e colocava muitas dificuldades aos Cruzados. Os muçulmanos (nomeadamente os Fatimitas do Egito) dispunham de galés de combate e de grandes vasos mercantes, que transportavam arqueiros, especialistas em abordagens, serventes de máquinas de arremesso e tropas antifogo;

geralmente, os barcos formavam em meia-lua ou de forma compacta, recorrendo a retiradas simuladas e utilizando a costa como refúgio. A galé de combate mais característica, ao tempo de Saladino, chamava-se *shini* e era movida a remos; mas também havia barcos com velas, sendo certo que os muçulmanos construíram navios de três mastros um século antes dos cristãos! Por vezes, os navios eram construídos em secções, no Egito, sendo depois transportados por camelos, através do deserto do Sinai, até ao golfo de Akaba ou outro ponto estratégico.

Nunca é fácil calcular os efetivos de um exército, apenas mobilizável por um período relativamente curto e em circunstâncias que podiam variar muito. David Nicolle recorda que o Egito, no tempo dos califas fatimitas, conseguia reunir cerca de 25 000 homens, e que Saladino, em 1181, organizou uma revista militar (*ard*) que aponta para 14 000 a 16 000 soldados ao seu dispor, dos quais perto de 7000 pertenciam aos regimentos montados dos *tawashiya*, um pouco mais de 1500 eram mamelucos, e a maioria dos restantes provinha das cidades sírias e das respetivas guarnições (p. ex: 1000 de Damasco, outros tantos de Alepo, 1500 de Mosul, etc.).

Estas forças estavam equipadas com armas ofensivas (lanças, espadas, maças, achas, azagaias, arcos compostos, bestas e, ocasionalmente, laços) e com armas defensivas (escudos, peitos laminados, cotas de malha reforçadas com *kazaghands* acolchoados, cascos, entre outras). Não é, portanto, verdadeira a imagem tradicional de um exército islâmico equipado com armaduras ligeiras e sabres leves; as espadas muçulmanas eram, tal como a maioria das cristãs, de guardas retas, embora o sabre curvo já tivesse aparecido na Pérsia no séc. IX ou X e fosse bem conhecido na Ásia Central turca. A principal arma (individual) de arremesso era o arco composto; segundo Nicolle, na época das Cruzadas deu-se uma mudança importantíssima, com a passagem do “arco huno”, angular (que se tendia suavemente, mas que desperdiçava muita energia e tinha grandes orelhas não flexíveis que atrapalhavam o arqueiro montado e o próprio cavalo) para o “arco turco” (mais curto, mais eficaz e mais prático para os atiradores montados, embora fosse muito teso e difícil de utilizar por arqueiros inexperientes). Quando disparavam à distância, os atiradores islâmicos visavam sobretudo as montadas

dos cristãos, muitas vezes desprotegidas, o que tem transmitido uma ideia errada de ineficácia das flechas muçulmanas contra as armaduras dos Cruzados: a malha metálica, se não fosse fortemente acolchoada por dentro com estopa grossa (como deve ter sido o caso dos soldados de Ricardo “Coração de Leão” na sua célebre e já aqui citada marcha de Acre para Jafa) até oferecia pouco resistência às flechas (mesmo às disparadas pelo arco largo que era usado na Europa ocidental); já as armaduras laminadas dos Turcos, consta que protegiam razoavelmente os seus portadores.

Os antecedentes próximos da batalha

Estamos agora em perfeitas condições para começar a descrever as operações militares que conduziram à batalha de Hattin, o mais importante combate da era das Cruzadas após a conquista de Jerusalém, em 1099. Dadas as dificuldades sentidas pelos Estados Latinos a seguir à tomada de Edessa, a que se somaram os problemas políticos internos surgidos durante a governação de Balduíno IV “o Leproso” e logo após a sua morte, a ambição dos governantes cristãos, na segunda metade do séc. XII, passou sobretudo por defender os territórios sob a sua jurisdição. Neste quadro, nos inícios da década de 1180, a nota mais ofensiva foi dada por Reinaldo de Châtillon, por vezes apelidado de “o elefante de Cristo”, um homem que, depois de ter estado encarcerado nas masmorras de Alepo durante 14 anos (de 1161 a 1175), nutria pelo Islão um ódio mortal. Os muçulmanos chamavam-lhe “Arnât” e reconheciam-no como o seu mais assanhado adversário; o cronista Ibn al-Athir, seu contemporâneo, descreve este príncipe cristão, senhor da Transjordânia e dos importantes castelos de Kerak e de Montreal, como “um dos maiores e mais perversos dos Francos, o mais hostil aos muçulmanos e o mais perigoso para eles” (ed. Richards, p. 316).

Reinaldo era um líder de grande visão estratégica e um bom conhecedor da cultura islâmica do Médio Oriente, onde tinha chegado em 1153. Possuía, além disso, um conhecimento bastante preciso das rotas mercantis e de peregrinação islâmicas, tanto mais que controlava a região latina situada

mais a sul. Provavelmente, teria a intenção secreta de tornar o seu senhorio um novo Estado latino, independente de Jerusalém, um pouco à maneira do que sucedia com o principado de Antioquia ou com o condado de Tripoli. No inverno de 1181-82, Reinaldo, que mantinha boas relações com muitas tribos beduínas árabes que possuíam graves divergências religiosas com Saladino e com muitas elites governantes turcas, lançou um ataque repentino a uma grande caravana muçulmana que cruzava o oásis de Tayma (cerca de 400 km a sul de Kerak); parece-nos razoável a interpretação de David Nicolle (2011: 18), segundo a qual o objetivo do senhor da Transjordânia seria distrair a atenção do sultão aiúbida (que atuava então em Alepo, no norte da Síria), obrigando-o a dividir forças e a protelar a desejada unificação das terras muçulmanas que envolviam os Estados cruzados. No ano seguinte, também durante o inverno, Reinaldo organizou uma campanha ainda mais emblemática (embora não tenha participado pessoalmente nela): promoveu um raide no Mar Vermelho, com barcos construídos por cristãos sírios na costa mediterrânica e — um pouco à imitação do que fizera Saladino uma década antes — levados já pré-fabricados para o golfo de Akaba. Desta forma, o “príncipe Arnât”, que tratara de recolher previamente o apoio de mercadores e marinheiros locais, atacava as rotas de peregrinação muçulmanas do Mar Vermelho e ameaçava os lugares santos mais venerados do Islão (como Meca ou Medina), para além de comprometer o comércio entre o Egito e a Índia. Se fosse bem-sucedido, o mundo islâmico ficaria partido em dois e poderiam até abrir-se laços de cooperação entre a Europa mediterrânica e o Oceano Índico, três séculos antes dos Descobrimentos (Nicolle, 2011: 48)! Todavia, o raide fracassou e Saladino, que receava também a possibilidade de Reinaldo estabelecer ligações com os pró-Fatimitas do Alto Egito, do Iémen e da Núbia (onde, como vimos, existia uma forte comunidade cristã, tal como na Etiópia), pôde respirar de alívio.

Nesta altura, já o sultão aiúbida decidira passar diretamente à ofensiva contra o reino latino de Jerusalém: em julho de 1182, invadira este território com uma hoste nunca antes vista e acampara perto do extremo sul do Mar da Galileia (o mar ou lago de Tiberíades, ou de Genesaré). De acordo com o chanceler e historiador Guilherme de Tiro, os batedores francos detetaram

o avanço muçulmano e alertaram os dois grandes castelos cristãos da região: Safed, a norte do lago, uma fortaleza que se encontrava nas mãos dos Templários; e Belvoir, a sul, com guarnição dos Hospitalários. O ataque coincidiu não só com a doença de Balduíno IV, mas também com uma enfermidade do conde Raimundo de Tripoli; porém, ainda assim, a improvisada liderança cristã mostrou-se decidida e competente: tendo concentrado as suas forças junto a Saforie, região que dispunha de água em abundância e onde por isso os cristãos faziam com frequência os seus agrupamentos, os latinos marcharam rapidamente para a ponta da cordilheira que comanda o Mar da Galileia e o Vale do Jordão, controlando dessa forma o acesso íngreme às terras altas da Galileia e a estrada para Tiberíades (Ehrlich, 2007: 17-18, veja-se a figura em anexo). Saladino respondeu marchando para sul, de forma a tentar penetrar no coração do reino latino através de Baisan e do Vale de Jezreel. Ainda assim, os Francos não se deixaram surpreender: subiram para a área entre Belvoir e Forbelet, também a sul, ameaçando dessa forma o flanco muçulmano e obrigando Saladino a subir ao árido planalto situado entre os castelos de Safed e de Belvoir. Deste modo, a campanha acabou por não redundar em batalha, ou, segundo Benjamin Kedar (1992: 192), traduziu-se apenas por um recontro inconclusivo, travado perto de Forbelet; os cronistas do sultão alegam que foram o calor e a sede que negaram a vitória ao seu líder. Segundo Michael Ehrlich (2007: 18-10), que estudou em pormenor esta campanha, o sucesso dos Francos ficou a dever-se sobretudo a dois fatores: primeiro, a uma recolha precisa e atempada de informação inteligente, através de batedores e de turcopolos (que funcionavam como mensageiros, transferindo informação de postos distantes para os comandantes francos); segundo, a uma iniciativa ágil, sustentada por um conhecimento perfeito da região. Com isso, os Francos conseguiram anular a eficácia do enorme exército muçulmano e suportaram bem as agruras climatéricas; não improvisaram e parecem ter tido um bom conhecimento do plano de batalha do seu adversário. Em síntese, em julho de 1182, os castelos da área foram alertados e o grosso da hoste cristã avançou decididamente para um ponto alto, na orla da íngreme montanha que domina o Vale do Jordão, dando com isso provas de uma grande

destreza de movimentos e de um cuidadoso planeamento estratégico, apesar da ausência do rei de Jerusalém e do principal senhor local (o conde de Trípoli), ambos gravemente doentes (Ehrlich, 2007: 20).

No ano seguinte, ou seja, já depois do fracassado raide de Reinaldo de Châtillon no Mar Vermelho (no inverno de 1182-83), Saladino voltou a atacar, em finais de setembro. Nessa altura, já Guido de Lusignan tinha sido nomeado regente do reino de Jerusalém e o exército franco encontrava-se todo mobilizado. O sultão aiúbida começou por atacar o principado da Galileia, mas, como a 'estação da guerra' estava prestes a terminar e o inverno não tardaria a cair, Saladino, sem tempo para tirar partido de um eventual sucesso em batalha campal e talvez convencido de que os seus rivais reagiriam como no ano anterior, restringiu os objetivos da campanha: evitou cruzar o rio Jordão no extremo sul do lago de Tiberíades, de modo a evitar um combate de grande escala prematuro, e optou por atravessar o curso de água a norte de Baisan (isto é, bem mais a sul). Deve ter sido uma surpresa para os muçulmanos verificarem que os cristãos não abandonaram a sua base em Saforie, o que criou uma situação inesperada: as tropas do sultão atuaram à vontade na região leste da Galileia, embora Ehrlich (2007: 21) admita que os Francos possam ter bloqueado o acesso ao coração do reino de Jerusalém, em La Fève. Assim, Saladino aproveitou para devastar as áreas cristãs deixadas à sua mercê e até enviou forças para atacar o mosteiro do Monte Tabor e para lançar o pânico em Nazaré. Entre os cristãos, a tática do regente Guido parece ter sido muito criticada, tanto mais que no ano anterior, embora com piores condições à partida (uma liderança doente e um exército por mobilizar), a resposta dos latinos tinha sido muito mais convincente. Finalmente, a 30 de setembro, o muito pressionado Guido deixou Saforie e abalou na direção de Ain Jalud (a norte de Jerusalém), mas já era demasiado tarde e o movimento não teve utilidade. Valeu aos cristãos o facto de Saladino não procurar, nesta ocasião, travar uma batalha campal, nem conquistar o reino adversário ou sequer uma parte dele. É muito interessante a interpretação de Michael Ehrlich (2007: 21), segundo a qual, em 1183, o sultão queria sobretudo perceber melhor o que se poderia esperar do novo governante cristão, Guido de

Lusignan; por isso, atacou pouco antes do inverno e não fez mais do que devastar territórios marginais e instigar algumas escaramuças. No fundo, a reação do regente latino passou por sacrificar essas zonas secundárias para proteger os interesses vitais do reino de Jerusalém, o que pressupunha ter muita paciência e tolerância perante os estragos provocados pelo inimigo; talvez dessa forma Guido tenha salvo o seu exército, mas na altura poucos perceberam isso e o regente acabou por ser demitido por Balduíno IV e substituído por Raimundo de Tripoli.

Recordar as campanhas de Saladino no reino de Jerusalém em 1182 e em 1183 tem uma importância crucial para um bom entendimento da batalha de Hattin, em julho de 1187. Como salienta Ehrlich (2007: 22), aquelas duas campanhas apresentam muitas diferenças: em 1182, o sultão pretendia enfrentar e destruir o exército campal franco, mas este não o permitiu, optando por uma defesa ativa que lhe permitiu escolher o local de um eventual combate e controlar os pontos de abastecimento de água; já em 1183, Saladino não queria mais do que testar a reação de Guido e devastar algumas regiões marginais (o que fez com mais facilidade e sucesso do que o previsto), evitando um confronto em campo aberto. Nesta última campanha, o sultão aiúbida deve ter ficado surpreendido pela nova tática (passiva) dos Francos, que registou para memória futura, ao mesmo tempo que tirou partido do seu relativo êxito para consolidar a sua posição interna como líder da *Jihad*.

Nos anos seguintes, com Jerusalém sob a regência de Raimundo III de Tripoli, os muçulmanos atuaram de forma mais cautelosa, pois Saladino conhecia bem a capacidade militar do novo líder (que já tinha defrontado algumas vezes) e não pretendia deitar tudo a perder. Mas quando, em 1186, na sequência da crise instalada após o decesso de Balduíno IV, Guido de Lusignan se tornou rei de Jerusalém, Saladino viu abrir-se à sua frente uma janela de oportunidade. Tanto mais que, entre os Francos, grassavam as dissidências: segundo Ibn al-Athir, o conde de Tripoli, que tinha as suas ambições a tornar-se monarca de Jerusalém, ficou altamente desagradado com as manobras de Sibila e de Guido e, intimado a prestar conta das somas que tinha gasto durante a regência, passou à secessão aberta e à rebelião:

De acordo com o cronista árabe, Raimundo “entrou em contacto com Saladino, estabeleceu relações com ele, apoiou-se nele e pediu-lhe o seu auxílio para conseguir alcançar junto dos Francos o objetivo a que se propunha. Saladino e os muçulmanos alegraram-se muito com isto e prometeram ajudá-lo a conseguir tudo aquilo que ele pretendia, garantindo-lhe que o entronizariam como único rei de todos os Francos” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 316)!

Como se não bastasse, no inverno de 1186-87, Reinaldo de Châtillon, que na Transjordânia exigia tributos às caravanas que circulavam entre o Egito e a Síria, atacou uma dessas caravanas, capturando os viajantes e a sua escolta. O mais agressivo dos líderes latinos alegava que a trégua que tinha feito com o sultão (na sequência de alguns raides deste pelos seus territórios) tinha sido quebrada pela aliança de Saladino com Raimundo e pelo envio de uma tão grande escolta. No entanto, as crónicas muçulmanas apresentam a operação como (mais) um simples ato de pirataria do “príncipe Arnât”:

“Nesse ano, uma grande caravana, rica em bens e com muitos homens, acompanhada por um grande número de soldados, passou perto dele. O amaldiçoado capturou traiçoeiramente todos os homens e apropriou-se dos seus bens, animais e armas como despojo próprio. Aos prisioneiros, encarcerou-os em masmorras. Saladino protestou veementemente, deplorando a sua ação traiçoeira e ameaçando-o caso ele não devolvesse os cativos e os bens, mas Reinaldo não concordou e persistiu na sua recusa. Então, Saladino jurou que, se alguma vez o capturasse, o mataria” (Ibn al-Athir, ed. Richards, pp. 316-317).

O golpe de Reinaldo de Châtillon forneceu ao sultão o pretexto ideal para recomeçar a guerra. A 13 de março de 1187 (ou seja, quase no início da primavera, que inaugurava a ‘estação da guerra’), Saladino avançou de Damasco até à zona rica em água de Ras al-Ayn, de onde enviou cartas a pedir voluntários para a *Jihad*. Na semana seguinte, Al Adil, governador

do Egito em nome do seu irmão Saladino, avançou do Cairo para leste, na direção de Akaba (a cidade jordana que se tornou imortal no imaginário europeu desde a batalha de 1917, em que participou T. E. Lawrence, o lendário Lawrence da Arábia). Pelo seu lado, no final do mês, Hajib Husam al-Din Lu'lu (um mameluco ou armênio que era um importante funcionário da corte e um notável especialista naval, tendo frustrado os planos de Reinaldo no Mar Vermelho em 1183) conduziu 15 galés pelo rio Nilo, até Alexandria, ao mesmo tempo que, a norte, o sobrinho dileto do sultão, Taqi al-Din (grande chefe militar e homem de profundas convicções religiosas e de grande generosidade) se aproximava de Alepo, de modo a controlar a fronteira muçulmana com o principado de Antioquia. Depois, Saladino avançou com a sua guarda pessoal para o sul de Busra, com o objetivo de ir proteger os peregrinos que regressavam de Meca: corria o mês do Muharram (primeiro mês do calendário islâmico e um dos mais sagrados, em que se comemora a passagem de Moisés pelo Mar Vermelho) e o sultão receava um novo ataque do senhor da Transjordânia. Enquanto isso, um filho de Saladino, Al Afdal, ficava a comandar as tropas em Ras al-Mai (Nicolle, 1995: 56 e ss., veja-se também o mapa em anexo).

A 20 de abril, Taqi al-Din avançou para o forte de Harin (na fronteira de Antioquia), enquanto a guarda de Saladino fazia uma incursão no sul, até à Transjordânia. Uma semana mais tarde, na altura em que Al Adil devia estar a chegar a Akaba, Saladino atacou o castelo de Kerak, pertença de Reinaldo de Châtillon, e devastou a região circundante, sem que o seu maior inimigo se atrevesse a reagir ou fosse socorrido. Como se percebe, o sultão aiúbida e os seus familiares estavam a manobrar em todas as frentes, visando preparar uma ofensiva fulminante contra o coração do reino de Jerusalém, ao mesmo tempo que, como explica Ibn al-Athir...

...Saladino “escrevia para Mosul, para as regiões mesopotâmicas, para Irbil e para outras praças no leste e para o Egito e para toda a Síria, apelando a que todos se alistassem na *Jihad* e ordenando-lhes que fizessem todos os preparativos possíveis” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 318).

O alarme soou no campo cristão e os grandes barões de Jerusalém entenderam que a primeira medida a tomar seria procurar uma reconciliação entre o rei Guido e Raimundo de Tripoli, que se tinha refugiado em Tiberíades, a cidade de sua mulher, a condessa Eschiva. Assim, nos últimos dias de abril, enviaram a Raimundo uma delegação de alto gabarito, que incluía os mestres do Templo (Gerardo de Ridefort) e do Hospital (Rogério des Moulins), o arcebispo de Tiro, Reinaldo de Sídon e Balião de Ibelin. Contudo, sucedeu que, antes de os embaixadores latinos alcançarem Tiberíades, chegou ali (provavelmente no dia 30 de abril) um enviado muçulmano (o próprio Al Afdal ou um emissário seu), com uma mensagem de Saladino em que este pedia ao seu amigo Raimundo que autorizasse uma força de reconhecimento a atravessar, no dia seguinte, as terras do condado de Tripoli; os muçulmanos queriam atingir os domínios régios de Guido, nos arredores de Acre, de maneira a conhecerem melhor a situação no terreno, e prometiam a Raimundo não fazer qualquer dano no senhorio da Galileia. O conde de Tripoli, ignorando a aproximação de uma embaixada cristã, concordou, exigindo no entanto que o corpo expedicionário regressasse no mesmo dia ao seu local de partida.

A 1 de maio, sob o comando de Muzafar al-Din Gokböri (o “lobo azul”, filho do governador de Irbil, um antigo apoiante de Zengi, guerreiro audaz e que tinha passado para o campo de Saladino, o que lhe valeu receber Edessa e Samsat e casar com uma das irmãs do sultão), passou ao largo de Tiberíades e avançou para poente, penetrando abertamente em território cristão. O grupo não seria muito grande, mas incluía diversos emires turcos, esquadrões de Damasco e de Alepo e muitas tropas da Jazira. Foi então que Raimundo, tendo pelo seu lado sabido da aproximação de uma embaixada cristã proveniente de Jerusalém, enviou um aviso aos barões que a integravam (ao que parece, Balião e Reinaldo já não estavam no grupo), para os prevenir do que estava a acontecer. Nessa altura, é provável que a delegação cristã já soubesse da missão muçulmana de reconhecimento, por via dos avisos de Raimundo às suas tropas na Galileia (Nicolle, 1995: 56-57). Em resposta, no dia 30 de abril, o mestre do Templo decidira já reunir as forças templárias da região, tendo mobilizado (talvez através de

uma mensagem enviada por um pombo correio) 80 freires cavaleiros da sua comenda de Caco (Al Qaqun).

62

No dia seguinte (1 de maio), Gerardo de Ridefort conduziu as suas tropas para Nazaré, onde recolheu o apoio dos 40 cavaleiros da guarnição régia que protegiam os acessos à basílica da Anunciação; depois, juntaram-se-lhe alguns seculares e marcharam todos para leste, até Fonte de Cresson (Ayn Juzah, perto da cidade de Ayn Mahil e ligeiramente a nordeste de Nazaré). O objetivo do mestre do Templo consistia em, com perto de 140 cavaleiros (20 dos quais da escolta direta dos dois mestres), umas centenas de peões e um número desconhecido de turcopolos, reagir à provocação muçulmana e enfrentar a hoste comandada pelo emir Gokböri (tradicionalmente, aponta-se para 7000 homens, mas parece-nos prudente a proposta de David Nicolle, quando a reduz a apenas 700 cavaleiros, atendendo a que se tratava de uma simples força de reconhecimento).

Em Fonte de Cresson, no dia 1 de maio de 1187 e apesar do conselho em sentido contrário dado pelo mestre dos Hospitalários, Rogério des Moulins, e por alguns veteranos do Templo (como Jaquelin de Maillé), o mestre Gerardo de Ridefort forçou o combate e saiu-se mal: a cavalaria cristã, pressurosa em carregar sobre os seus inimigos, perdeu o contacto com as forças apeadas e, em clara inferioridade numérica, apesar do aparente sucesso inicial acabou por ser superada e envolvida pela cavalaria adversária e foi quase completamente aniquilada; apenas o mestre do Templo, o senescal Ourson d'Aulnay e um número reduzido de cavaleiros latinos escaparam à morte ou à captura, e as forças do “lobo azul” ainda puderam depois desbaratar a infantaria cristã (isolada e entregue a si própria) e saquear as redondezas, regressando de imediato à sua base, conforme o prometido a Raimundo de Tripoli. O mestre Rogério des Moulins e Jaquelin de Maillé morreram de armas na mão, e neste combate desapareceram também 60 cavaleiros templários conduzidos pelo marechal Roberto Fraïsnel. O erro de Gerardo de Ridefort acabou por sair tremendamente caro e teria consequências pesadas no alinhamento das forças em Hattin, dois meses mais tarde (Claverie, 2009: 363; Nicolle, 1995: 57). Como comenta Ibn al-Athir, a alegria espalhou-se de imediato no campo muçulmano:

“Foi um grande triunfo, porque os Templários e os Hospitalários são os tições dos Francos. Foram expedidos comunicados vitoriosos pelas terras, para dar conta destas notícias” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 319).

63

De qualquer modo, no imediato, a derrota cristã em Fonte de Cresson serviu para reconciliar o rei Guido de Lusignan com o conde Raimundo III de Tripoli (que devolveu a Saladino as tropas muçulmanas enviadas para defender Tiberíades e prestou homenagem ao rei latino), tanto mais que, na mesma altura, uma frota do imperador de Bizâncio, Isaac II Anjo, atacara o Chipre, uma ilha que era defendida por um pretendente rival do *basileus* que era aliado do príncipe latino de Antioquia: Isaac foi (uma vez mais) acusado de apoiar Saladino e, com isso, a relação entre os cristãos latinos e gregos voltou a degradar-se, justamente no momento em que Saladino preparava um ataque decisivo!

Da Fonte de Cresson aos Cornos de Hattin: a batalha decisiva

Ao tomar conhecimento do desastre dos cristãos em Fonte de Cresson, Saladino, que reduzira já o poder de Reinaldo de Châtillon na Transjordânia ao controlo dos castelos de Kerak e Montreal, regressou ao norte reforçado por algumas tropas egípcias, enquanto o seu irmão Al Adil voltava para o Cairo. O sultão estava decidido a atacar o reino de Jerusalém logo que possível e ordenou ao seu filho, Al Afdal, a quem se juntou por volta do dia 27 de maio, que inspecionasse a condição das pastagens e dos postos de abastecimento de água na região de Tal Ashtarrah, o ponto de concentração favorito dos muçulmanos. Entretanto, Taqi al-Din, depois de vigiar as movimentações dos Arménios da Cilícia, preparava a assinatura de uma trégua com o principado de Antioquia (o que veio a acontecer em inícios de junho), de modo a poder avançar, também ele, para o local da concentração. Foram também enviadas mensagens pela Síria e pela Jazira (a leste) a requerer a mobilização de mais e mais tropas.

Tudo isto demorou o seu tempo, mas finalmente a concentração muçulmana ficou completa e, por volta do dia 24 de junho, em Tasil, Saladino pôde organizar um alardo (uma revista às tropas). Como explica Ibn al-Athir...

...“todo o resto dos reforços e contingentes tinha chegado e estava já reunido. Formaram todos em parada e o exército foi inspecionado. Somavam 12 000 cavaleiros, detentores de feudos ou assalariados, para além dos voluntários. Saladino dispôs a sua hoste com um centro e duas alas, esquerda e direita, uma guarda avançada e uma retaguarda. Cada homem sabia qual a sua posição e foi-lhe ordenado que a conservasse. O Sultão marchou em ordem de batalha e acampou em Al-Uqhuwana [al-Qahwāna, conhecida pelos Cruzados como Cavan], perto de Tiberíades” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 319).

Segundo Imad al-Din al-Isfahani (o secretário de Saladino que compunha as suas cartas oficiais, sob a supervisão do sultão) e o biógrafo Baha al-Din, Saladino terá acampado perto da aldeia de Sinnabra, no topo sul do lago de Tiberíades, mas já na margem ocidental do Jordão (Kedar, 1992: 193). De acordo com a reconstituição de Michael Ehrlich (2007: 25-26), que nos parece pertinente, no dia 26 de junho, quando ainda estava em Tal Ashtarrah, Saladino soube da concentração dos Francos em Saforie e, logo após as orações do meio-dia de sexta-feira, abandonou de imediato o local. No dia seguinte (sábado, 27), uma pequena força muçulmana terá já cruzado o rio Jordão e acampado perto da sua margem ocidental, criando uma espécie de testa-de-ponte. Tendo em conta a distância entre Tal Ashtarrah e Al-Uqhuwana (cerca de 60 km), o grosso da hoste muçulmana só aqui terá chegado no dia 29 (ou 30); depois, subiram todos, sem serem minimamente incomodados, até às cumeeiras da Galileia, uma vez que o plano de Saladino passava por avançar para as montanhas desta região e posicionar a sua hoste num lugar estratégico, junto de uma boa fonte de água. No dia 29 ou 30, Saladino deve já ter alcançado a zona de Kafr Sabt [Cafarsset], uma ótima posição estratégica, que lhe permitia atacar em qualquer direção. Com um exército excecionalmente grande

(Nicolle, 1995: 59, admite que atingisse os 45 000 homens, dos quais 12 000 a cavalo), o sultão aiúbida acreditava que tinha boas condições para derrotar os latinos numa batalha campal, mas quis garantir que esta se travaria nas melhores condições possíveis, o que implicava impedir que os Francos tomassem a iniciativa e que pudessem responder como em 1182, controlando os pontos altos e os principais abastecimentos de água entre Saforie e Tiberíades.

Do lado cristão, concertadas as pazes entre o rei Guido e o conde Raimundo de Tripoli, foi lançado o *arrière-ban* em finais de maio, com vista a uma mobilização geral de tropas. Graças à avultada verba doada por Henrique II de Inglaterra (fala-se em 30 000 marcos) e entregue pelo mestre do Templo ao monarca de Jerusalém, foram recrutados mercenários, em especial sargentos montados, que ostentavam um estandarte com as armas do rei britânico. Guido reuniu um conselho de barões em Acre, onde foi dada a informação de que, a partir da zona pantanosa de Al-Uqhuwana (entre o lago de Tiberíades e os rios Jordão e Yarmouk), os muçulmanos tinham começado logo a enviar pequenos contingentes armados para poente, saqueando a região compreendida entre Nazaré, Tiberíades e o Monte Tabor (onde profanaram o santuário) e assinalando assim o início da invasão (vejam-se os esquemas em anexo). Por isso, os cristãos decidiram avançar de imediato para Saforie, um local ligeiramente a noroeste de Nazaré, rico em água e que os Cruzados gostavam de eleger como ponto de concentração das suas tropas. Os castelos de Safed e de Belvoir devem ter sido alertados e, em Saforie, ter-se-ão acabado por concentrar, nos finais de junho, segundo David Nicolle (1995: 61), entre 20 000 e 23 000 homens, dos quais 1200 cavaleiros, até 4000 sargentos de cavalaria ligeira e turcopolos, e 15 000 a 18 000 peões de qualidade muito desigual (desde besteiros profissionais a peões deveras inexperientes). A questão estava em saber o que fazer com toda esta tropa!

Na verdade, Saladino, com o grosso da sua hoste instalado em Kafr Sabt, tomara completamente a iniciativa do jogo e tratava de reconhecer cuidadosamente a região de Lubia (apenas 4 km a noroeste de Kafr Sabt, em subida suave), para ganhar o controlo das duas vias principais que ligavam

Saforie a Tiberíades, a praça onde se encontrava a condessa Eschiva (mulher de Raimundo) e que os muçulmanos devem ter bloqueado logo no último dia de junho ou no dia seguinte. Para além disso, batedores muçulmanos avançaram até Saforie, de forma a provocar os cristãos ali concentrados. Como escreveu Imad al-Din (com evidente exagero no que diz respeito ao tamanho da hoste cruzada):

“(...) o número dos cristãos ultrapassava qualquer cálculo; eles eram numerosos como calhaus, pelo menos cinquenta mil ou mais, com todos os seus artifícios! Eles tinham-se reunido em Saforie, onde tinham chegado vindos de perto ou de longe, e não queriam dali sair mais. Todas as manhãs, o Sultão Saladino marchava ao seu encontro, ameaçava-os, fustigava-os. Atacava-os para que eles se decidissem a atacá-lo a ele, a fazer descer as suas espadas das suas colinas e a afastar as suas gargantas das suas fontes, mas eles permaneciam escondidos sem se mostrarem e não se arriscavam nada cá fora” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 156).

Não tendo conseguido atraí-los, o sultão jogou uma cartada genial, nunca antes ensaiada: atacou diretamente Tiberíades com engenharia de cerco, ainda que correndo o risco de ficar exposto entre duas guarnições cristãs (a de Saforie e a de Tiberíades). A defesa desta última praça era muito reduzida, pelo que a conquista foi imediata, tendo a condessa tratado de se refugiar com os filhos, na noite de 2 de julho, na cidadela da vila. Assim se consumava o primeiro sucesso de Saladino nesta campanha: mesmo que não tivesse a possibilidade de enfrentar e vencer os Francos em batalha campal, pelo menos já tinha conquistado uma das suas praças mais emblemáticas, o que constituía um merecido prémio para a ousadia do sultão e um incentivo à prossecução da *Jihad*.

O ataque a Tiberíades obrigou a um novo conselho de guerra cristão em Saforie, na própria noite do dia 2 de julho (uma quinta-feira). As fontes não são concordantes na reconstituição deste encontro, mas a tendência é para seguir Ibn al-Athir, que, ao contrário de Imad al-Din, afirma que

o conde Raimundo se terá oposto à ideia de socorrer a praça, dado que qualquer movimento para leste, por uma estrada com tão poucas fontes e quase sem forragens para os cavalos, seria arriscadíssimo; se ficassem em Saforie, obrigariam Saladino a retirar, ou a atacar os cristãos numa posição desvantajosa. É natural que Guido de Lusignan tenha concordado com esta estratégia: isso era justamente o que ele optara por fazer em 1183, e por alguma razão os Francos não tinham reagido às movimentações muçulmanas durante os dias anteriores (é até possível que a chegada dos latinos a Saforie tenha sido anterior à deslocação de Saladino para Kafr Sabt); além disso, Guido, agora, já era rei (e não regente) de Jerusalém, e nem sequer precisara de fazer uma proposta de reação timorata, pois o conde de Tripoli acabara de fazer recair sobre si esse ónus... Deste modo, o conselho dissolveu-se, não sem que antes o truculento Reinaldo de Châtillon tenha acusado Raimundo de felonía:

“Há muito tempo que tu andas a tentar meter-nos medo com os muçulmanos; sem dúvida que tomaste o partido deles e te inclinas a seu favor, de outro modo não terias falado assim. Quanto ao seu [grande] número, o fogo do inferno precisa de muito combustível!” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 149)...

Não sabemos o que se passou depois, mas é certo que, durante o resto da noite de 2 para 3 de julho, talvez por pressão do mestre do Templo, Gerardo de Ridefort (que também acusara Raimundo e que terá invocado que o dinheiro de Henrique II não podia ser desperdiçado em vão), o rei Guido de Lusignan mudou de opinião e decidiu avançar, logo no dia seguinte, e socorrer Tiberíades! Ora, isso era justamente o que Saladino desejava, pelo que Imad al-Din conta que...

...“quando a notícia foi confirmada, o Sultão alegrou-se e regozijou-se com o avanço deles. ‘O nosso objetivo concretizou-se, disse ele, o nosso pedido foi totalmente satisfeito, aconteceu-nos aquilo que nós desejavamos’” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 158).

Também Ibn al-Athir explica que “o único propósito dele [Saladino] ao cercar Tiberíades foi levar os Francos a abandonarem a sua posição, de modo a poder combatê-los” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 321).

Podemos, claro está, discutir a sensatez da decisão do rei de Jerusalém. Provavelmente, e tal como em 1183, ele não terá resistido às pressões a que foi sujeito por parte de alguns grandes barões latinos, a começar pelo mestre dos Templários e por Reinaldo de Châtillon. Convém recordar que Guido se encontrava numa posição política ainda muito frágil, pois subira ao trono só no ano anterior e em condições muito polémicas; além disso, a aliança de Raimundo com Saladino lançara sobre o conde de Tripoli o ódio de muitos barões, e uma excessiva colagem de Guido ao antigo regente podia ser comprometedora. Como quer que seja, a verdade é que a decisão era de elevado risco, pois a passividade do exército cristão nos dias anteriores permitira a Saladino controlar as variáveis principais do combate (vias de comunicação, pontos altos, água), pelo que, agora, não seria fácil derrotar os muçulmanos.

A partir de Saforie, a hoste cristã dispunha de poucas alternativas para alcançar Tiberíades (a cerca de 30 km de distância, o equivalente a um dia, ou um dia e meio, de marcha). Uma grande estrada romana ligava então Acre a Tiberíades (veja-se em anexo o mapa de B. Kedar); um pouco a nordeste de Saforie, essa estrada atingia os 10,4 m (!) de largura e a presença de um marco miliário indica nesse ponto uma distância de apenas duas milhas até Saforie, pelo que a estrada principal devia ter uma ramificação para sudoeste, até ao local de concentração dos Francos. Segundo Benjamin Kedar (historiador israelita e talvez o mais famoso estudioso da batalha de Hattin), graças ao estudo arqueológico da rede viária da Baixa Galileia realizado desde a década de 1980 também foram encontrados vestígios de uma antiga estrada ligando, em *bypass*, Saforie ao noroeste, assim como de uma outra via que, através de território montanhoso, subia de Saforie para sudeste, até Mashhad; já na estrada que liga Fonte de Saforie (cerca de 2 km a sudoeste de Saforie) a Mashhad (rota alternativa sugerida por alguns historiadores ilustres, como Joshua Prawer), não se encontraram

ainda vestígios antigos (Kedar, 1992: 195). Como algumas fontes cristãs, em especial os chamados continuadores em francês antigo da *História* de Guilherme de Tiro (Ernoul e Eraclès), afirmam que a hoste latina prendeu e torturou uma velha muçulmana que os amaldiçoou a duas léguas de Nazaré, é possível que a hoste de Guido, depois de se abastecer convenientemente de água (diz-se que, nessa altura, os cavalos se recusaram a beber, o que foi um mau prenúncio) tenha utilizado a estrada (mais difícil) de Fonte de Saforie para Mashhad, que fica justamente duas léguas a nordeste de Nazaré, rumando depois a norte. No entanto, as medidas medievais são muito incertas e, como lembrou R. C. Smail (1995: 204), também não devemos exagerar a importância das estradas para a deslocação de exércitos que, para este tipo de operações de vizinhança e nesta época, não tinham de se fazer acompanhar por veículos de rodas. Sendo assim, também não custa admitir que o rei Guido tenha optado pela estrada (muito mais fácil e apenas ligeiramente mais comprida) que ligava Fonte de Saforie à grande via romana que passava mais a norte, marchando a partir daí para leste, na direção de Tiberíades (Kedar, 1992: 195).

Há historiadores (como Malcolm Lyons e D. E. P. Jackson, 1982: 259-261) que defendem que este avanço cristão para leste seria apenas um teste, uma sondagem: caso os muçulmanos atacassem a partir do seu acampamento principal, situado perto de Kafr Sabt [Cafarsset], os Francos poderiam imobilizá-los contra a cumeeira norte-sul que se situava a leste da aldeia de Turan [Tu 'ran ou Tourran]; já no caso de os homens de Saladino optarem por permanecer em Kafr Sabt, os Latinos poderiam regressar à fonte de Turan, e neutralizariam depois a ameaça do sultão a Tiberíades por meio de ataques repetidos ao principal acampamento muçulmano.

Nunca saberemos ao certo qual era exatamente a intenção de Guido e dos barões que o aconselhavam de perto, ao decidirem-se por esta reação tão tardia e arriscada. Certo é que a coluna cristã, com uma vanguarda sob o comando do conde Raimundo, um centro chefiado pelo próprio rei Guido (com a Vera Cruz de Cristo à guarda dos bispos de Lydda e de Ramla) e uma retaguarda liderada por Balião de Ibelin, alcançou Turan na sexta-feira, dia 3 de julho de 1187, ao princípio da manhã (talvez por volta das 10h,

como sugere Nicolle, 1995: 62). Ao que tudo indica, alguns cristãos (mais provavelmente os que marchavam no flanco esquerdo da coluna) chegaram a beber água na fonte de Ayn Turan (ligeiramente a noroeste), mas o grosso da hoste não teve possibilidade de o fazer e a coluna continuou a avançar para leste, na direção de Tiberíades. Numa carta que escreveu logo no dia 10 de julho ao califa abássida de Bagdade, Saladino aponta esta decisão de Guido como um erro fatal:

“Os falcões da sua infantaria e as águias da sua cavalaria pairaram à volta da água e ele decidiu-se por uma das águas marchando na direção dela e ladeando-a. Mas o diabo seduziu-o, levando-o a fazer o contrário daquilo que tinha em mente, e fê-lo ver como sendo bom para ele aquilo que não era o seu [verdadeiro] desejo e intenção. Então ele abandonou a água e partiu para Tiberíades, tendo decidido, por orgulho e arrogância, tomar a sua vingança” (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 211).

É importante analisar este ponto de não-retorno da campanha, em que os Cruzados terão deitado, definitivamente, tudo a perder. Como se pode ver no esquema de Benjamin Kedar (cf. a figura em anexo), Ayn Turan não dispunha senão de uma pequena fonte, decerto insuficiente para dessedentar tantos homens e animais. Aliás, as descargas de água das fontes da região foram estudadas por Kedar, que, sem deixar de admitir que a realidade de hoje possa ser diferente daquela que existia nos finais do séc. XII (embora a proporção relativa possa ser semelhante), concluiu que as fontes de Saforie são as mais abundantes da Baixa Galileia: debitam entre 86 000 e 108 000 litros de água por hora, no verão, sendo seguidas pelas fontes de Hattin, com 17 000 a 34 000 litros. Todas as outras fontes da zona apresentam descargas muito menores, tendo a de Ayn Turan sido avaliada em apenas 108 litros por hora, no dia 12 de julho de 1989 (Kedar, 1992: 196-197). Portanto, o erro de Guido não consistiu tanto em desaproveitar as águas, que apenas matariam a sede a uma pequena parcela da hoste cruzada; a questão é outra. Como observou Michael Ehrlich (2007: 30),

se tivessem optado por ficar em Turan (perto da curva de nível 400), os Francos teriam podido enfrentar os seus adversários em muito melhores condições do que em Maskana, situada a apenas 188 m de altitude, em zona claramente abaixo do principal acampamento muçulmano, estabelecido em Kafr Sabt; de resto, talvez permanecendo em Turan os Francos tivessem podido evitar a batalha. Saladino percebeu o erro e mandou de imediato as suas forças ocupar a dita zona de Turan, ficando portanto na posse de mais um ponto elevado e com algum abastecimento de água.

Assim sendo, a hoste cristã prosseguiu a sua marcha, que se tornava cada vez mais lenta e penosa, porque entretanto o calor e o pó aumentavam, a sede e a angústia cresciam, e os muçulmanos iam fazendo, com paciência de ourives, um trabalho cuidadoso de envolvimento da coluna inimiga, que não deixavam de fustigar através de um tiro inclemente contra os cavalos dos latinos. Esse tinha, aliás, sido o objetivo de Saladino desde o início; como escreve Imad al-Din, o sultão tinha recomendado aos emires e aos chefes do seu exército “que se colocassem em face dos Francos e que os apertassem o mais possível” (ed. Gabrieli, p. 156)!

Alguns quilómetros a leste de Turan, a estrada para Tiberíades dividia-se em dois: o ramal principal passava através da posição forte de Saladino, em Kafr Sabt, enquanto um outro ramal, que também conduzia a Tiberíades, corria para norte, fazendo uma curva perto de Maskana, de Lubia [Lubiya ou Lubiya] e dos Cornos de Hattin (Nicolle, 1995: 62). De maneira a evitar a posição principal de Saladino, e como já percebemos, os cristãos avançaram pelo ramal secundário, redobrando os cuidados na marcha, com a cavalaria protegida por caixas de infantaria em cada um dos segmentos da hoste. Mas já pouco conseguiam progredir, de tão cercados que estavam pelos seus adversários, com o centro de Saladino a cobrir todo o flanco leste, os contingentes de Taqi al-Din a ocupar o setor mais a norte e os corpos comandados por Gokböri a fechar sobre o lado poente (veja-se o esquema anexo, de D. Nicolle).

Por volta do final da manhã, a vanguarda de Raimundo terá chegado muito perto de Maskana [Manescalia, Marescalcia, ou Miskinah] e soube que a retaguarda cristã tinha sido obrigada a parar. Nessa altura, como

comenta Nicolle (1995: 62), o exército cruzado devia espalhar-se por uma área planáltica com perto de dois quilómetros de extensão; no seu flanco esquerdo, tinha umas encostas íngremes e arborizadas formando uma pequena colina com a povoação de Nimrin no topo; à direita, surgiam outras tantas colinas arborizadas, coroadas pelas cidades de Sejera e Lubia (que, como vimos, Saladino reconhecera e ocupara desde muito cedo); em frente, avistavam-se, a cerca de 5 km, os Cornos de Hattin (dois pequenos picos vulcânicos, que se acreditava corresponderem ao local onde Jesus Cristo pregou o Sermão da Montanha) e, mais além, o lago de Tiberíades, cujas águas só deviam ser visíveis a partir do flanco direito; devido à sede, talvez o azul deste lençol de água tivesse parecido aos Cruzados relativamente próximo, mas a verdade é que se encontravam ainda a 12 km de distância...

A partir daqui, é difícil termos a certeza do que sucedeu, uma vez que os testemunhos, mesmo os presenciais, são contraditórios. No entanto, duas coisas parecem certas. Primeiro, a hoste cristã estava já numa situação terrível: desde Turan, não conseguira avançar mais de quatro quilómetros para leste, e começava a cavar-se um fosso perigoso entre os seus três segmentos principais (a vanguarda de Raimundo, o centro do rei Guido e a retaguarda de Balião de Ibelin); os Cruzados encontravam-se numa depressão do terreno e estavam rodeados de muçulmanos por todos os lados, sofrendo bastante com o tiro dos arqueiros de Saladino, que visavam especialmente as montadas; além disso, a sede já era muita e a esperança de salvação começava a dissipar-se. Em segundo lugar, parece seguro que, algures durante a tarde de dia 3 de julho, a hoste cruzada avaliou a situação e tomou a decisão de acampar em Maskana, escassos 300 metros a norte da grande via romana que liga Acre a Tiberíades.

As fontes cristãs — teoricamente mais úteis neste particular — dividem-se na explicitação desta última medida: o autor anónimo do *Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae* (testemunha ocular dos acontecimentos) afirma que Raimundo incitou o rei a acelerar, para a hoste conseguir alcançar a água; o rei começou por concordar, mas depois mudou de opinião devido à pressão turca sobre a retaguarda, acabando por ordenar que acampassem no local, uma decisão que o conde de Tripoli considerou um erro trágico,

uma vez que uma investida vigorosa em direção ao lago de Tiberíades poderia ter salvo o exército, ao passo que acampar no árido planalto tornaria a derrota inevitável. Já um dos continuadores da *História* de Guilherme de Tiro (Eraclès) sugere que Raimundo, julgando impossível alcançar Tiberíades ainda naquele dia, sugeriu a Guido que virasse à esquerda, descesse até Hattin e às suas fontes e continuasse no dia seguinte para Tiberíades; porém, a manobra desorganizou a hoste e os muçulmanos conseguiram chegar primeiro às fontes de Hattin; outro continuador de Guilherme de Tiro afirma que foi Raimundo quem sugeriu a Guido que acampasse no planalto (Kedar, 1992: 198).

É difícil saber onde está a verdade, e é bem natural que o insucesso da campanha tenha reacendido as velhas rivalidades entre o rei de Jerusalém e o conde de Tripoli, potenciando reconstruções *a posteriori* do acontecimento repletas de incriminações mútuas. Parece, no entanto, seguro admitir que, na noite de sexta-feira, dia 3 de julho, os cristãos acamparam muito perto de Maskana (que Joshua Prawer identificou como sendo a Mashkena talmúdica e que deveria ser um lugarejo do mesmo tamanho de Turan, mas muito mais pequeno do que Lubia, tendo no séc. XVI apenas 47 famílias: Kedar, 1992: 198). Sublinhamos, ao mesmo tempo, que nesse final de dia pode ter também começado a ganhar forma a ideia, que Eraclès atribui ao conde Raimundo, de uma mudança de rota na direção de Hattin, que estava a apenas cinco quilómetros de distância (ou seja, a menos de metade do lago de Tiberíades), dispunha de abundante abastecimento de água e tinha uma proteção natural envolvente não despicienda (os chamados “Cornos de Hattin”): como a investigação arqueológica de Zvi Gal, entre 1976 e 1981, revelou, estes dois picos estão rodeados por uma muralha da Idade do Ferro, tendo o corno sul (um pouco mais alto do que o outro) também uma muralha da Idade do Bronze Tardio, de que ainda restam alguns vestígios impressionantes (Kedar, 1992: 205-206).

Maskana não tinha água natural por perto (e Ibn al-Athir refere que os muçulmanos tinham destruído todas as cisternas da zona: ed. Richards, p. 321), o que ajudou a tornar a noite de 3 para 4 de julho no acampamento cristão um verdadeiro pesadelo. É provável que Saladino e/ou Taqi al-Din tenham então avançado os seus acampamentos para as proximidades de

Lubia (apenas 2 km a sudeste de Maskana), o que criou um cenário extraordinariamente dramático: durante aquela noite de sexta-feira para sábado, de tão perto que estavam, os adversários ouviam-se uns aos outros e os piquetes de segurança rivais quase podiam comunicar entre si! Do lado muçulmano, muito mais confiante, rufavam tambores e ecoavam cânticos e rezas (Ibn al-Athir diz que lançavam grandes gritos de “Deus é grande” e “Não há outro Deus senão Alá”: ed. Richards, p. 149), tanto mais que era a Noite de Khidr, uma celebração religiosa muçulmana (Nicolle, 2011: 27). Saladino, sempre atento, mandou vir de Kafr Sabt o resto da sua hoste, incluindo a infantaria, e foram distribuídos pelos diversos setores do exército 400 camelos carregados de setas, enquanto outros 70 ficavam guardados como reserva; os muçulmanos dispunham ainda de uma caravana de camelos que trazia água potável em peles de cabra, esvaziando-se depois o precioso líquido em vasilhas de barro colocadas no chão (Nicolle, 2011: 27). Enquanto isso, outros muçulmanos reuniam gravetos e madeira nos montes em volta e empilhavam-nos em locais estratégicos (ou seja, na direção do vento que conduzia ao acampamento cristão, próximo da previsível futura linha de marcha adversária), prontos para arderem na manhã seguinte!

Como se adivinha, a batalha estava decidida antes mesmo do raiar da aurora de sábado, dia 4 de julho; só um milagre poderia salvar a hoste cruzada. Graças à experiência acumulada nas campanhas de 1182 e 1183, Saladino aproveitara sagazmente a hesitante liderança de Guido de Lusignan e a sua tendência natural para demorar a reagir, e tratara de ocupar as posições que mais lhe convinham, garantindo o controlo das zonas elevadas e dos pontos de abastecimento de água. Ao atacar Tiberíades, convencera um adversário relutante a sair da sua toca, e agora preparava-se para o esmagar, depois de o ter fustigado em jeito de aperitivo, retardando a sua marcha e alongando perigosamente a sua coluna. Como sintetiza Imad al-Din:

“O Sultão dispôs em frente deles os seus batalhões e não pensava senão no combate; avançou contra eles com o seu exército, controlando o ritmo para a carga e interditando-lhes os poços de água, o que os reduziu a uma necessidade extrema: a golpes de sabre, impediu-os de

descer rumo à água e partiu-os em dois, mantendo-os sempre afastados. Ora, o dia estava quentíssimo e eles ardiam também de cólera, pois com esta canícula ardente eles tinham consumido todas as suas provisões de água e não podiam resistir à sede. A noite separou os dois exércitos e a cavalaria cortou as estradas de ambos os lados. O Islão passou a noite diante dos incrédulos, o monoteísmo em face dos trinitários: a via justa vigiava o erro, a fé opunha-se ao associacionismo, enquanto se preparavam os diversos círculos do inferno e se alegravam os do paraíso” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, pp. 158-159).

Neste ponto, parece-nos razoável admitir que Saladino tenha igualmente ordenado aos seus homens — nomeadamente aos do flanco direito, comandado por Taqi al-Din — que controlassem também a via secundária para Hattin (onde os cristãos acreditavam encontrar-se o local da sepultura do profeta bíblico Jetro, sogro de Moisés) e o acesso às suas abundantes fontes. À distância a que os cristãos se encontravam destas, seria incompreensível que o sultão aiúbida, que tão bem conduzira a campanha, tivesse descuido uma medida tão elementar. Aliás, uma das versões cristãs em francês antigo (devida a Eraclès) afirma que os muçulmanos conseguiram chegar primeiro às fontes de Hattin, testemunho que é parcialmente corroborado por um relato da batalha descoberto por Jean Richard em meados do séc. XX (Vat. Reg. Lat. 598, cf. Kedar, 1992: 198).

Quando amanheceu, no dia 4 de julho, os Cruzados retomaram a sua marcha para leste, provavelmente continuando a utilizar a grande estrada romana. Todas as fontes muçulmanas (nomeadamente Ibn al-Athir, Imad al-Din e Al Muqaddasi², os dois últimos testemunhas presenciais da batalha),

² Abd Allah b. Ahmad al-Muqaddasi, autor muito pouco conhecido, escreveu o seu relato da batalha de Hattin em Ascalon, em agosto de 1187. O seu pai fora um pregador que vivera sob o domínio dos Francos em Djamma 'il (uma aldeia a sudoeste de Nablus), tendo fugido em 1156 para Damasco e, com isso, iniciando o êxodo dos seus parentes e discípulos para esta cidade. Al-Muqaddasi nasceu em 1146 e estudou em Damasco e em Bagdade, tendo tomado parte nas expedições de Saladino contra os Francos, incluindo na de 1187. Segundo Benjamin Kedar (1992: 192), o seu relato destaca-se pela sobriedade e detalhe factual, o que o torna um dos testemunhos oculares mais importantes da batalha.

fontes essas que são muito mais majestosas e detalhadas do que as cristãs na reconstituição de toda a campanha, indicam que a coluna de marcha cristã se encaminhava para o lago de Tiberíades. Apesar de este objetivo estar mais afastado do que Hattin e as suas preciosas fontes, para chegar a estas últimas o conjunto da hoste cruzada teria de superar os muçulmanos que guardavam os acessos, subir depois a encosta (a cavalo e sem o apoio da infantaria, que não iria aguentar o passo) e, por fim, dominar os arqueiros inimigos, que já deviam estar a guardar a água. Por outro lado, como observa Benjamin Kedar, a arrancada em direção ao lago também tinha as suas vantagens, pois deixava mais indefinido para os muçulmanos qual o objetivo exato da marcha dos Francos, uma vez que a frente líquida era muito larga e poderia ser alcançada em diversos pontos; e também não se fechava completamente aos cristãos a oportunidade de atacarem em força o corpo principal dos muçulmanos (Kedar, 1992: 203; Herde, 1966: 30-33).

Saladino não teve pressa de consumir a chacina. Mandou os voluntários *muttawiyah* acender os fogos e, com isso, acrescentou ao sofrimento dos cristãos uma tortura suplementar: a provocada pelo fumo, que tornava o ambiente irrespirável, irritava os olhos e aumentava exponencialmente a sensação de sede (mas claro que os destacamentos muçulmanos que se encontravam no lado nascente também devem ter sido, ao menos parcialmente, afetados). Possivelmente, os fogos terão sido acendidos em diversos momentos, de forma faseada e conforme o andamento dos cristãos. Estes lá marchavam como podiam, organizados nas suas caixas protetoras, com a infantaria por fora e a cavalaria por dentro, tentando preservar-se o mais possível do tiro inclemente (e, em grande parte do percurso, de cima para baixo) dos arqueiros muçulmanos. Como sugere Michael Ehrlich (2007: 31), parece provável que os ataques de Saladino, em clara superioridade numérica, tenham incidido sobretudo em dois pontos: entre a vanguarda e o corpo principal; e entre o corpo principal e a retaguarda. Se assim foi de facto, terá sido a unidade central da hoste cristã, liderada pelo rei Guido (acompanhado pelos Hospitalários e, possivelmente, pelos Templários, que fechariam este segmento da coluna), a pagar as despesas da aventura. De certa forma, os muçulmanos ter-se-ão centrado num objetivo principal, atacando mais insistentemente a 'cabeça da

serpente inimiga' e continuando a separá-la das restantes forças cruzadas. Para resistir à pressão e conseguir continuar a marcha, os esquadrões das Ordens Militares tiveram de executar algumas cargas a cavalo, em especial a partir da retaguarda do corpo central da coluna cristã, cargas essas que parecem ter sido relativamente bem-sucedidas mas que terão implicado também muitas baixas. Segundo conta Ibn al-Athir...

...“a batalha inflamou-se e tornou-se feroz, com uma tenaz resistência de ambos os lados: os arqueiros muçulmanos lançaram uma nuvem de flechas, como se fossem grandes enxames de gafanhotos, e mataram neste combate muitos dos cavalos dos Francos. Estes juntaram-se à sua infantaria e pressionaram, continuando a combater, na direção de Tiberíades, na esperança de alcançarem a água” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 149).

Imad al-Din, num estilo sempre mais floreado, confirma no essencial este relato, ao explicar que a tropa dos Francos...

...“apertada de todos os lados, procurava por onde se escapar; mas, a cada tentativa, eram crivados de flechas e torturados pelo calor do combate. Contudo, eles não se davam por vencidos e carregaram, não tendo outra forma de apaziguar a sede de que sofriam do que ‘a água’ das lâminas que empunhavam nas suas mãos. (...) Eles foram reduzidos à impotência, desalojados, pressionados e perseguidos; a cada uma das suas cargas, eles eram repelidos e massacrados; em cada um dos seus movimentos ofensivos, eles eram capturados e aprisionados” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 159).

Este cenário ajuda a iluminar um dos episódios mais controversos da batalha: a fuga de Raimundo III de Trípoli. O conde, à cabeça da vanguarda da coluna cristã, provavelmente já sem ilusões quanto ao desfecho da campanha e (como vimos) possivelmente até adepto de uma outra estratégia, arrancou para norte, concretizando uma carga bem-sucedida na direção de Hattin. Ao que parece, a carga foi suficientemente violenta para que os

homens de Taqi al-Din tivessem optado por não se lhe opor tenazmente, permitindo ao conde ir embora e, com isso, deixando o núcleo duro da hoste cristã ainda mais entregue à sua sorte. Pelo menos é isso que parece poder deduzir-se dos relatos muçulmanos:

“O conde, avaliando a situação, compreendeu que não poderiam resistir aos muçulmanos e, com o acordo dos seus, carregou sobre os que lhe faziam frente, isto é, sobre Taqi al-Din Umar, sobrinho de Saladino, que comandava os muçulmanos deste setor; constatando a carga desesperada dos Francos, Taqi compreendeu que seria vão opor-se-lhe e ordenou que se lhes abrisse uma passagem” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 150).

“Quando o conde se apercebeu da derrota, deixou transparecer a sua dor, perdeu a sua energia e procurou um meio de se pôr em fuga, antes mesmo que o grosso das tropas se dispersasse, que a brasa pegasse fogo, que a guerra se inflamasse e que o incêndio se espalhasse; ele procurou, pois, escapulir-se com a sua gente e lançou-se sem olhar para trás na travessia de um barranco; ele fugiu como um relâmpago, (...) seguido por um pequeno número” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 160).

“Quando o Conde, Deus o amaldiçoe, viu que a Fortuna se virava rapidamente contra ele, virou as costas dizendo: ‘não tenho nada que ver contigo. Eu vejo aquilo que tu não vês’” (citação do *Corão*, 8.50). (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 211).

Curiosamente, uma fonte tardia e quase desconhecida da Cilícia arménia — uma formação política de maioria cristã que se afirmou a partir do terceiro quartel do séc. XI no território a norte do principado de Antioquia que outrora pertencera a Bizâncio, tendo resistido estoicamente até à conquista mameluca de 1375 — alude também a este momento crucial da batalha de Hattin. Referimo-nos à crónica atribuída ao Condestável Sembat (falecido em 1276 e irmão do rei Het ‘um I), que descreve o comportamento do conde Raimundo nos seguintes termos:

“No mesmo ano, Saladino marchou contra o rei de Jerusalém; o rei, os Francos do litoral, o conde de Tripoli e os Freires com as vestes marcadas com uma cruz [Templários, sobretudo, mas também Hospitalários] foram acampar juntos, à vista de Saladino. O exército dos Francos estabeleceu-se numa colina e os infiéis sofriam com a falta de água; então, o conde de Tripoli, esse renegado, mandou dizer o seguinte a Saladino: ‘O que é que tu te comprometes a oferecer-me se eu fizer levantar o acampamento dos cristãos e se eu os levar a estabelecerem-se num local sem água, de maneira a que tu e as tuas tropas possam instalar o vosso arraial à borda de água?’. E Saladino prometeu-lhe inúmeros tesouros, confirmando-lhe tudo isso através de um documento escrito. A seguir, o conde infiel tratou de dar ao seu rei e aos chefes [cristãos] os seguintes conselhos: ‘Não é bom para nós — disse ele — permanecer aqui; venham, partamos deste local e estabeleçamos o nosso acampamento sobre aquela colina, apoiando a retaguarda nas nossas fortificações’. Deste modo, fê-los a todos acreditar nas suas palavras tortuosas e, logo que os cristãos deixaram esse local, o sultão instalou o seu acampamento à beira da água, ao passo que os cristãos não puderam beber mais nenhuma água e acharam-se num grande sofrimento e numa grande incerteza, sem verem saída para a sua situação; então, no seu desespero, entregaram-se à morte e marcharam para o combate; e assim que as suas linhas se dispuseram em ordem de batalha, o infiel conde de Tripoli, afastando-se, desertou com os seus homens do exército cristão, provocando desse modo a derrota dos cristãos; estes, resignados a morrer, travaram batalha e, tendo-se o combate prolongado, acabaram por ser derrotados, pois tanto os homens como os animais, no limite das suas energias, estavam esgotados pela sede; fazia um calor intenso e um vento incendiário, e os pagãos, redobrando os golpes, massacraram toda a gente” (Crónica do Condestável Sambat, ed. G. Dédéyan, pp. 59-60).

As outras fontes cristãs são menos inclementes com Raimundo, em especial as versões em francês antigo, afirmando que o conde atacou por ordem de Guido e que os sarracenos abriram alas para o deixar passar.

Já o *Libellus de Expugnatione*, afirma que os homens de Raimundo decidiram escapar depois de se terem visto separados do corpo principal do exército cristão, que era a unidade do rei (Kedar, 1992: 205). David Nicolle (2011: 30) considera que a intenção de Raimundo não foi a de trair a causa cristã, mas sim a de romper o cerco e garantir o acesso à fonte de Hattin, e admite que Taqi al-Din e a sua ágil cavalaria não contrariaram o movimento e deixaram os cavaleiros cristãos internar-se na garganta que conduzia à aldeia de Hattin porque sabiam que o conde não teria hipótese de voltar para trás, por um lado devido à configuração do terreno, por outro porque os muçulmanos tratariam de fechar a passagem logo a seguir. O certo é que Raimundo continuou pelo Vale do Hamman abaixo, em direção ao lago de Tiberíades, tendo depois evitado a armadilha de se reunir à esposa na cidadela que ainda resistia e optado por seguir para norte, rumo à cidade costeira de Tiro; o conde faleceria poucos meses depois, em Tripoli (diz-se que de pleuresia, o que recorda o fumo inalado em Hattin), destroçado, só e de consciência atormentada, ou pelo menos com a reputação arruinada, como percebemos pela memória (algo fantasiosa, é certo) que, passado um século, o condestável Sambat guardava dele.

Qualquer que seja a verdade que se esconde por detrás do movimento de Raimundo de Tripoli (velho opositor de Guido de Lusignan e, possivelmente, crítico de toda a campanha cristã de 1187), a retirada do campo de batalha do mais talentoso dos chefes militares cruzados afundou ainda mais a moral dos Francos. Compreende-se por isso que, nesta fase da batalha, muitos elementos das forças de infantaria cristãs, em puro desespero de causa, tenham iniciado um movimento de debandada para leste, na direção dos Cornos de Hattin, onde poderiam, pelo menos, encontrar algum refúgio num ponto alto e guarnecido pelas velhas muralhas que há pouco descrevemos. É natural que estes corpos de infantaria — mais provavelmente os do flanco direito da unidade central dos Cruzados, muito mais expostos — não acreditassem já na possibilidade de alcançar o lago de Tiberíades (e agora também já nem sequer as fontes de Hattin) e que, torturados pela sede, pelo fumo, pelo calor e pela poeira, exaustos pelo esforço e completamente desanimados, tenham respondido ao instinto

e procurado no pico vulcânico situado mais a norte a sua derradeira tábua de salvação. Talvez alguns, naquele ambiente de confusão e de colapso generalizados, sonhassem ainda com a possibilidade de seguirem o mesmo trajeto de Raimundo, mas terão encontrado a vereda salvadora já novamente bloqueada pelos homens de Taqi al-Din.

As fontes não nos ajudam muito nesta reconstituição, mas parece provável que a peonagem em fuga tenha tirado partido de uma brecha que se terá aberto de forma natural, no momento da ‘carga em fuga’ de Raimundo de Tripoli, entre a posição de Taqi a-Din (mais a norte) e a de Saladino (mais ao centro); provavelmente, com isto muitos Francos até terão conseguido atravessar a principal bacia hidrográfica em algum ponto (reveja-se o esquema de Kedar em anexo) e colocar-se numa posição de relativa dominância (o corno norte era, ainda assim, menos elevado do que o outro), o que contudo não alteraria a sorte da batalha (Ehrlich, 2007: 30; Kedar, 1992: 202, n. 44; Nicolle, 2011: 30).

Depois disto, enquanto Balião de Ibelin (um velho aliado de Raimundo contra Guido de Lusignan...) tratava também de ser pôr a salvo pelo flanco sul, levando consigo uma boa parte da retaguarda cristã, o rei, acompanhado pelos dois bispos que brandiam a Vera Cruz, procurava exortar a sua peonagem a descer do corno norte para se juntar às forças de cavalaria remanescentes, em torno de algumas tendas instaladas, em jeito de posição defensiva, na encosta poente dos Cornos de Hattin. O apelo não resultou e não terão sido erguidas mais de três barracas, uma mui frágil barreira contra os ataques da cavalaria muçulmana. Com os cavalos cristãos, sem proteção de infantaria, a serem sucessivamente abatidos pelas flechas inimigas, Guido não teve outro remédio senão conduzir o que restava da sua hoste para os Cornos de Hattin. Os cavalos devem ter-se posicionado na parte plana do topo do corno sul, onde foi erguida a tenda real, de um vermelho garrido e visível de muito longe (cf. Carta de Saladino ao califa abássida: Melville and Lyons, 1992: 211-212). Obviamente, os muçulmanos, com o adversário finalmente reduzido a um microcosmos e confinado a um terreno bem delimitado (ainda que com dificuldades de acesso, sobretudo dos lados norte e leste), envolveram de imediato a posição cristã e trataram de começar a atacá-la.

Há um consenso generalizado no que diz respeito a esta fase final da batalha. Os Cruzados, provavelmente encabeçados pelos freires cavaleiros do Templo e do Hospital que se mantinham em combate, organizaram algumas cargas desesperadas a cavalo pela colina abaixo, provavelmente no sentido leste-oeste e tirando partido da grande cratera existente entre os dois cornos, visando alcançar a posição onde se encontrava o próprio Saladino, o que poderia inverter de forma espetacular a sorte da jornada. Porém, não foram bem-sucedidos e a tropa muçulmana pôde ripostar: a infantaria atacou pelos lados mais íngremes e, no corno norte, a infantaria cristã foi mesmo assaltada por trás, o que permitiu a conquista desta posição a meio da tarde. A seguir, Saladino ordenou ao sobrinho que carregasse sobre os cristãos que ainda resistiam no corno sul, íngreme mas não inacessível; segundo Nicolle (2011: 30-31), que observou demoradamente o local, talvez Taqi al-Din tenha levado os seus homens pelo declive ocidental, mais suave, que conduzia a uma espécie de lombo situado entre os dois picos vulcânicos; a cavalaria muçulmana lançou-se duas vezes pela encosta acima e, a determinada altura, a preciosa Vera Cruz foi capturada, devastando (como nota Imad al-Din) o que restava da moral dos cristãos. Guido continuou a resistir com um grupo restrito de bravos, a maior parte deles já a pé, mas, a certa altura, a tenda vermelha foi derrubada e, como Saladino imaginara, a resistência soçobrou de vez, com muitos Francos a serem capturados no chão, exaustos pelo esforço do combate. Vale a pena recuperar o essencial do relato de Ibn al-Athir sobre o final da batalha (v. imagem anexa):

“Então os sobreviventes Francos subiram a uma colina do lado de Hattin, onde tentaram erguer as suas tendas e defender-se, mas, sendo vigorosamente atacados de todos os outros lados, foram travados nos seus propósitos e não conseguiram montar senão uma única tenda, a do rei. Os muçulmanos apoderaram-se da grande cruz chamada ‘A Verdadeira Cruz’, que, segundo dizem, contém um pedaço da madeira que, segundo eles, foi utilizada para crucificar o Messias. Esta captura constituiu um golpe muito duro, pois veio confirmar-lhes a morte e o desastre. Cavaleiros e peões caíram em grande número, mortos ou aprisionados, e o Rei só

ficou na colina com uns cento e cinquenta cavaleiros, os mais valentes e os mais famosos. Disseram-me que al-Malik al-Afdal, filho de Saladino, tinha contado o seguinte [segue-se a história em que Al Afdal comemora antes do tempo a vitória, sendo duramente repreendido pelo pai, que, ao seu lado, o avisa de que apenas haverá razões para celebrar quando a tenda real cair; quando isso sucedeu, o sultão prostrou-se por terra e agradeceu a Deus, chorando de alegria]. A tenda [prosegue o cronista muçulmano] caíra deste modo: os Francos tinham sofrido terrivelmente de sede no decurso destas cargas com que tinham esperado encontrar uma saída para o cerco, mas em vão. Então, eles tinham descido dos cavalos e tinham-se sentado no chão. Os muçulmanos, trepando a encosta, deitaram a tenda abaixo e capturaram-nos até ao último homem. Entre eles, estava o Rei, o seu irmão [Godofredo de Lusignan] e o príncipe Arnât, senhor de Kerak e o maior inimigo franco dos Muçulmanos. Capturaram também o senhor de Biblos, o filho de Honfroi, o chefe dos Templários, que era um dos mais altos dignitários entre os Francos, e uma tropa de Templários e de Hospitalários. O número de mortos e de prisioneiros entre eles foi de tal ordem que (...) desde a época do seu primeiro assalto contra o litoral da Síria [em 1098] os Francos nunca tinham sofrido uma tal derrota” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, pp. 150-151).

Al-Muqaddasi afirma que o monarca de Jerusalém foi capturado por um curdo chamado Dirbas, enquanto Reinaldo de Châtillon foi preso por um servidor do emir Ibrahim al-Mihrani (Kedar, 1992: 206). Saladino mandou chamar à sua tenda o rei Guido e também Reinaldo de Châtillon; foi servida água gelada ao monarca, que morria de sede, mas, quando este quis passar a taça ao príncipe cristão da Transjordânia, o sultão impediu-o, uma vez que havia entre os muçulmanos a tradição de não executar um prisioneiro a quem já tivesse sido dado de beber... Com os seus dois prisioneiros mais relevantes transidos de medo, Saladino repreendeu vivamente Reinaldo, a quem acusou de traição, recordando-lhe os seus crimes contra os peregrinos e lembrando-lhe que fizera voto de o matar, caso se apoderasse dele. Dito isto, o sultão “levantou-se e cortou-lhe

a cabeça pela sua própria mão” (Ibn al-Athir, ed. Gabrieli, p. 152). O rei, no entanto, foi poupado à mesma sorte cruel, o mesmo sucedendo com Gerardo de Ridefort: ambos foram usados por Saladino para este conseguir a libertação de algumas praças.

No dia seguinte, a cidadela de Tiberíades rendeu-se, com a condessa Eschiva a receber um salvo-conduto para si, para os seus filhos e para os seus companheiros, posto o que abandonou a praça com os respetivos bens. Saladino regressou ao campo de batalha e ordenou a transferência para Damasco dos prisioneiros mais importantes; a lista incluía também o marquês Guilherme de Montferrat, Honfroi de Toron, o mestre dos Hospitalários, o bispo de Lydda e muitos outros barões, no fundo todos os grandes senhores do reino de Jerusalém exceto o conde Raimundo de Tripoli, Balião de Ibelin e Joscelino de Courtenay. Quanto aos Hospitalários e aos Templários, foi-lhes dado a escolher entre converterem-se ao Islão ou serem executados. Quase todos se recusaram a mudar de religião, pelo que o sultão ofereceu 50 dinares a quem tivesse um freire cavaleiro em seu poder e, na manhã do dia 6 de julho, ordenou a respetiva decapitação. Seriam mais de duzentos e Imad al-Din explica que o sultão estava acompanhado de uma multidão de doutores, de sufis, de devotos e de ascetas, todos eles empenhados em ajudar a “purificar a terra destas duas raças impuras” (ed. Gabrieli, p. 165). Já Ibn al-Athir, acrescenta que Saladino mandou executar os membros das Ordens Militares “e não os outros porque eles eram os mais ferozes combatentes de todos os Francos” (ed. Richards, p. 324). No entanto, também os turcopolos parecem ter sido executados no campo de batalha, por serem considerados renegados ou apóstatas (Nicolle, 1995: 77).

Quanto aos cristãos mortos no combate, Ibn al-Athir conta que, cerca de dois anos mais tarde, passou pelo local da batalha e...

...“vi o terreno coberto pelos seus ossos, avistáveis ao longe, alguns deles empilhados, outros espalhados, isto já para não falar daqueles que as torrentes tinham arrastado ou que as bestas selvagens dessas moitas e tocas tinham levado consigo” (Ibn al-Athir, ed. Richards, p. 324).

Como sintetiza, de forma macabra, o próprio Saladino, na carta que escreveu logo no dia 10 de julho ao califa sunita de Bagdade:

“foi um dia de graças, em que o lobo e o abutre se acompanharam, ao mesmo tempo que a morte e a captura se sucediam em turnos. Os infiéis foram agrilhoados uns aos outros, montando em correntes em vez de vigorosos cavalos” (Carta de Saladino, ed. Melville and Lyons, p. 212).

Nesta carta, o sultão fala em mais de 40 000 mortos cristãos, uma cifra inaceitável, se tivermos em conta o efetivo inicial da hoste cruzada e a circunstância de, como admite Nicolle (1995:77), cerca de 3000 cristãos (nomeadamente os da vanguarda do conde de Tripoli e os da retaguarda de Balião de Ibelin) terem conseguido fugir para cidades fortificadas vizinhas. Além disso, alguns cavaleiros e chefes foram resgatados com dinheiro, enquanto muitos peões foram reduzidos à escravatura. Quanto aos mortos muçulmanos, em número indeterminado mas decerto muito inferior, não se sabe bem onde foram sepultados, provavelmente em algum santuário muçulmano das imediações dos Cornos de Hattin. Neste local (mais concretamente no corno sul, onde a tenda vermelha resistira até ao final da refrega), Saladino mandaria erguer um monumento comemorativo, conhecido como “Cúpula da Vitória” (o nome foi identificado pelo geógrafo muçulmano Al Dimashqi, falecido em 1327) e a que uma das versões em francês antigo chama uma “mahomerie” no topo da montanha onde o rei Guido fora capturado (Kedar, 1992: 207).

Tal como David Nicolle e Michael Ehrlich concluem, Saladino venceu a batalha de Hattin porque obrigou os seus adversários a combater *onde ele queria, quando ele queria e como ele queria*. A experiência das campanhas anteriores (em especial as de 1182 e 1183), o juízo acertado que fez sobre a personalidade do novo rei de Jerusalém, a disponibilidade para arriscar e um perfeito conhecimento do terreno revelaram-se essenciais para a vitória do sultão aiúbida, agora o líder incontestadíssimo da *Jihad*. As condições climáticas, as dificuldades no seio da liderança dos Francos e a superioridade numérica muçulmana também foram importantes, mas acabaram por ser fatores suplementares de sucesso.

Há muitos aspetos que desconhecemos ainda sobre a batalha, e provavelmente nunca saberemos toda a verdade. Porém, uma coisa é certa: Saladino mostrou-se um comandante militar muito superior a Guido de Lusignan, superando-o no plano tático e, sobretudo, no plano estratégico: desde muito cedo, a sorte dos Cruzados ficou traçada, em especial a partir do momento em que a hoste latina abandonou a pequena fonte de Turan...

E depois da batalha?

Nas semanas que se seguiram ao seu tremendo sucesso nos Cornos de Hattin, Saladino fez os possíveis por cavalgar a onda triunfal e reduzir os Estados Latinos do Oriente a cinzas. Não o conseguiu completamente, mas ficou perto disso. Começou por tomar São João de Acre (cuja rendição foi negociada logo a 8 de julho), aproveitando para libertar Aleixo Anjo, o irmão do imperador bizantino, e, com isso, cimentar as suas boas relações com Constantinopla. Depois, com a ajuda dos seus familiares (em especial do irmão Al Adil, que em meados de agosto trouxe o seu exército do Egito para o sul da Palestina) fez cair uma série de praças detidas pelos Cruzados. Para o efeito, tirou também partido da revolta dos camponeses nativos e dos judeus, rebelião essa que confinara os senhores latinos aos seus castelos, assim como da acumulação progressiva de um imenso despojo de guerra; mais de 20 000 muçulmanos foram libertados e cerca de 100 000 (!) latinos foram presos (Nicolle, 1995: 80-81).

As guarnições cristãs, extremamente debilitadas pela sangria sofrida na Batalha de Hattin, pouca resistência podiam oferecer. Só Tiro suportou o assédio de Taqi al-Din, graças a Reinaldo de Sídon, que agrupou muitos refugiados e travou a conquista, e, sobretudo, devido ao aparecimento imprevisto de Conrado de Montferrat, recém-chegado de Constantinopla e que assumiu o comando da resistência. Tiro, situada na costa, numa posição estratégica magnífica, tornou-se então o pólo da resistência cruzada e a base de uma eventual reconquista dos Estados Latinos. As perspectivas

eram, porém, muito sombrias, pois à entrada da última semana de agosto de 1187, quando Al Adil juntou as suas forças às do irmão, o reino de Jerusalém estava reduzido a muito pouco: no sul, a Gaza e a alguns outros castelos isolados; mais a norte, a Ascalon, Tiro, Safed e, talvez, Beaufort; a leste, aos castelos quase esquecidos da Transjordânia, outrora dominados por Reinaldo de Châtillon. Consciente de que Ascalon constituía a chave do controlo da Palestina, a frota egípcia de Husam al-Din Lu'lu atacou a praça em finais de agosto; a 5 de setembro, a guarnição rendeu-se, nas mesmas condições de Acre: escolta até ao Egito, seguindo-se a repatriação para a Europa (Nicolle, 1995: 82).

Saladino tinha pressa, não só porque precisava de aproveitar o ímpeto galvanizador da vitória obtida em Hattin, mas também porque sabia que depressa teria de desmobilizar o seu exército, de maneira a não se perderem por completo as colheitas estivais. Assim, conquistou o sul da Palestina e, a 20 de setembro, atacou Jerusalém, defendida por Balião de Ibelin (que Saladino libertara de um juramento recente e que Ridley Scott tornou o herói do seu filme “Reino dos Céus”) e pelo patriarca Heráclio; foi um cerco duro (com tiros de trabuco e de outros engenhos, fogo greguês, minas, surtidas desesperadas da guarnição e muitas baixas de ambos os lados), mas a cidade (onde se encontrariam perto de 60 00 pessoas, entre refugiados e habitantes latinos, sírio-jacobitas e cristãos ortodoxos!) acabou por negociar uma rendição pacífica, no dia 2 de outubro de 1187. A esposa do rei Guido, Sibila, e a viúva de Reinaldo de Châtillon, Estefânia, estavam entre os derrotados, mas foram poupadas por Saladino (que assim fez, uma vez mais, jus à sua fama de *gentleman*). A repercussão da conquista da cidade-símbolo das três religiões abraâmicas foi, claro está, enorme, e Imad al-Din dedica-lhe palavras emocionadas:

“[a feliz notícia] foi de uma doçura tão entusiasmante que ultrapassava a doçura do açúcar e do mel. As províncias do Islão engalanaram-se com os seus ornamentos festivos para a tomada de Jerusalém, cujos méritos foram precisados e ilustrados, e a todo o homem foi explicitado o dever de ir visitar a cidade” (Imad al-Din, ed. Gabrieli, p. 187).

Entretanto, a leste do Jordão, os castelos de Kerak e de Montreal ainda resistiram longamente, mas acabaram por cair também, em 1188 e 1189, respetivamente (Nicolle, 1995: 86). Saladino pressentia que estava quase a alcançar o seu objetivo final, mas Tiro continuava a não ceder e havia que desencravar esta outra espinha da garganta do Islão. A partir de meados de novembro, o próprio sultão tentou um novo assalto em força à cidade costeira que já tantos dissabores causara a Alexandre Magno, mas a chegada do inverno e um ataque de surpresa feito durante a madrugada por uma frota cristã à esquadra muçulmana semi-adormecida que reforçava o assédio goraram os seus planos e levaram Saladino, no dia 1 de janeiro de 1188, a desmobilizar o exército (com exceção dos seus regimentos pessoais) e a retirar para Acre, ligeiramente a sul.

Na primavera de 1188, Saladino mobilizou de novo a sua hoste e investiu na conquista do litoral, correndo embora o risco de ficar separado, pelas montanhas, das suas principais bases de apoio, que se localizavam nas cidades do interior (tanto mais que no norte da Síria abundavam as estradas norte-sul, mas havia muito poucas vias no sentido leste-oeste: Hackett, 1937: *passim*). O sultão tomou diversas praças (como Shayun, Bourzay ou Baghras, uma célebre fortaleza templária), recorrendo a importantes meios de cerco, que incluíram tropas especiais vindas de Alepo. Em inícios de maio de 1189, já ele reconquistara todo o reino de Jerusalém (excepto Tiro e o castelo vizinho de Beaufort) e todo o principado de Antioquia (salvo a cidade com o mesmo nome e o castelo de Al-Qusair). Porém, o condado de Tripoli permanecia quase intacto, e foi portanto aí que Saladino concentrou a sua atenção, não sem antes ter explorado com sucesso uma oportunidade para retomar Beaufort a Reinaldo de Sídon.

Tudo parecia correr sobre rodas, mas foi então que, repentinamente, o rei Guido de Lusignan (libertado por Saladino no verão de 1188, contra a promessa de não voltar a combater os muçulmanos) entrou de novo em cena, acompanhado por Gerardo de Ridefort e por um punhado de companheiros: com uma pequena força militar que trouxe de Tiro, cercou a guarnição muçulmana em São João de Acre; Saladino foi obrigado a responder e, pelo seu lado, sitiou as forças de Guido nesta cidade!

Esta evolução deve ter espicaçado os cristãos ocidentais, que tinham ficado em estado de choque com a notícia da queda de Jerusalém. O novo papa, Gregório VIII (o anterior, Urbano III, antigo arcebispo de Milão, morrera a 20 de outubro, diz-se que de desgosto) apelara a uma nova Cruzada na Síria-Palestina, mas falecera também, quase octogenário, a uma semana do Natal de 1187... Coubera então a Clemente III empunhar a tocha, e não se pode dizer que a resposta ao seu apelo tenha pecado por defeito: os três maiores líderes seculares do Ocidente (Filipe Augusto, rei de França, Ricardo “Coração de Leão”, rei de Inglaterra, e Frederico I “Barba-Ruiva”, imperador da Alemanha) disseram ‘presente!’ e avançaram para a Terra Santa.

Frederico, desastradamente, acabou por se afogar, em 10 de junho de 1190, nas águas de um lago em Salé, na região da Cilícia (a impropriamente chamada “pequena Arménia”), enquanto Filipe e Ricardo alcançaram a Terra Santa na primavera de 1191, não sem antes o monarca inglês ter conquistado a estratégica ilha de Chipre aos Bizantinos de Isaac II Anjo (que aliás enviara uma embaixada de felicitações a Saladino, assim como uma valiosa oferta de equipamento militar, a que já aludimos); a conquista da ilha cipriota, em 6 de maio, garantiu aos Cruzados uma base de operações e uma fonte de reabastecimento muito úteis.

Na Terra Santa, Filipe e Ricardo empenharam-se a fundo na conquista de Acre, uma campanha verdadeiramente épica e que, dadas as circunstâncias que evocámos (Saladino a cercar os cristãos que, pelo seu lado, sitiavam a guarnição muçulmana da praça) se prolongou até 12 de julho de 1191, terminando com a vitória dos Cruzados, depois de imensas baixas de ambos os lados (entre as quais Gerardo de Ridefort, o antigo mestre do Templo). Assim, Tiro deixou de ser um enclave e os cristãos começaram, timidamente, a sonhar com a reconstituição dos Estados Latinos do Oriente.

Nessa altura, porém, Filipe Augusto decidiu regressar a França (alegando doença, mas pensando decerto na possibilidade de recuperar a Normandia ao monarca inglês...), pelo que Saladino e Ricardo ficaram sozinhos, frente a frente, no terreno. Foi um duelo de titãs, que ainda hoje inspira os historiadores militares e os romancistas. Numa primeira fase, Ricardo preocupou-se em sanar as divergências entre os Francos da Síria-Palestina, reconheceu

Henrique de Champagne como rei (sem terra) de Jerusalém e recompensou Guido de Lusignan, entregando-lhe a ilha de Chipre. A 7 de setembro de 1191, a caminho de Jafa, o rei inglês, muito graças ao apoio dos cavaleiros das Ordens Militares, venceu Saladino nas plantações de Arsuf, durante uma 'marcha-batalha' a que já fizemos referência.

Porém, os êxitos de Ricardo revelaram-se sempre limitados; conseguiu retomar para os cristãos quase todo o litoral, mas foi obrigado a renunciar ao seu objetivo principal: a reconquista de Jerusalém. A 2 de setembro de 1192, esgotados física, psicológica e financeiramente, Ricardo e Saladino (que parece nunca se terem encontrado pessoalmente) assinaram a Paz de Jafa, que previa uma trégua por três anos. Uma solução compreensível, tendo em conta a reduzida capacidade de manobra dos Francos estabelecidos no Médio Oriente, mas ainda assim um acordo que, por ter sido firmado com os infiéis e logo na pessoa do líder supremo da *Jihad*, não deixou de causar algum estupor e indignação no Ocidente (Monteiro, 2006: 176-177).

A 9 de outubro, Ricardo iniciou a sua atribulada viagem de regresso à Europa (seria feito prisioneiro pelo caminho) e, menos de um mês depois, Saladino regressou a Damasco. O sultão aiúbida não disporia de muito mais tempo para saborear os seus sucessos, pois faleceu na grande cidade síria, onde fora educado, em inícios de março de 1193. Contava 55 anos de idade e depressa se tornou uma lenda, tanto no mundo muçulmano como no mundo ocidental. A sua capacidade para ultrapassar o tradicional divisionismo interno muçulmano e a utilização da Guerra Santa como fonte de legitimação da sua autoridade foram os principais segredos do seu triunfo, ainda que Saladino tenha feito muitos inimigos de fé islâmica, que nunca lhe perdoaram a sua ambição e a guerra contra os herdeiros de Nur al-Din.

A obra unificadora do vencedor de Hattin desmoronou-se parcialmente após a sua morte, e isso alimentou novas veleidades por parte do mundo ocidental, que organizaria ainda mais quatro Cruzadas na Terra Santa (entre 1203 e 1270), incluindo a escandalosa Cruzada que, em 1204, assaltou Constantinopla, a maior cidade cristã do mundo, cavando um fosso definitivo entre as cristandades romana e grega e arruinando o que ainda restava do prestígio do programa de Urbano II. Apesar de alguns sucessos pontuais

interessantes, nunca mais os ‘Francos’ conseguiram reconstituir os Estados Latinos do Oriente nascidos entre 1098 e 1102. Em grande medida, este fracasso ficou a dever-se ao suceso outrora alcançado pelo sultão aiúbida, que o seu biógrafo e amigo Baha al-Din recorda em palavras que se tornaram célebres e com as quais encerramos esta nossa aventura, de que Saladino foi indiscutivelmente o grande herói:

“Para esta guerra [santa], Saladino era superiormente assíduo e zeloso, e se alguém jurasse que uma vez partido para a Guerra Santa ele não gastava um dracma ou um dinar que não fosse para ela ou para as esmolas, ele diria a verdade e formularia um juízo justo. A Guerra Santa e a paixão que ele lhe dedicava tinham uma forte influência sobre o seu coração e sobre o seu corpo; ele não falava de outro tema, ele não sonhava senão com os preparativos dessa guerra, ele não se ocupava senão daqueles que nela combatiam, ele só tinha simpatia por aqueles que falavam dela ou que exortavam à participação nela. Por amor da Guerra Santa nos caminhos de Deus, ele deixou a sua família e os seus filhos, a sua pátria, a sua casa e o seu país” (Baha al-Din, ed. Gabrieli, p. 128).

Fontes mais importantes

Abd Allah b. Ahmad al-Muqaddasi, in *Recueil des Historiens des Croisades*, Historiens Orientaux, 4:286-287 (cf. Abu Shama, *Kitab al-rawdatayn*).

Baha al-Din Ibn Shaddad, *The Rare and Excellent History of Saladin*, trad. D. S. Richards, Aldershot, Ashgate, 2002.

Chronique Anonyme de la Première Croisade. Trad. francesa, de Aude Matignon. Paris, Arléa, 1998.

Chroniques arabes des croisades, textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli, traduits de l’italien par Vivian Pâques. Sindbad, Actes Sud, 1996.

C. P. Melville and M. C. Lyons, “Saladin’s Hatin Letter”, in B. Z. Kedar, *The Horns of Hattin*, Londres, Variorum, 1992 (pp. 208-212).

- Foucher de Chartres, *A 1.ª Cruzada. Um relato de quem lá esteve*. Trad. port., Lisboa, Inquérito, 2001.
- Guillaume de Tyr, *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*, in *Recueil des Historiens des Croisades*, Historiens Occidentaux, t. I, vols. 1 e 2, 1844, trad. francesa, conhecida como « Estoire d'Eracles ». Existe também uma tradução inglesa (de E. A. Babcock e A. C. Krey): *A History of Deeds Done Beyond the Sea*, Columbia University Press, 1943.
- La Chronique Attribuée au Connétable Sambat*, Introduction, Traduction et Notes par Gérard Dédéyan. Paris, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1980.
- Libellus de Expugnatione Terrae Sanctae*, ed. J. Stevenson, Rolls Series 66. Londres, 1875.
- The Chronicle of Ibn al-Athir for the Crusading Period, Part 2, The Years 541-589/1146-1193. The Age of Nur al-Din and Saladin*. Translated by D. S. Richards. Ashgate, Crusade Texts in Translation, 2007.
- The Chronicle of the Third Crusade. A translation of The Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*, by Helen J. Nicholson. Ashgate, Crusade Texts in Translation, 1997.
- The Rule of the Templars. The French Text of the Rule of the Order of the Knights Templar*, translated and introduced by J. M. Upton-Ward; with an Appendix by Matthew Bennett. Woodbridge, The Boydell Press, 1992.

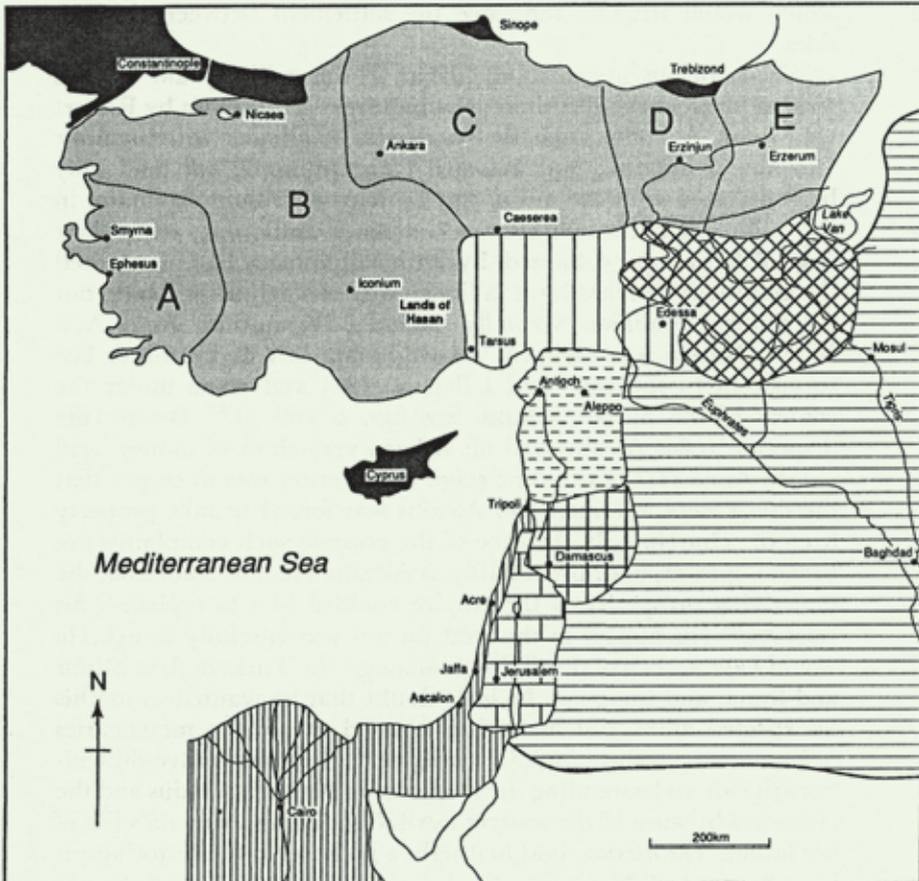
Leituras principais

- Benjamin Kedar, "The Battle of Hattin revisited", in B. Z. Kedar (ed.), *The Horns of Hattin*. Londres, Variorum, 1992 (pp. 190-207).
- David Nicolle, *Hattin 1187. La Mayor Victoria de Saladino*. Trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (ed. orig.: Osprey, 1993).
- David Nicolle, *Saladin. Leadership, Strategy, Conflict*. Osprey Publishing, 2011 (illustrated by Peter Dennis).
- Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, vol. V, The Boydell Press, 2007 (pp. 16-32).
- Peter Herde, "Die Kämpfe bei der Hörner von Hittin und der Untergang des Kreuzrittherheeres (3. und 4. Juli 1187)", in *Römische Quartalschrift für christliche Altertumskunde und Kirchengeschichte*, n.º 61, 1966 (pp. 1-50).

Leituras complementares

- AAVV, *As Cruzadas (1096-1270)*. Trad. port., Editorial Pergaminho, 2001.
- Alain Demurger, *A Grande Aventura dos Templários. Da origem ao fim*. Trad. port., Lisboa, Esfera dos Livros, 2006.
- Christopher Marshall, *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge University Press, 1992.
- Claude Gauvard, *As Cruzadas*. Trad. port., Porto, Asa, 1994.
- Hugh Kennedy, *Crusader Castles*. Cambridge University Press, 2001 (ed. orig: 1994).
- João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média, sécs. XI-XV*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2006.
- João Gouveia Monteiro, "As Ordens Militares e os modelos táticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo", in J. G. Monteiro, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Lousã, Salamandra, 2010 (pp. 255-301).
- João Gouveia Monteiro, "A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 11, Coimbra, 2011 (pp. 9-38).
- John D. Hackett, *Saladin's Campaign of 1188 in Northern Syria*. MS.B Litt. thesis, University of Oxford, 1937.
- John France, *Victory in the East. A Military History of the First Crusade*. Cambridge University Press, 1996.
- Jonathan Riley-Smith, *Atlas des Croisades*. Paris, Éditions Autrement, 1996.
- Joshua Prawer, "La bataille de Hattîn", in *Israel Exploration Journal*, n.º 14, 1964.
- Malcolm C. Lyons and D. E. P. Jackson, *Saladin: The Politics of the Holy War*. Cambridge, 1982.
- Matthew Bennett, *Castles and Crusaders*, Londres, Cassel Military, 2004.
- Michel Balard, *Les Croisades*. Paris, ME Editions, 1988.
- P. W. Edbury, "The Battle of Hattin (4 July 1187) and its aftermath", in *The Conquest of Jerusalem and the Third Crusade: Sources in Translation*. Aldershot, 1998 (pp.158-163).
- Peter Edbury, "Warfare in the Latin East", in Maurice Keen (ed.), *Medieval Warfare. A History*, Oxford University Press, 1999 (pp 89-112).
- Pierre-Vincent Claverie, «Fontaine du Cresson, bataille de La», in *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. de Nicole Bériou et Philippe Josserand, Librairie Arthème Fayard, 2009 (p. 363).
- R. C. Smail, *Crusading Warfare, 1097-1193*. Second edition with a new Bibliographical introduction by Ch. Marshall. Cambridge University Press, 1995.

Amigos e Inimigos no Médio Oriente, 1095



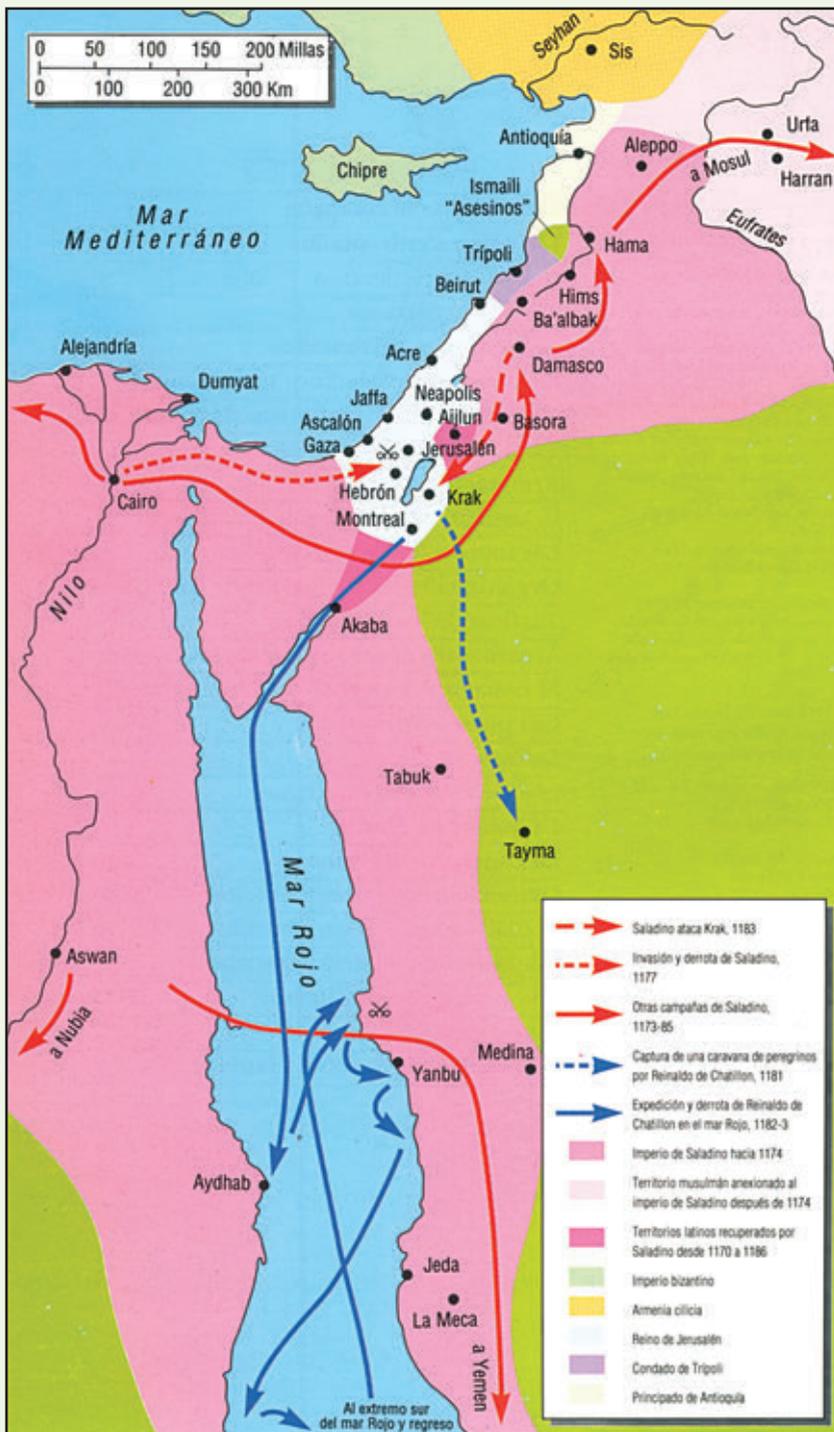
- | | | | |
|---|--|---|---------------------------------------|
|  | Byzantine Lands |  | Held by restless Emirs of the Seljuks |
|  | Fatimid Caliphate |  | Turks of Asia Minor |
|  | Great Seljuk Empire | A | Emirate of Smyrna |
|  | Land disputed between Fatimids and Seljuks | B | Seljuks of Rhūm |
|  | Armenians | C | Danishmends |
|  | Lands of Ridwan of Aleppo | D | Menguchekids |
|  | Lands of Duqaq of Damascus | E | Saltukids |

OS ESTADOS LATINOS DO ORIENTE (1140)



Os Estados Latinos em 1187

in David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 6); ed. orig. Osprey, 1993

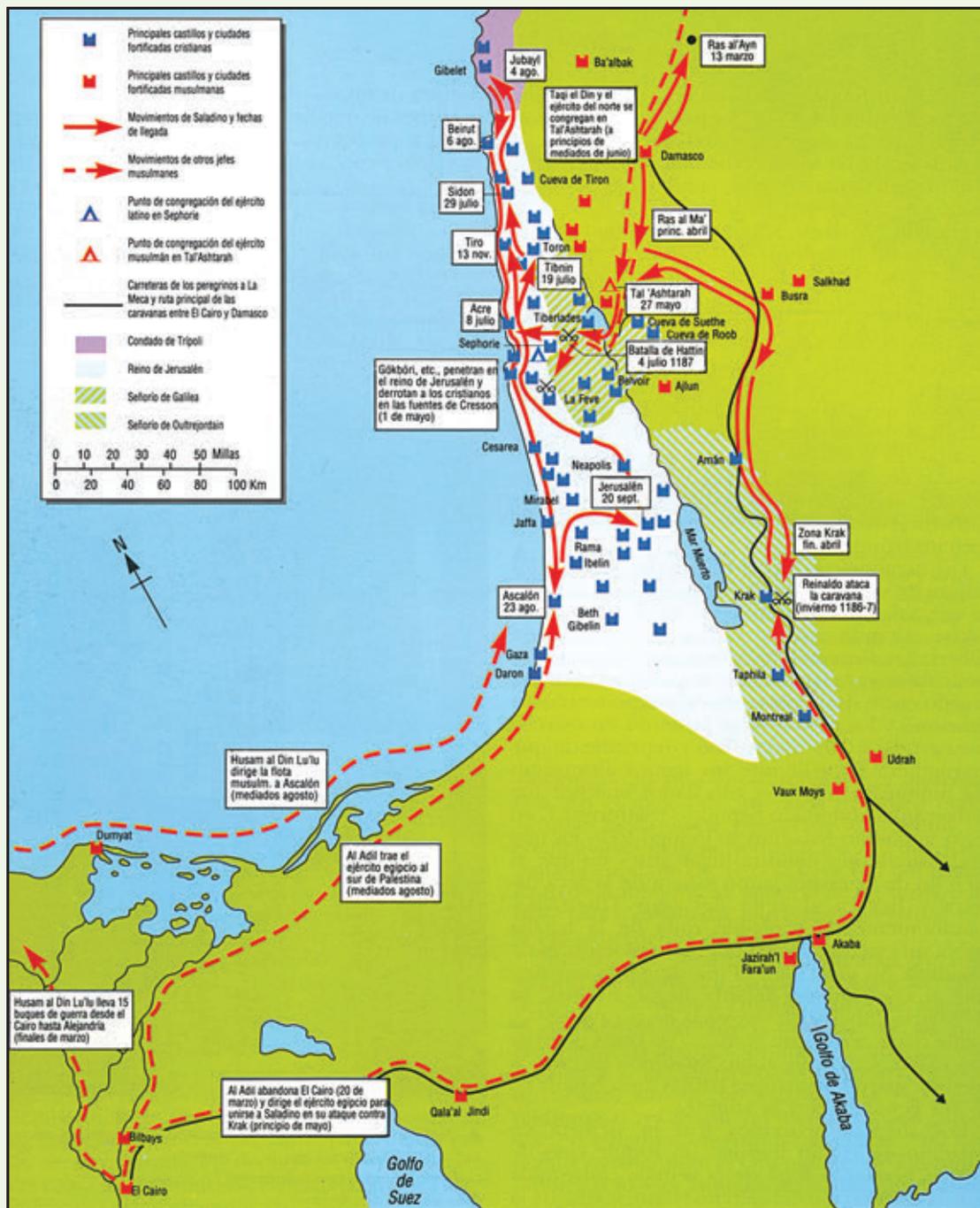


Os Castelos dos Cruzados na Terra Santa

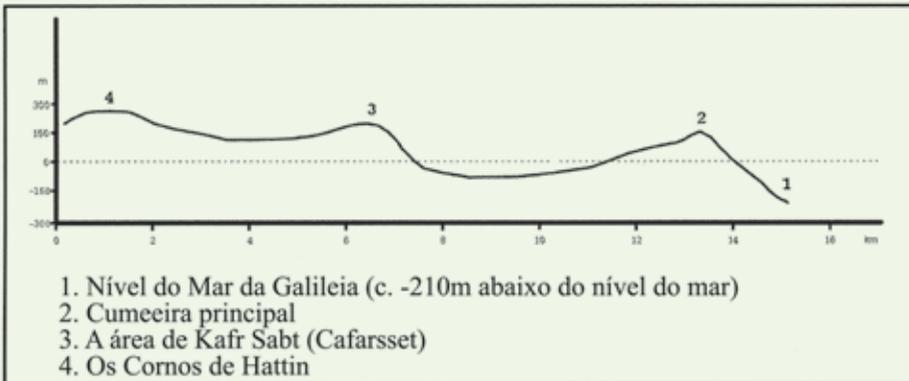


As Campanhas de 1187

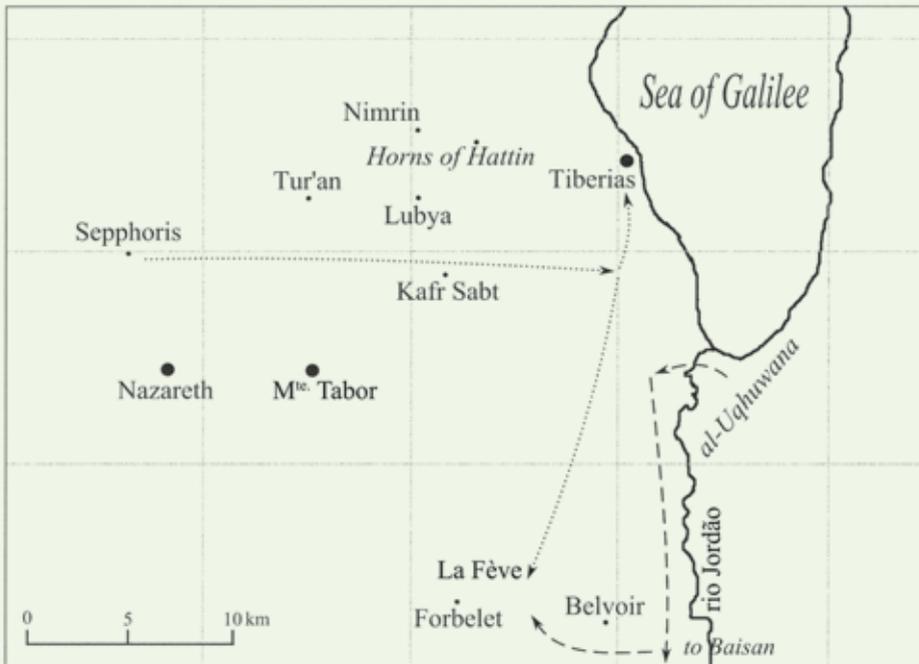
in David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 54); ed. orig. Osprey, 1993



Corte esquemático este-oeste, entre o lago de Tiberíades (Mar da Galileia) e os Cornos de Hattin



A Campanha de julho de 1182

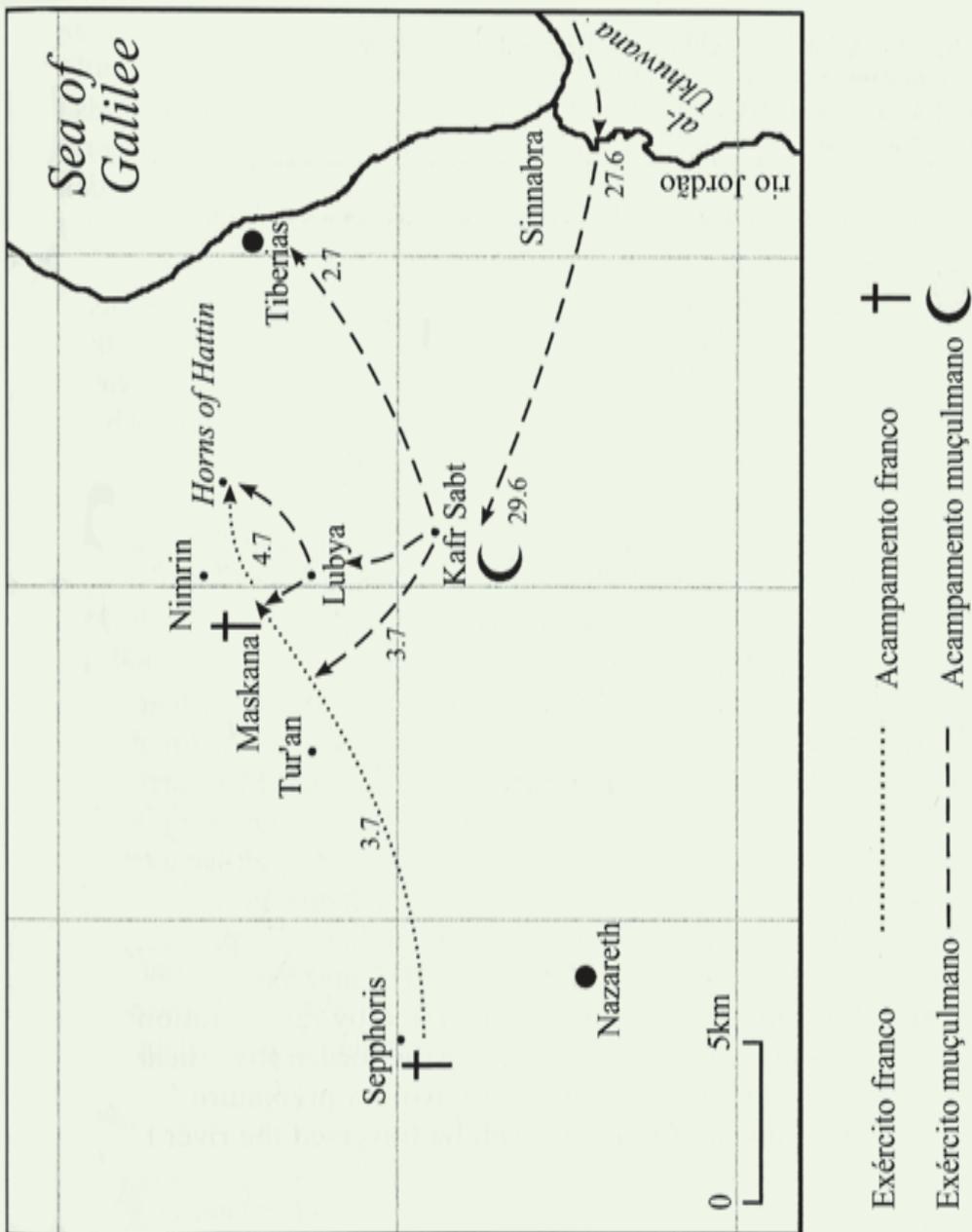


Exército franco
.....

Exército muçulmano - - - - -
- - - - -

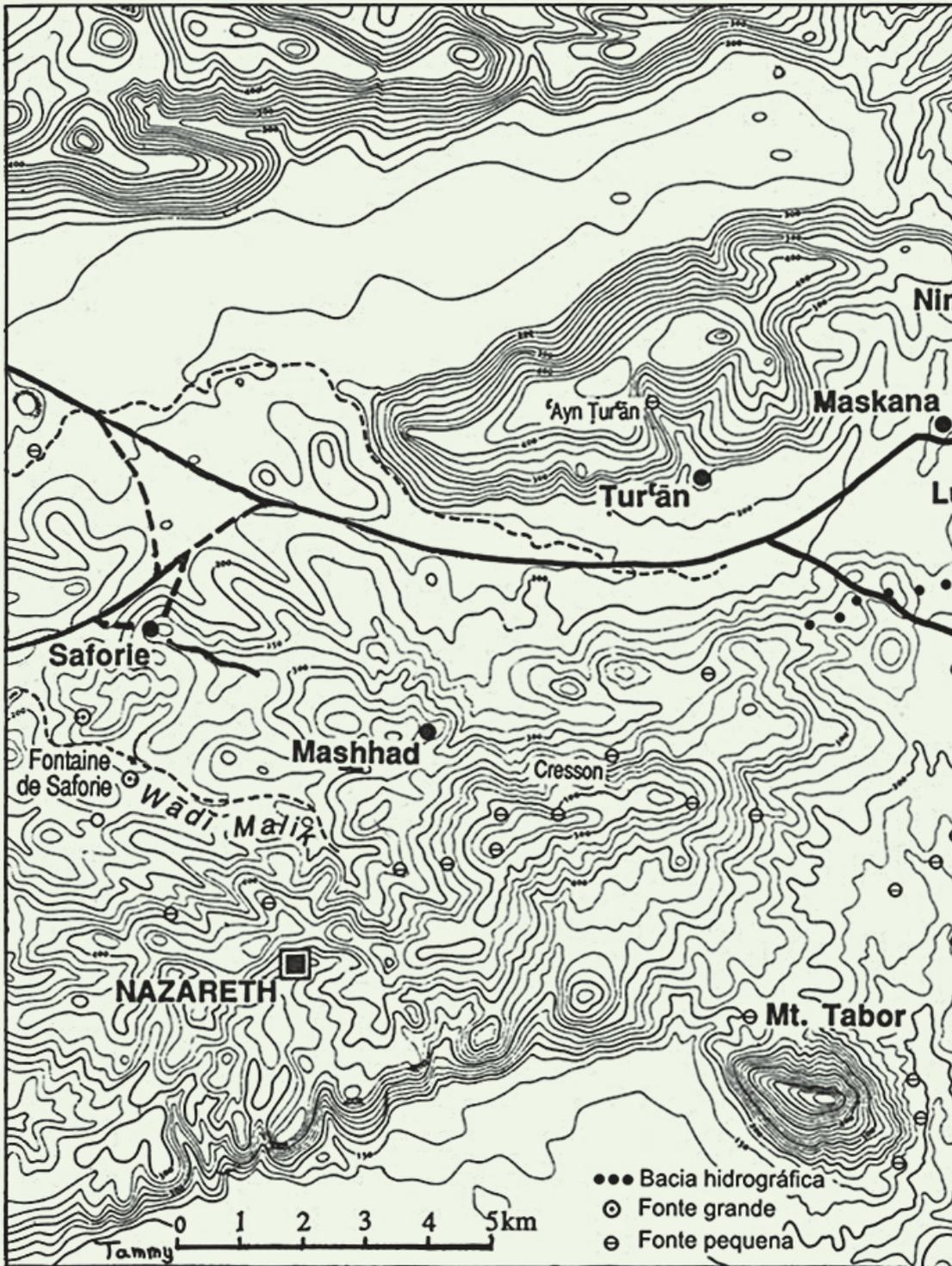
adaptado de Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, Vol. V, The Boydell Press, 2007 (p.18)

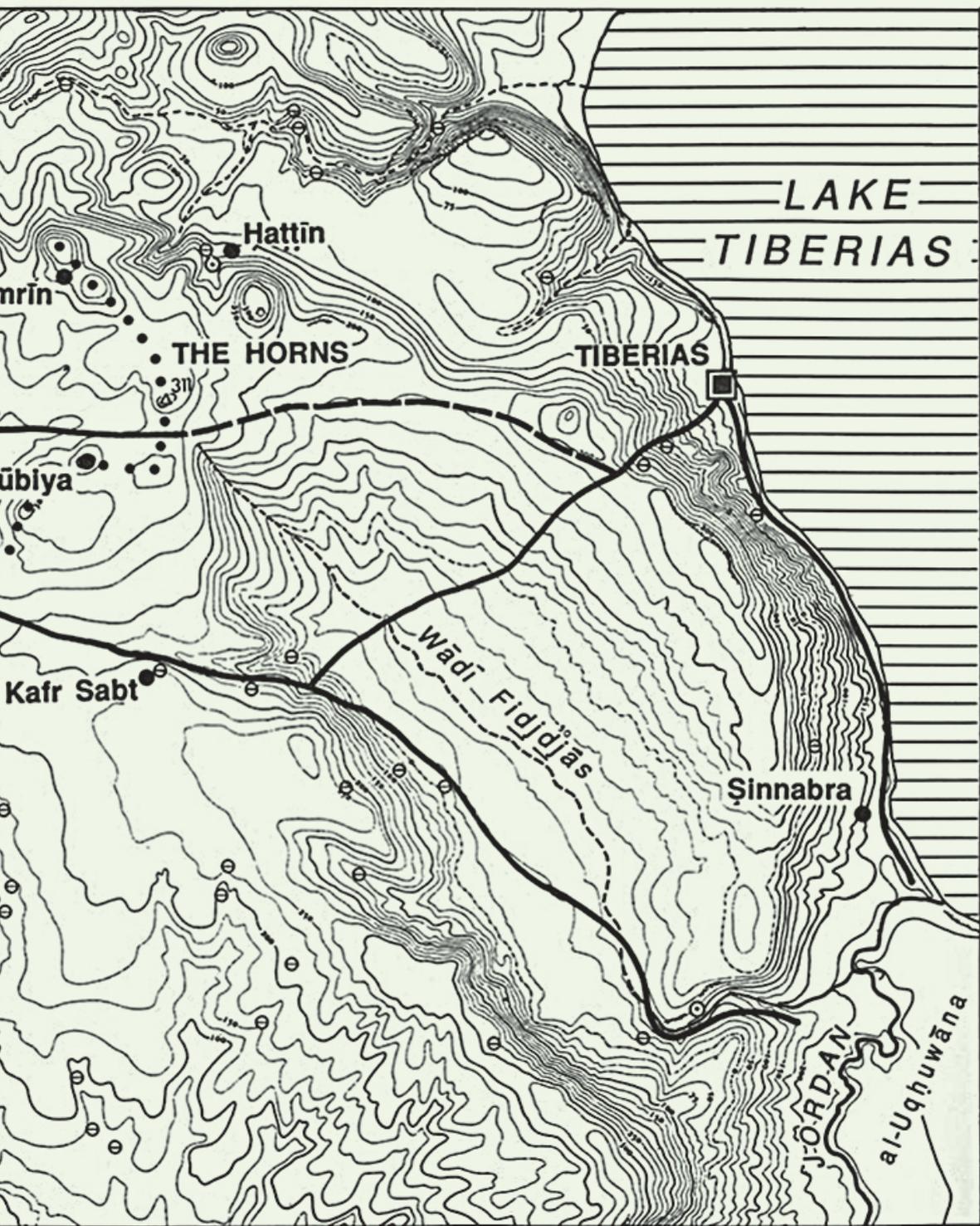
A Batalha de Hattin (1187)



adaptado de Michael Ehrlich, "The Battle of Hattin: A Chronicle of a Defeat Foretold?", in *Journal of Medieval Military History*, ed. by C. Rogers, K. DeVries and J. France, Vol. V, The Boydell Press, 2007 (p.19)

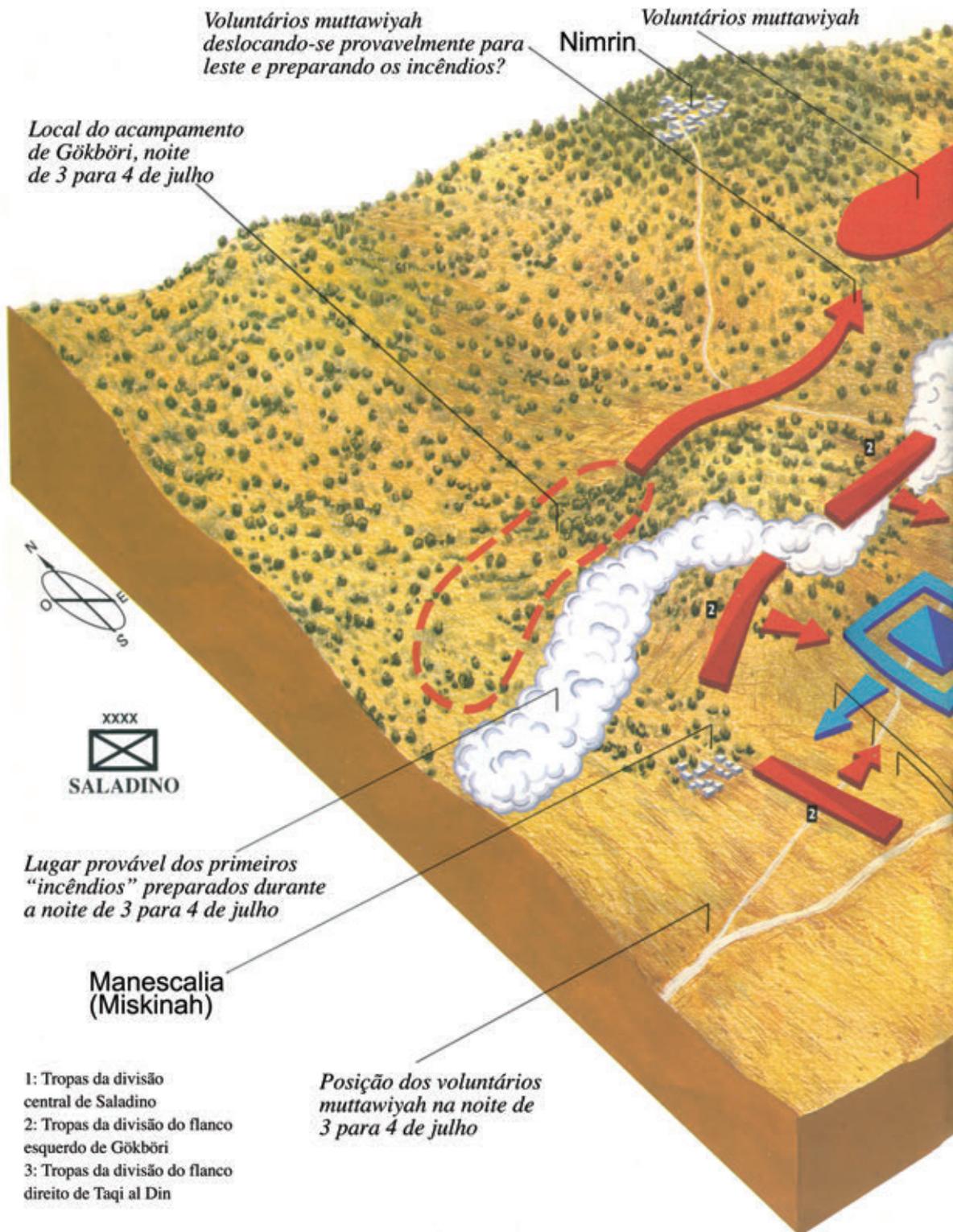
Mapa da região da batalha de Hattin (1187)



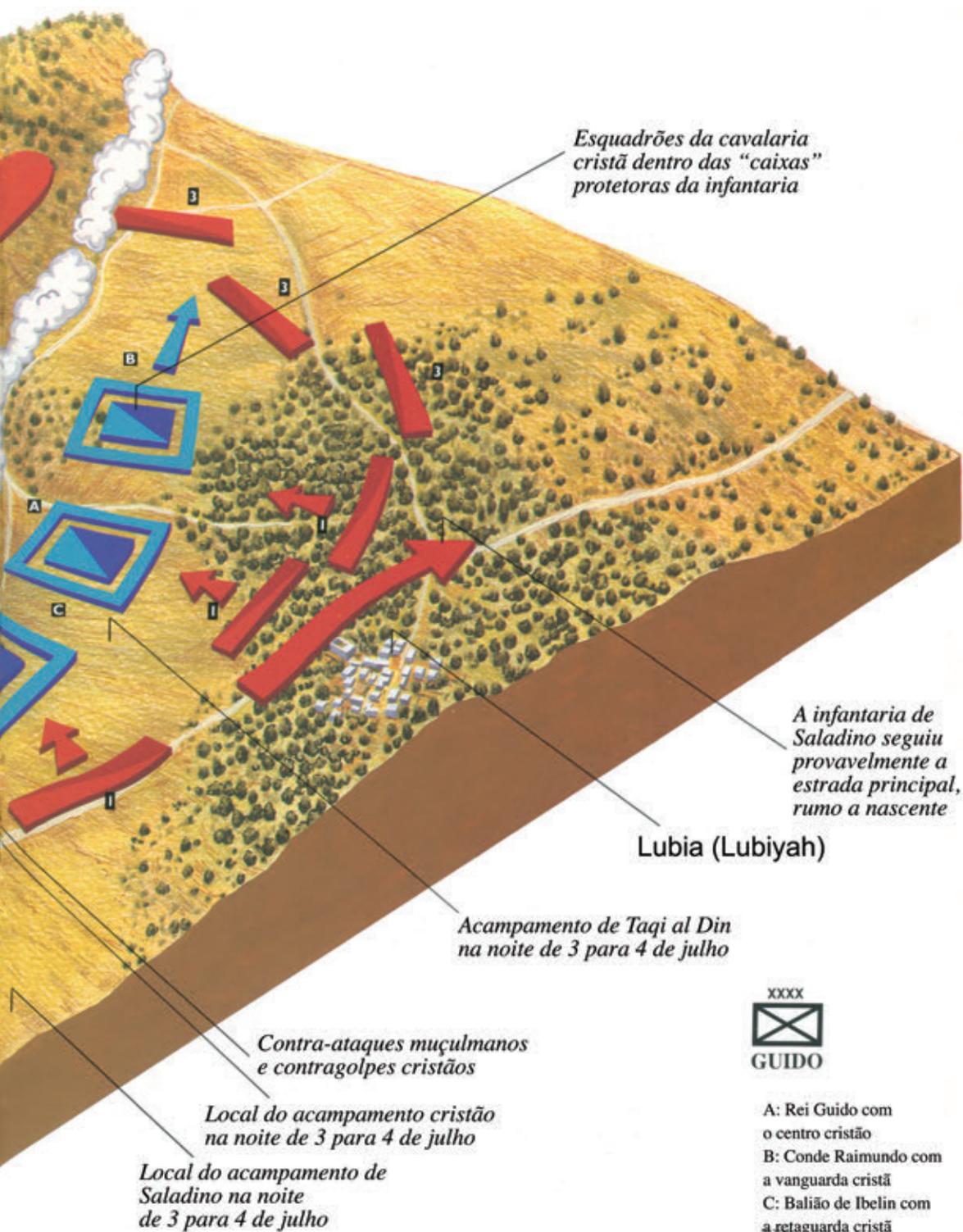


A BATALHA DE HATTIN

Noite e madrugada de 4 de julho de 1187

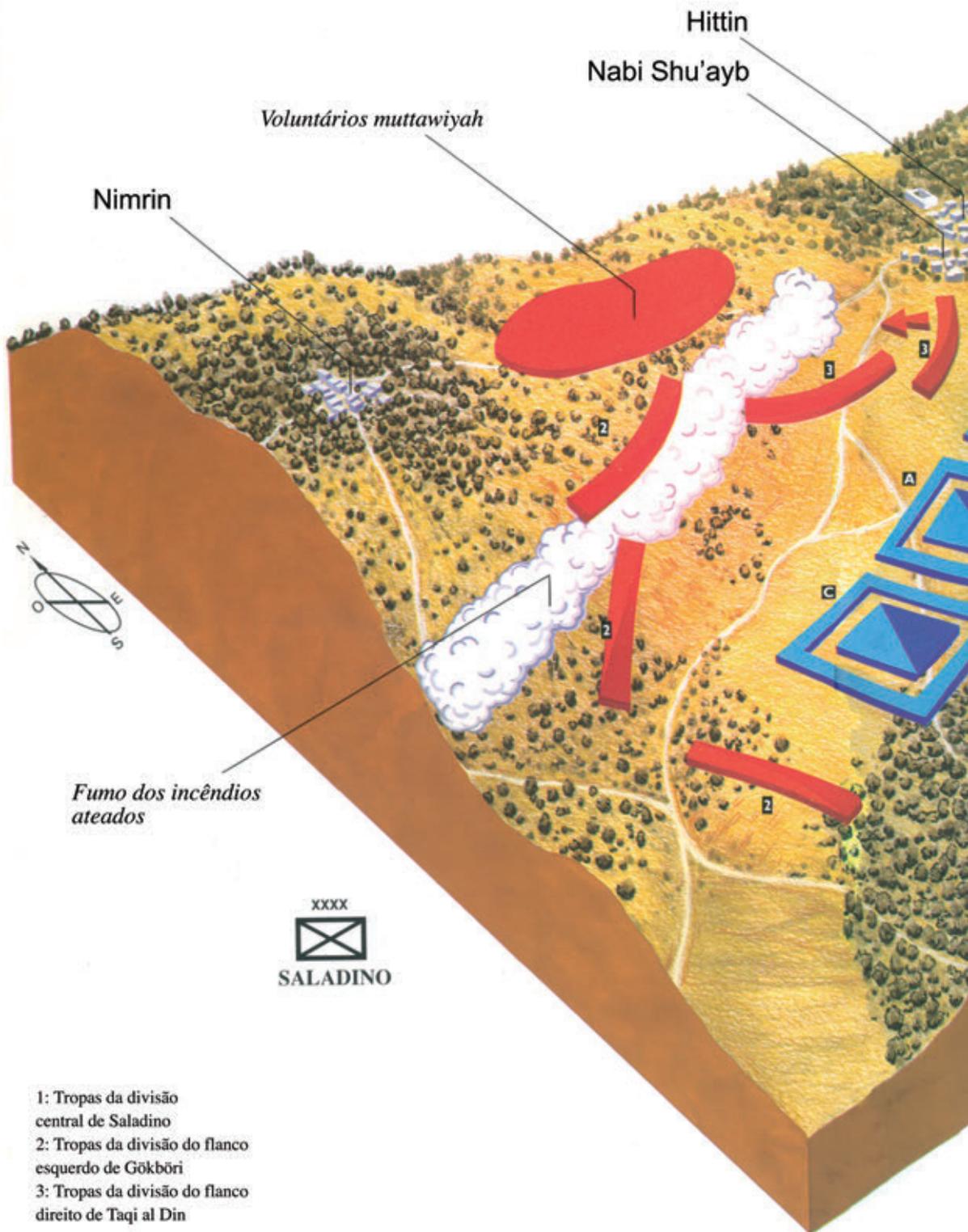


David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 66-67); ed. orig. Osprey, 1993



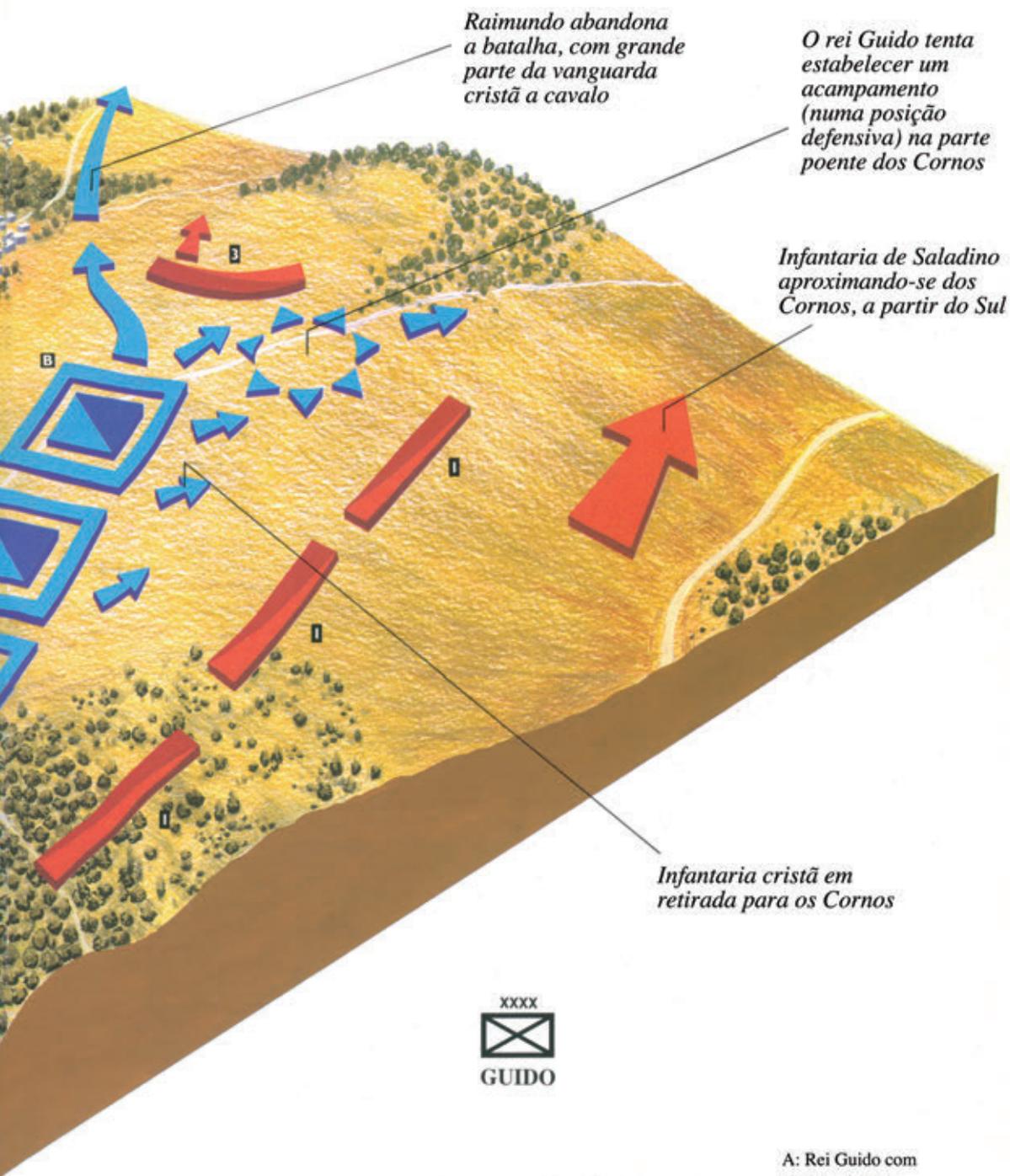
A BATALHA DE HATTIN

Última hora da manhã ao meio-dia de 4 de julho de 1187



- 1: Tropas da divisão central de Saladino
- 2: Tropas da divisão do flanco esquerdo de Gökböri
- 3: Tropas da divisão do flanco direito de Taqi al Din

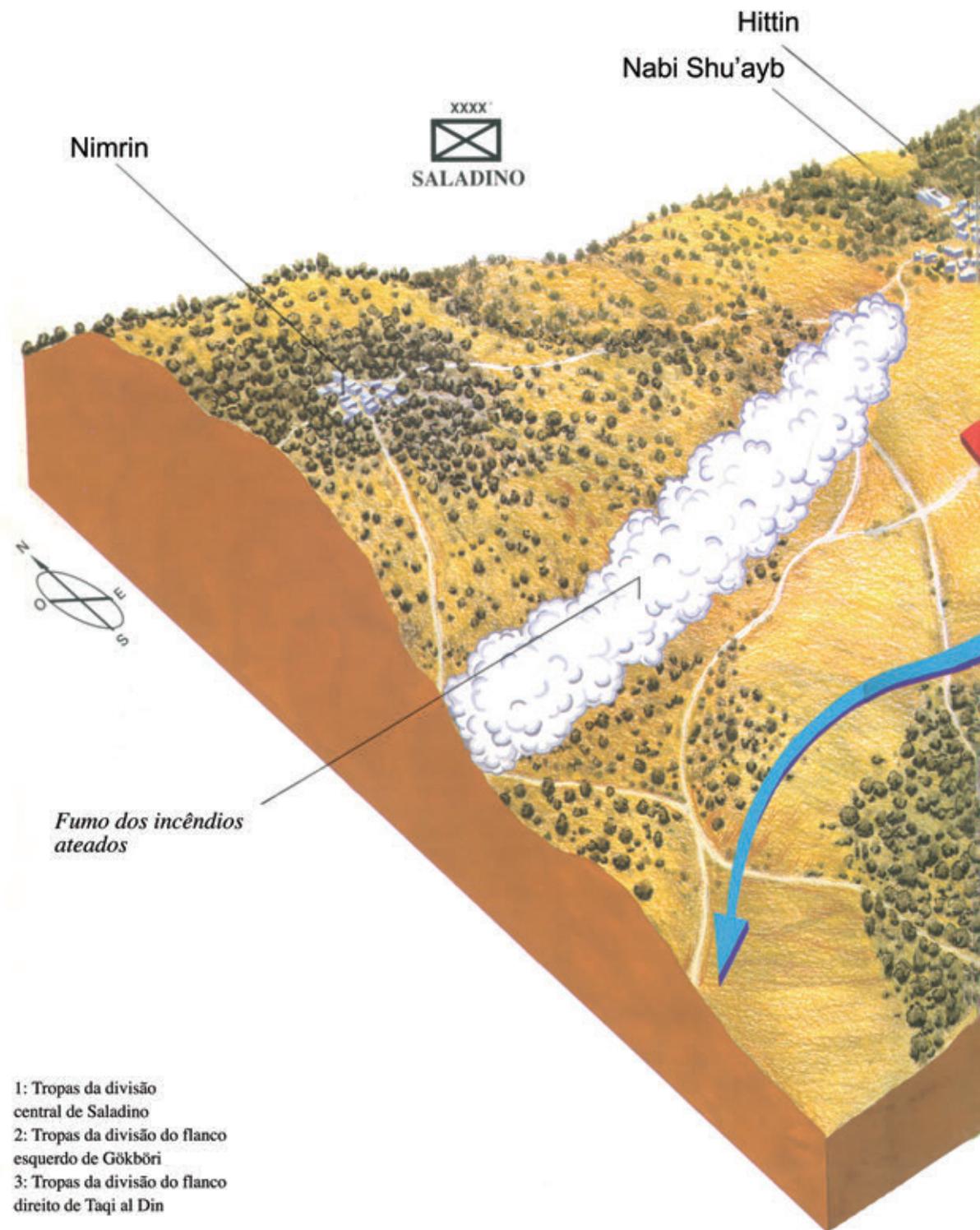
David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 70-71); ed. orig. Osprey, 1993



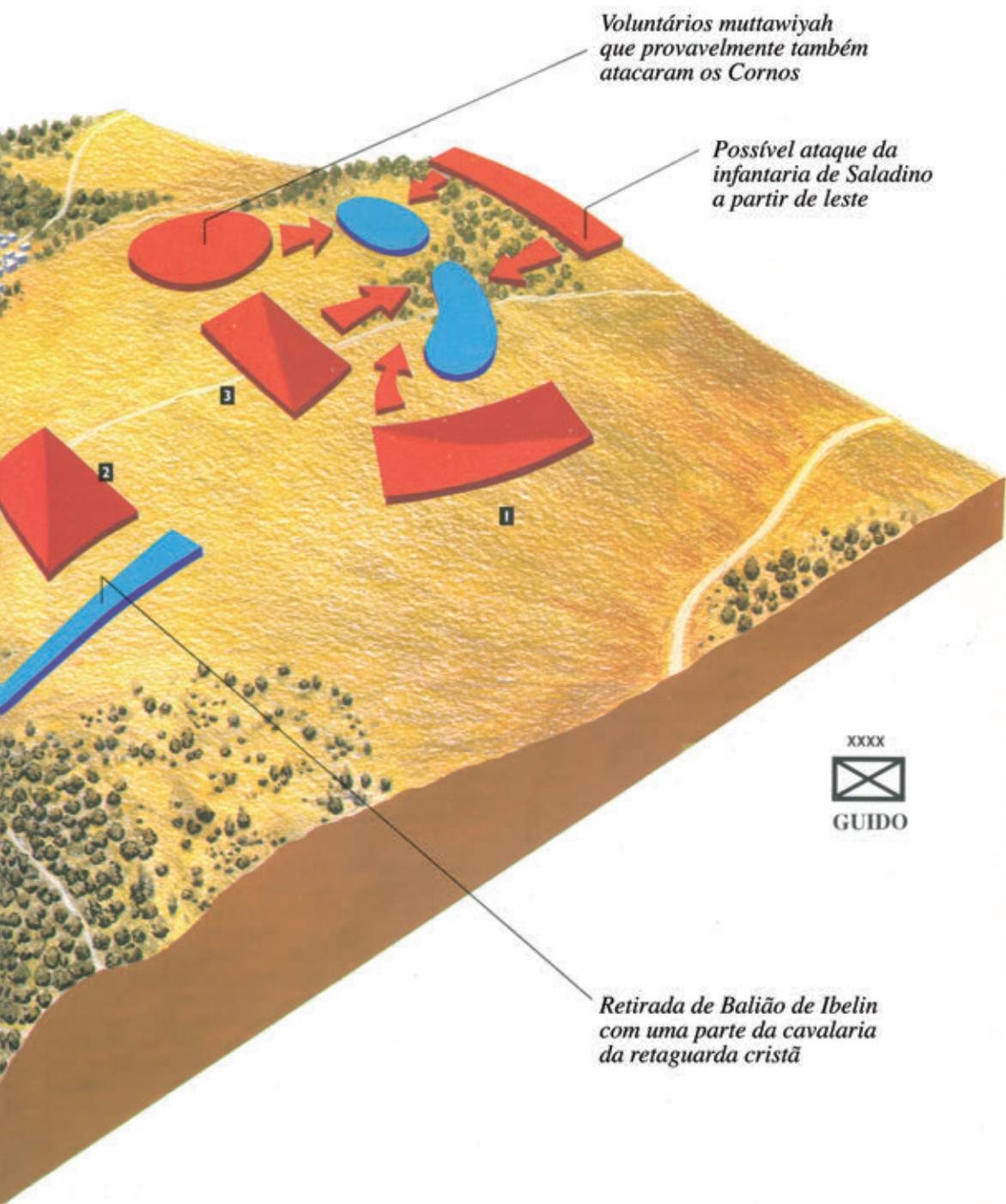
A: Rei Guido com o centro cristão
B: Conde Raimundo com a vanguarda cristã
C: Balião de Ibelin com a retaguarda cristã

A BATALHA DE HATTIN

Tarde de 4 de julho de 1187

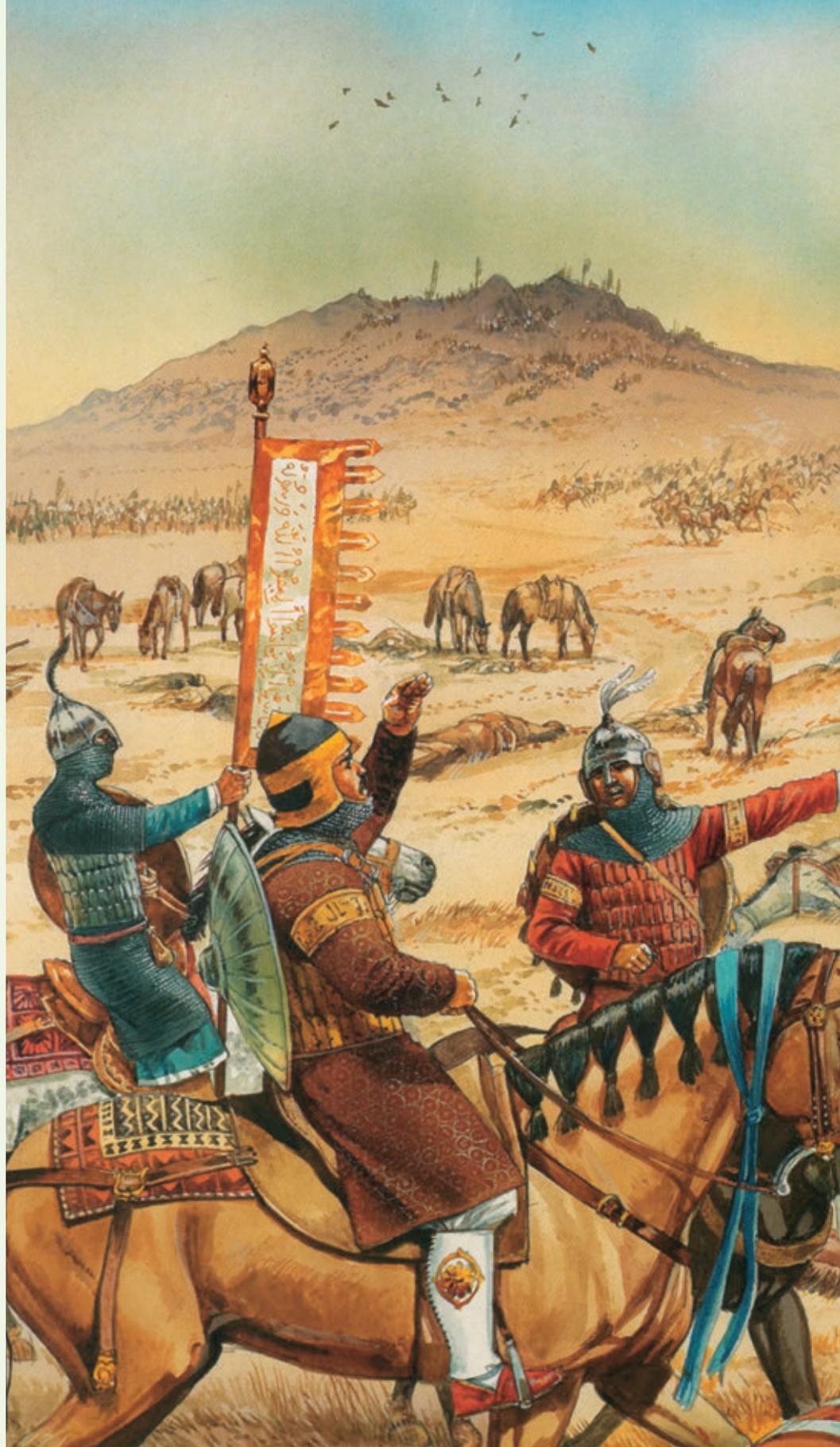


David Nicolle, "Hattin, 1187. La Mayor Victoria de Saladino", trad. esp., Ediciones del Prado, 1995 (p. 74-75) ed. orig. Osprey, 1993



O assalto final nos Cornos de Hattin

David Nicolle, "Saladin", Osprey, 2011 (p. 33).



Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2015



